



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Camile Pegoraro

**Autoeducação da Classe Trabalhadora: limites e possibilidades na formação dos
Intelectuais na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB**

Porto Alegre

2015

Camile Pegoraro

**Autoeducação da Classe Trabalhadora: limites e possibilidades na formação dos
Intelectuais na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Carmen Lucia Bezerra Machado.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Pegoraro, Camile
Autoeducação da Classe Trabalhadora: limites e possibilidades na formação dos Intelectuais na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB / Camile Pegoraro. -- 2015.
140 f.

Orientadora: Carmen Lucia Bezerra Machado.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Autoeducação. 2. Formação dos Intelectuais Orgânicos. 3. Movimento Sindical. I. Bezerra Machado, Carmen Lucia, orient. II. Título.

Camile Pegoraro

**Autoeducação da Classe Trabalhadora: limites e possibilidades na formação dos
Intelectuais na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em ____ / ____ / ____.

Orientadora: Prof. Dra. Carmen Lucia Bezerra Machado – UFRGS

Prof. Dra. Rita de Cássia Machado – UEA

Prof. Dra. Conceição Paludo – UFPel

Prof. Dra. Maria Clara Bueno Fischer – UFRGS

Prof. Dr. Paulo Peixoto de Albuquerque – UFRGS

AGRADECIMENTOS

À CTB, pela disponibilidade de acesso aos dados e por ajudar a manter a minha utopia que a educação pode contribuir para a busca por outra sociedade.

À minha mãe Edith Pegoraro, pelo amor incondicional, respeito pela minha escolha profissional, dedicação ao longo da vida para me proporcionar o acesso à educação e sensibilidade de perceber sua importância. Foram ensinamentos práticos que influenciaram minha opção de ser educadora. Por me ensinar, com seu exemplo, a ser uma mulher batalhadora, que enfrenta a vida sem medos e a quem pretendo poder orgulhar com minha trajetória e escolhas.

À minha irmã Raquel por passar comigo os momentos mais tensos durante a preparação para a seleção de ingresso ao mestrado.

À Carmem Machado, minha orientadora, pelo respeito às minhas escolhas teóricas e por me ensinar a tão necessária autonomia intelectual.

À Maria Beatriz Gomes da Silva, minha amiga e eterna orientadora de TCC que contribuiu com os meus primeiros passos na pesquisa e nas primeiras investigações na CTB.

Às amigas Rita e a Mara por me ensinarem o amor à pesquisa, pelas leituras atentas, observações pertinentes e questionamentos que possibilitaram o aprofundamento teórico nessa escrita.

À Vera Rosane Oliveira pela ajuda generosa durante o processo seletivo.

Aos colegas do PPGEdU que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu problematizasse minha escrita ou que simplesmente conviveram comigo durante esses dois anos.

Às professoras Maria Clara Bueno Fischer, Rita de Cássia Machado, Conceição Paludo e ao professor Paulo Peixoto de Albuquerque pela disposição em participar das bancas examinadora, tanto de defesa do projeto quanto de encerramento, desse trabalho.

Ao Henrique Vidal, pela ajuda na transcrição das entrevistas e por ouvir minhas “teses” nos momentos em que precisava pensar em voz alta. Agradeço a sua amizade, cuja minha incapacidade de compreendê-la como uma relação humana e separá-las das relações reificadas a que estamos submetidos nos afastou por alguns momentos, mas que permanece um grande irmão nos momentos necessário.

À Roberta Moura, pela amizade incondicional em todos os momentos. Meu amor e consideração e a expectativa de que seja uma amizade longa e cheia de cumplicidades.

À jovem trabalhadora e militante sindical Luiza Bezerra, pela tradução do resumo e por manter firme a crença de que as jovens mulheres tem capacidade política para dirigirem o Movimento Sindical.

À Eremi Melo, mulher trabalhadora e dirigente sindical, responsável pelo meu primeiro contato com o Movimento.

À Ana Carolina Rysdyk da Silva, pela amizade e dedicação durante os anos de convivência.

À Brenda Espíndula, que no meu ingresso na Universidade disse uma das frases mais marcantes e importantes da minha vida acadêmica, que se tornou um “mantra” por muitos anos: “Seja uma grande marxista!”.

À Renata Colatto pelas ajudas tecnológicas e conversas que ajudaram a relaxar nos momentos em que o cérebro precisou de descanso.

Aos “amigos da noite” que compreenderam meu afastamentos das festas e bares, cuja convivência pretendo retomar em breve.

Aos colegas da SETUR-RS que compartilharam comigo a aflição e alegria do momento da seleção do mestrado e dos primeiros meses de mestranda.

Às colegas, alunos e alunas da Escola Justino Camboim pela convivência e troca de ideias.

Aos camaradas do meu partido, em especial aos que se tornaram também amigos e amigas e que, desde o início da minha militância, contribuíram para minha formação na práxis: Marcio Cabral, Gisele Borges, Gabriele Gottlieb, Ivandro Latino Morbach, Jéssica Mizoguchi, Fabiane Dutra, Ticiane Alvares, Manuela d'Ávila, Rafael Simões, Bruno José de Oliveira e Fabrício Solagna.

Aos meus educadores físicos Marcelo Faria e Éverton Penso, tão fundamentais nos momentos em que cuidar do corpo contribuíram para manter a mente sadia.

À todos que, de uma forma ou de outra, participaram desse processo, minha gratidão e reconhecimento.

À Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”
(Eduardo Galeano)

RESUMO

A questão examinada neste trabalho é a concepção de educação que se estabelece no processo de Formação Sindical da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB com a finalidade de contribuir para que o movimento de trabalhadores amplie a sua discussão sobre a educação e sobre a Formação dos seus Intelectuais Orgânicos. Esta Formação assume uma perspectiva de constituição da Autoeducação da classe trabalhadora que possibilite a sua consolidação enquanto movimento revolucionário que pretende a libertação humana. A práxis diária e as condições históricas e sociais são fundamentais para a produção da existência, inclusive para os sujeitos desse trabalho, e se constituem em práticas educativas que, articuladas à Educação Não Escolar, contribuem para a formação de seres sociais que se enxerguem capazes de, na produção da sua própria existência por meio do trabalho e nas lutas sociais, modificarem a sociedade de acordo com os seus interesses de classe. Fundamentamos as análises nos estudos de Marx, Engels, Gramsci, Mészáros, Lukács, Alves, Manacorda e Freire e no conceito de Formação Humana como educação que pode abarcar a totalidade dos sujeitos e auxiliá-los na compreensão do seu ser social como essencial para a Emancipação. Este trabalho é um estudo de caso no qual utilizamos dos mais variados instrumentos que auxiliaram na elucidação do problema de pesquisa. A utilização do método dialético permite a análise do problema do ponto de vista da totalidade e a relação contraditória no processo de concepção de formação da Central, analisando entrevistas e observando processos formativos. Como evidência resultante dessa pesquisa, podemos apontar principalmente: 1. A predisposição da CTB em constituir-se como espaço educativo que contribui para a elevação da consciência de classe; 2. O processo de formação da CTB possibilita a Formação de Intelectuais Orgânicos, com identidade com o movimento do qual se originaram; 3. A formação da CTB encontra-se numa relação dialética entre limites e possibilidades, que pode avançar à uma perspectiva de Autoeducação da classe, desde que articulada à luta contra o capital e pela Emancipação Humana. Esta dissertação contribui para que o movimento de trabalhadores elabore práticas educativas com uma maior vinculação com a sua base, que auxiliem na desburocratização do Movimento Sindical.

Palavras-chave: Autoeducação. Formação dos Intelectuais Orgânicos. Movimento Sindical.

ABSTRACT

The question examined in this work is the conception of education that is established in the process of union training of the Central Trade Union of Workers of Brazil - CTB in order to contribute to the movement of workers improve their discussion about education and with regard to its organic intellectual formation. This training takes a prospect of constitution of Self-Education of the working class that allows its consolidation as a revolutionary movement to human liberation. The daily practice and historical and social conditions are fundamental to the production of existence, including the subject of this study, and constitute educational practices that articulated to the Non School Education contribute to the formation of social beings which in the production of its own existence, through labor and social struggles, perceive themselves able to modify the society according to their class interests. We based the analysis in studies of Marx, Engels, Gramsci, Mészáros, Lukács, Alves, Manacorda and Freire and in the concept of Human Formation as an education that can encompass the entirety of the subject and to assist them in understanding their social being as essential to emancipation. This work is a case study in which we use various instruments that helped in the elucidation of the research problem. The use of the dialectical method allows the analysis of the problem from the point of view of totality and the contradictory relationship in the design training process of the Central, analyzing interviews and observing training processes. As evidence resulting from this research, we can mainly indicate: 1. The predisposition of CTB to constitute itself as an educational space that contributes to the rise of class consciousness; 2. The training process of CTB enables the Formation of Organic Intellectuals, with identity with the movement from which is originated; 3 The formation of CTB is a dialectical relationship between limits and possibilities that can advance the perspective of Self-Education class, since articulated the struggle against capital and for the Human Emancipation. This essay contributes to the movement of workers develop educational practices with a greater connection with their base, and to assist in the reduction of Trade Union Movement bureaucracy.

Keywords: Self-Education. Formation of Organic Intellectuals. Trade Union Movement.

LISTA DE ABREVIATURAS

CES	Centro de Estudos Sindicais
CSC	Corrente Sindical Classista
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGTB	Confederação Geral do Trabalho no Brasil
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A FORMAÇÃO NA CTB: INDÍCIOS DE CONSTRUÇÃO DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS	23
2.1	O ESPAÇO EDUCATIVO SINDICAL	24
2.2	A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	31
2.3	A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR	35
2.4	A AUTOEDUCAÇÃO DA CLASSE	39
3	MOVIMENTO SINDICAL E EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	49
3.1	O PERCURSO DA CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL	49
3.2	A CONSTITUIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA: ELEMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS	57
3.3	A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	68
4	A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO E O ESPAÇO EDUCATIVO DA CTB	78
4.1	A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO DA CTB	79
4.2	ARTICULANDO OS OBJETIVOS E OS FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO	85
4.2.1	Os Objetivos Formativos	86
4.2.2	O Movimento da práxis formativa	95
4.2.3	A Relação entre os Objetivos e os Conteúdos das Formações	104
4.3	OS INTELECTUAIS ORGÂNICOS E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE	110
5	LIMITES E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DA CTB: A UTOPIA POSSÍVEL	127
	REFERÊNCIAS	133

1 INTRODUÇÃO

A luta por um mundo melhor foi, e ainda é, uma premissa em minha vida desde o início da juventude. Conhecer os movimentos sociais de classe, como, por exemplo, o movimento estudantil e o Movimento Sindical foram desafios consideravelmente importantes em minha formação. A percepção dos movimentos, mesmo que, em alguns momentos, sem o entendimento mais aprofundado do seu significado, sempre me inquietou e incitou à participação.

Esse entendimento traz a proposição de que, embora se apresente como “o único mundo possível, conceitualmente acessível e compreensível, que é dado a nós” (LUKÁCS, 2003, p.239), essa sociedade não pode ser a única forma possível de organização política e econômica. Diante disso, esse trabalho não pretende uma suposta neutralidade porque a ciência é “uma superestrutura, uma ideologia” e, como tal, não poderá ser neutra, “jamais se apresenta numa noção objetiva; ela sempre aparece revestida por uma ideologia” (GRAMSCI, 2011, p.357). Admitindo a veracidade dessa afirmação, assumo posição ao lado da luta pela transformação social que não pode ser outra senão a superação do sistema do capital, já que apenas “uma alternativa socialista radical ao modo de controle metabólico social tem condições de oferecer uma solução viável para as contradições que surgem à nossa frente” (MÉSZÁROS, 2009, p.21)

Diante dessas premissas, o sentimento de pertencimento, de sujeito coletivo, sempre me colocou o dever de fazer parte da mudança. O porquê da existência de tanta diferença social tornou-se uma interrogação e indignação frequente na minha prática social. Nesse processo, a participação nos movimentos sociais foi trazendo algumas respostas, mesmo que provisórias, aos questionamentos e passei a reafirmar, cada vez mais, a importância da organização coletiva para as mudanças necessárias à sociedade.

A problematização dessa Dissertação nasceu de construções históricas nas quais fui me afirmando enquanto mulher, educadora, trabalhadora e militante sindical, bem como do entendimento de pertencimento à classe trabalhadora. Essa consciência de classe é algo que reafirmo diariamente e que se desenha desde tempos remotos, com o sentimento da exploração diária, no trabalho em uma empresa de *Call Center*, e com ele a indignação com a

tentativa insistente de “roubo” das mentes e a visão de companheiros que adoeciam dia após dia.

Na materialização dessa consciência, protagonizei, com outras companheiras, a organização de um sindicato da categoria, inexistente até então. As dificuldades em convencer os colegas sobre a importância dessa organização levaram-me à constatação da necessidade de Formação, o que se articula ao entendimento de que, mesmo fundamental, a escola não é o único lugar destinado à educação. São necessários espaços que alarguem os objetivos para além da escola, que auxiliem na Formação de sujeitos engajados na transformação da sociedade.

A participação na organização do sindicato, fez com que buscasse auxílio para orientar essa discussão. Com isso, veio o conhecimento das Centrais Sindicais que me levaram à compreensão do importante caráter que podem ter na educação/formação política dos trabalhadores. Concomitantemente, na universidade, os estudos desenvolvidos na disciplina de “Gestão e Organização da Educação”, ministrada pela Professora Maria Beatriz Gomes da Silva, discutia as diversas formas de organização da educação e, assim, me levava a pensar no papel da Educação Não Escolar¹ para educação dos sujeitos, em uma perspectiva transformadora.

A relação da disciplina citada anteriormente, à minha caminhada formativa não escolar, trouxe a percepção de que, mesmo sendo a escola um espaço educacional imprescindível para a Formação, outros espaços podem ampliar esse objetivo. Da constatação da importância da Educação Não Escolar, veio a escolha da temática do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. As contradições resultantes do período acadêmico, somadas à trajetória de vida, fizeram com que, naquele momento, optasse por aprofundar os estudos no espaço da Educação Não Escolar das Centrais Sindicais, devido à compreensão da importância dos processos educativos que ocorrem fora do espaço escolar.

Da necessidade de aprofundar aquela investigação, veio o ingresso na Linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação da Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS. Deste processo, um entendimento: o Movimento Sindical

¹ A Educação Não Escolar pode ocorrer nos mais diversos espaços. Entretanto, o uso deste termo faz referência ao espaço educativo das organizações políticas, mais especificamente, ao espaço sindical. Os termos Formação Sindical, Educação Sindical e Formação dos Intelectuais Orgânicos são usados ao longo desse trabalho como sinônimos, fazendo referência à Educação Não Escolar oferecida no Espaço Sindical.

constituiu-se como um instrumento essencial dos trabalhadores para sua organização e reivindicação nas negociações salariais. Mas em uma perspectiva marxista, emancipatória, precisa ultrapassar a função organizativa. E o faz, também, ao compreender o seu papel educativo em relação à consciência de classe e à luta pela transformação social. Essa atuação pode se qualificar, cada vez mais, a partir do momento em que reconhece e assume essa tarefa, esse fazer, como práxis.

A práxis é entendida, aqui, como prática social consciente, que tenha como pressuposto a importância da atividade humana como uma ação prática e teórica, enquanto ação política emancipatória da própria humanidade. É na prática social que os seres humanos constroem o caráter real das suas concepções teóricas, da sua consciência. Portanto, não se trata de mera atividade da consciência, nem tampouco atividade vulgarmente prática, mas sim a interpretação consciente da realidade na busca da transformação da mesma. Trata-se da consciência da necessidade de modificação das circunstâncias sociais que só pode ser apreendida e racionalmente compreendida na prática diária. O mundo não muda somente pela prática, mas requer uma crítica teórica, uma prática questionadora e consciente e, portanto, transformadora. Essa práxis não é individual. Ela é coletiva, da classe. (MARX, 1845; MAYORAL, 2007, VÁZQUEZ, 1977)

Dessa proposta, nasce um questionamento: Como, na sua práxis educativa, os sindicatos podem contribuir com a tarefa de formar homens e mulheres para a busca por outra sociedade?

Comprendemos que não se pode dar unicamente a eles esta tarefa (quase missão). Isso passa por um processo maior, que inclui essas organizações. Diz respeito a uma sociedade que rompa com a lógica destrutiva do capital. Como Mézáros anuncia no livro *Para Além do Capital*, é preciso “definir uma alternativa *positiva* corporificada num movimento socialista radicalmente constituído. Pois a *meta escolhida* da ação transformadora tem importância fundamental para o sucesso de qualquer alternativa que vá além do capital, que não se satisfaça com a simples superação dele” (MÉSZAROS, 2009, p.21).

A busca por romper com a ordem econômica vigente depende de outros fatores, de outros processos, que não estão circunscritos somente ao Movimento Sindical. Mas é possível afirmar que a Educação Não Escolar das Centrais passa a configurar-se como dimensão importante na Formação dos trabalhadores, do seu reconhecimento, conscientização enquanto

classe. Thompson (1987, p. 10) traz que:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

A consciência não diz respeito à constatação, mas à consciência necessária – a práxis – para mudar a realidade.

O Movimento Sindical vive a dificuldade de consolidação da sua representatividade que não pode estar descontextualizada de uma análise do desenvolvimento do capital e das suas mudanças na forma de acumulação para o enfrentamento das próprias crises, que “são momentos de reconfiguração radical do desenvolvimento capitalista” (HARVEY, 2011, p. 37). As dificuldades de organização do movimento, de certa forma, resultam do contexto de crise de acumulação mundial do capital que repercutiu no Brasil no final do último século, da ofensiva neoliberal, das novas configurações do mercado de trabalho. O neoliberalismo, mascarado pela retórica da “liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a consolidar o poder da classe capitalista” (HARVEY, 2011, p.18). A reestruturação produtiva, por sua vez, surge em resposta a essa crise e constitui um novo sistema de inovações tecnológicas na produção, novas modalidades de gestão da produção e a descentralização da produção pelas terceirizações.

As políticas de democratização do acesso ao ensino superior vêm ao encontro das demandas trazidas com a reestruturação produtiva e formam um novo modelo de trabalhador, que diferentemente do operário clássico dos filmes de Charles Chaplin, que *apenas apertava parafusos*, precisa ser mais flexível para facilmente adaptar-se ao conjunto das funções produtivas e estar disposto a apreender as novas habilidades cognitivas e comportamentais necessárias à produção capitalista. Essa conjuntura teve implicações drásticas na organização dos trabalhadores, acirrando a competitividade e reestruturando a classe, também, na sua subjetividade, domesticando o trabalhador, minimizando sua participação política e atuação sindical, suprimindo a memória do trabalhador coletivo e, por consequência, suas

experiências de classe (ALVES, 2002; WÜNSCH, 2013). As relações humanas mediadas pela tecnologia e pelas redes sociais criam, cada vez mais, uma sociedade individualizada, fechada em si mesma, com uma profunda crise das representações que dificultam a consolidação de Intelectuais Orgânicos. Essas transformações colocaram o sindicalismo tradicional em xeque. É necessário avançar nesse modelo de organização.

A prova dessa necessidade foi as Manifestações de Junho de 2013. Apesar do discurso latente na época que anunciava o “despertar” do povo brasileiro, a história comprova que a classe trabalhadora brasileira constituiu-se na luta, nas reivindicações e que os trabalhadores organizados foram um elemento fundamental nos momentos em que a correlação de forças era a mais desfavorável possível à classe trabalhadora. Esse fator da consciência política coletiva se manifestou historicamente na relação de forças políticas na disputa pela hegemonia.

Em tempos de relações humanas ensimesmadas (ALVES, 2013), Junho de 2013 foi a materialização dessas relações, consolidando-se com pautas pontuais, até individuais. Nada estranho a um movimento que se forjou nas redes sociais e foi ganhando adeptos das mais diferentes ideias e ideais e composto predominantemente por trabalhadores caracterizados pela mídia, enquanto classes médias, pela necessidade de desvincular essas manifestações da luta de classe. Para Alves (2014), essas camadas médias têm sua existência precarizada. Enquanto proletariado, sofrem a manipulação midiática e, despojadas da sua consciência, aspiram o consumo enquanto classe dominante:

Por um lado, a parcela do precariado despolitizado e indignado torna-se refém das ideologias reacionárias de direita ou extrema direita. Por outro lado, a parcela do precariado mais politizada e inquieta com a condição de proletariedade tende a assumir, em sua ampla maioria, a ideologia do proletariado radicalizado que encontra no esquerdismo seu leito natural. Estes são os polos antípodas da alma do precariado, manipulados, em seus limites antitéticos, pelas forças políticas da esquerda e extrema esquerda e, na outra ponta do espectro político, pelas forças políticas da direita liberal, reacionária e neofascista. (ALVES, 2014, p.183)

O momento histórico de Junho de 2013 exigiu uma resposta dos movimentos sociais organizados, no sentido da sua coordenação política e definição de pautas e reivindicações claras. No Movimento Sindical, essa resposta veio tardia com a mobilização do dia 11 de julho, que paralisou o Brasil inteiro agregando as demandas das centrais às manifestações. Mas, toda a luta por direitos tem seu cunho educativo. No caso de Junho de 2013, que num

primeiro momento parecia resultar em um reconhecimento pelo conjunto da sociedade da importância das lutas sociais, concomitantemente resultou em um avanço do conservadorismo (como foi possível verificar no processo eleitoral de 2014), que precisa ter como aprendizado um novo crescimento de movimentos sociais que, por sua vez, precisam dar uma resposta rápida para conter esse avanço.

Contudo, reforça-se, aqui, a crise do Sindicalismo Tradicional que, em conjunto com “a miséria da intelectualidade da esquerda reformista ou os devaneios da intelectualidade de extrema-esquerda” tem demonstrado uma incapacidade de operar “práticas culturais e políticas de formação da classe no cenário de barbárie social”. Essas condições forjam uma crise do Intelectual Orgânico no Brasil, visto que os sindicatos e partidos de esquerda têm dificuldade em absorver a chamada *nova classe média* para o seu lado na luta de classes (ALVES, 2014, p.188). É preciso reinventar formas de trazê-los aos movimentos, na medida em que os saberes produzidos, na práxis ou até por meio dos cursos e seminários podem constituir-se como instrumento de conquista dos mesmos para a luta da classe trabalhadora.

Construir um Movimento Sindical comprometido com a luta de classe implica em que os trabalhadores mediados pela práxis possam almejar a “criação da alternativa radical ao modo de reprodução metabólica do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p.21) Desta maneira, a Formação Sindical nas Centrais contribui para formá-los Intelectuais Orgânicos, que se percebam como classe e que, de alguma maneira, contribuam à luta por sua própria emancipação. Fundamenta-se na necessidade de “forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual da massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 2011a, p.103). Diz respeito a uma compreensão que se dá no terreno real de disputa entre as mais diversas concepções políticas e econômicas, que contribui para a elaboração consciente da abstração da práxis política real. Essa consciência é parte de um contexto no qual se articulam as concepções políticas, fazendo com que se percebam parte de um grupo social na disputa pela hegemonia de classe.

Das premissas apresentadas, esse estudo de mestrado **objetiva** compreender a Concepção de Formação Sindical da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB – presente na Formação dos trabalhadores e trabalhadoras com a finalidade de contribuir para que o movimento de trabalhadores amplie a sua discussão sobre a educação.

Como objetivos específicos, este estudo visa compreender: a política organizacional

da Central e suas influências na proposta formativa; a concepção de educação presente na Formação dos trabalhadores e como se articula com a Formação da classe trabalhadora; e como a concepção de Formação é práxis educativa, articulando-se à perspectiva de desenvolvimento e elevação da consciência desta classe.

Os objetivos supracitados derivam da **questão principal de pesquisa**: Qual é a concepção que está presente na Formação dos trabalhadores no exercício de mandato de dirigentes sindicais afiliados à CTB?

Na busca por respostas, mesmo que provisórias, à questão de pesquisa, alguns questionamentos nos auxiliaram a compreender a totalidade do fenômeno. É importante ressaltar que estas compõem o instrumento de pesquisa. São eles: De que forma a Central se organiza para garantir a Formação? De que maneira se expressa a concepção de educação no movimento da práxis formativa e no conteúdo dessa Formação? De que maneira a concepção se reflete na sua práxis política?

A escolha da CTB como lugar de pesquisa se deveu aos indícios que apontavam nessa Central uma maior preocupação com a Formação num caráter de consciência de classe, que vem ao encontro dos objetivos deste trabalho. No desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso no ano de 2010, por meio da realização de entrevistas e observação em cursos de formação, ficou evidente que entre as preocupações da Central está a formação da classe trabalhadora. Além disso, a relação previamente estabelecida com a Central possibilita a disponibilidade de acesso aos dados necessários para o andamento deste estudo.

Esta pesquisa foi realizada por meio de entrevistas, análise de documentos², buscas no site da Central e observação em um curso de formação³ na cidade de Porto Alegre. Esses dados, por sua vez, foram articulados aos referenciais teóricos que, no momento da escrita, pareceram adequados à compreensão do fenômeno em questão. A pesquisa de campo, como um todo, foi realizada no período de outubro de 2013 a maio de 2014. Os instrumentos utilizados foram entrevistas, observações, documentos e publicações na página virtual da Central. Os documentos utilizados estão publicados em dois livros organizados pela CTB,

² Os documentos analisados encontram-se reunidos em dois livros, de publicação da Central, referido ao final deste trabalho. Este livro reúne textos produzidos sobre a conjuntura no seu surgimento, o manifesto de fundação, plano de lutas, estatuto, princípios e objetivos da CTB.

³ O curso observado foi o de nível básico, com duração de 32 horas. Os conteúdos do curso foram: A Origem do Sindicato, A História do Movimento Sindical Brasileiro, Concepções Sindicais, Transformação no Mundo do Trabalho e Como Fazer uma Análise de Conjuntura.

referidos no final do texto. A observação foi feita em um curso oferecido pela Central, com duração de dois dias e com o objetivo de verificar o caráter prático da concepção de educação explicitada. Os cursos foram gravados e ouvidos novamente em outro momento. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas na sua totalidade. Os excertos trazidos ao longo do trabalho foram selecionados por conterem os elementos mais significativos que expressam as contradições e concepções de Formação na Central.

Foi realizado um total de cinco entrevistas: duas, em momentos distintos, com a Secretária Nacional de Formação da Central (ent.1 e 3); uma com a Secretária de Organização da CTB-RS (ent.2), que em gestão anterior também havia assumido a tarefa de formação, uma com um dos formadores (ent.4); e uma com um dirigente metalúrgico, formado pela Central e que passará a atuar como formador (ent.5). Essas entrevistas foram fundamentais para elucidar as preocupações com relação ao processo educativo da CTB.

É importante evidenciar que o princípio da unidade, ressaltado pela Central em diferentes momentos da pesquisa, esteve presente na coleta de dados como um todo, na medida em que não houve divergências na concepção de educação da Central entre as diferentes falas e documentos analisados. É importante frisar que as contradições expostas aqui não pretendem constituir-se enquanto crítica ao qualificado trabalho educativo realizado pela Central. Elas se deram no sentido de tentar auxiliar, apontar possíveis caminhos a serem trilhados e contribuir com a Formação do movimento. Porque essa Dissertação não pretende somente discorrer *sobre* a Formação, mas ela também é escrita *para* a CTB, com a expectativa de que faça uso dos conceitos e proposições feitas aqui, na medida em que os considerem relevantes para aprimorar seu processo formativo.

Início a escrita desse trabalho a partir de alguns conceitos centrais que sustentam a análise dos dados. Embora essa primeira parte tenha um caráter mais teórico do que propriamente de análise dos dados coletados, considero que esse processo não pode ser estanque, o que levou a estabelecer, desde os primeiros capítulos, uma relação no diálogo entre os autores e a educação na CTB, mediada pelo meu entendimento de Formação.

No primeiro capítulo, discuto elementos que indicam a existência e as necessidades na busca pela Formação dos Intelectuais Orgânicos da Classe Trabalhadora. Apresento, a hipótese de que, no Espaço Educativo Sindical, a possível articulação entre a Educação Não Formal e a Educação Não Escolar poderá constituir-se enquanto elementos que corroboram

para a referida formação. Abordo, também, a relação entre o Movimento Sindical da CTB, suas contribuições para o desenvolvimento de uma perspectiva de Autoeducação da classe trabalhadora.

No segundo capítulo, apresento alguns elementos históricos de constituição das centrais sindicais no Brasil que auxiliam na compreensão do espaço de estudo e das contradições históricas vividas pelo movimento de trabalhadores. Trago, também, o percurso de fundação da Central e sua relação com a classe trabalhadora no Brasil, com vista a compreender a particularidade do processo educativo inserido nesse contexto histórico, porque a concepção de educação da CTB não pode ser vislumbrada se não na realidade social em que se insere. Portanto, as contradições e conflitos envolvidos nesse processo são fundamentais para o entendimento da sua concepção educativa. Além disso, discuto a educação da classe trabalhadora e a perspectiva de educação onilateral enquanto necessária na busca da dimensão educativa do trabalho e para uma concepção de ser humano indivisível.

No terceiro capítulo, analiso os objetivos e as contradições estabelecidas no espaço educativo da Central, sua concepção de formação, o movimento da práxis formativa, desde seus objetivos até a realização e relaciono os conteúdos aos objetivos pretendidos. Em seguida, trago a discussão da elaboração dos Intelectuais Orgânicos enquanto objetivo principal da educação sindical, bem como a relação dos mesmos com a elevação da Consciência de Classe dos trabalhadores participantes dos cursos e militantes dos sindicatos vinculados à CTB.

Por fim, expresso algumas reflexões sobre a totalidade da pesquisa, apresentando os limites e as possibilidades que se apresentaram na concepção de formação da CTB, bem como a utopia possível de se estabelecer no processo educativo.

Ao longo da discussão, afirmo a necessidade de analisar a realidade do ponto de vista da totalidade. A utilização do método dialético, “baseado nas contradições que apresentam os fenômenos” (TRIVIÑOS, 2001) não possibilita compreender qualquer fenômeno na sociedade sem considerá-la enquanto constituidora do próprio fenômeno, com todas as contradições que são inerentes à constituição da sociedade capitalista, no conjunto das relações estabelecidas, da vida econômica, social, política e cultural e o reflexo desta última na consciência dos homens e mulheres.

A ideia central integrante da análise do problema de pesquisa é a de que os indivíduos

são produto de condições socialmente determinadas e que essas determinações, por sua vez, são produto das relações de produção estabelecidas – reflexo da estrutura econômica da sociedade que sustenta uma superestrutura jurídica e política e que, portanto, determina formas de consciência social – em conjunto com as forças produtivas – determinadas pelas relações de trabalho e meios de produção – de determinado tempo histórico. “Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o ser social é que determina a sua consciência” (MARX, 2008, p.47). Assim, considero que o indivíduo jamais pode ser analisado isolado, mas precisa ser entendido como sujeito integrante da realidade social em que está inserido. Todas as determinações sociais são produto da ação humana através do trabalho, portanto somente a partir dela poderão ser transformadas.

A CTB, assim como a totalidade dos movimentos sociais organizados, está inserida na sociedade, permeada por suas contradições e é analisada com essa clareza. Desta forma, compreendemos que a formação na Central poderá constituir-se enquanto meio para fortalecer a organização dos trabalhadores e trabalhadoras para que, nas suas vivências sociais, sistematizadas na práxis formativa, alcancem um nível superior de consciência de suas condições sociais e históricas que possibilite a sua emancipação. Deste reconhecimento articulado à ação humana coerente, direcionada, poderá germinar a semente para a construção de uma sociedade em que seja abolida a contradição Capital vs. Trabalho e, por consequência, a relação Opressores vs. Oprimidos. Esta, acredito, é uma das premissas principais na constituição da concepção de Formação que precisa estar presente na formação dos trabalhadores.

2 A FORMAÇÃO NA CTB: INDÍCIOS DE CONSTRUÇÃO DOS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS

Estabelecer a relação entre as diversas formas de educação, diz respeito a entendê-las enquanto processos que estão interligados na Concepção de Formação da CTB. Inicialmente, interessa esclarecer sobre quais perspectivas e relações utilizamos os conceitos de Espaço Educativo, Educação Não Formal e Educação Não Escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – prevê essa amplitude da educação. De acordo com o art. 1º, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

A educação, portanto, não é um processo exclusivo da escola, ela pode acontecer em locais diferentes e em diversas situações sociais que não se limitem ao espaço escolar formal. O que não significa negar o papel da instituição escolar na formação dos sujeitos. Diz respeito ao reconhecimento da importância das práticas educacionais que contribuem para complementá-la, problematizando-a e questionando-a. Os conceitos articulados no esquema abaixo apontam para a concepção de educação da CTB.

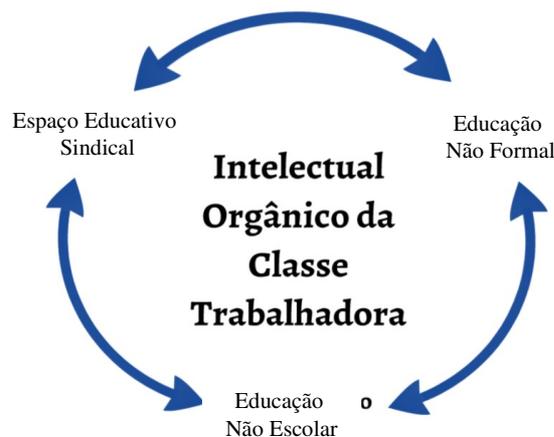


Figura 1: Concepção de Educação
Fonte: Elaboração da pesquisadora

A articulação entre a Educação Não Formal, a Educação Não Escolar e a práxis diária desenvolvida no espaço educativo sindical apontam para a perspectiva de Formação dos seus próprios intelectuais, que serão responsáveis pelos processos educativos desenvolvidos no interior da CTB.

De posse dos dados que indicam a política, a concepção de educação e maneira como a prática política e educativa é organizada, em síntese, analisamos que a concepção de educação da Central articula questões vinculadas à Educação Não Escolar, que transcende a educação oferecida nas escolas, proporciona um percurso formativo que leva em consideração a prática política. Esses conceitos, considerados de forma articulada, constituem a concepção de educação da CTB e contribuem para o princípio da elaboração dos seus Intelectuais Orgânicos.

2.1 O ESPAÇO EDUCATIVO SINDICAL

Os espaços que contribuem para a educação dos sujeitos podem ser os mais diversos. Não é diferente na CTB. A escola é o principal espaço formativo existente e assim se constituiu historicamente. Como ressalta Gramsci (2001b, p.19), ela é “o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis”. Nela são concebidos os primeiros processos educativos formais que constituem os sujeitos.

Além da escola, podemos citar inúmeras organizações não escolares que complementam a educação escolar, como as organizações não governamentais – ONGs, as igrejas, a mídia, as associações de moradores, etc. Cabe lembrar ainda, que a participação dos sujeitos nos movimentos sociais, assim como o Movimento Sindical, contribui para qualificar e ampliar a educação realizada pela escola, em especial no que diz respeito aos Intelectuais Orgânicos dirigentes do movimento:

As centrais têm capacidade e condições de formar seus professores. Isso é bom. Por exemplo, você entra numa faculdade, mas a melhor faculdade é você militar dentro do movimento (ent.5).

A fala indica que, mesmo com a importância da educação formal, a prática social é fundamental na Formação dos militantes.

Se os partidos são o lugar onde se dá a elaboração dos Intelectuais Orgânicos de cada

classe por propiciar a soldagem entre eles e os intelectuais tradicionais, essa tarefa pode também ser assumida pelo espaço sindical. Essa equiparação se dá devido ao fato de que este congrega um grande número de trabalhadores que podem vir a se constituir como Intelectuais Orgânicos, tornando-os militantes da classe trabalhadora. Mas para isso, precisam constituir-se enquanto indivíduos com inserção ativa na vida prática, construtores e organizadores permanentes e não meros oradores. Vale lembrar que o partido extrapola os partidos políticos tradicionais e estende-se aos grupos sociais que são a expressão de uma reivindicação coletiva (GRAMSCI, 2011b,c).

A civilização moderna cria, para toda atividade prática, uma escola especializada para seus dirigentes e especialistas e, portanto, tende a elaborar um grupo de intelectuais de grau mais elevado, que ensinam nessas escolas (Gramsci, 2011b). É legítimo que as Centrais Sindicais que carregam a incumbência de dirigir e centralizar a luta dos trabalhadores organizados nos sindicatos, quando tomam para si a tarefa formativa, criem a sua própria escola para elaborar o seu quadro de intelectuais dirigentes e

formar novas lideranças para ocupar os espaços do movimento (ent.2).

Comprendemos que a Educação Não Escolar é um elemento complementar à educação formal, pois, como está organizada, a Escola não é capaz de abarcar a variedade de fenômenos sociais da sociedade atual. Ela proporciona

uma concepção totalmente diferente daquilo dado na universidade (ent.5).

Mesmo com a ampliação do acesso à escola pública, a educação ainda conta com uma divisão entre a educação destinada a cada classe. Não podemos esquecer o fato histórico de que a instituição escolar que conhecemos hoje é “produto e, ao mesmo tempo, elemento constituinte da sociedade burguesa” (FERRARO, 2009, p.308). Embora a escola contemporânea, por meio das lutas dos trabalhadores, possa ter avançado na inserção dos filhos dessa classe, em seu processo histórico, ela é criada pelo sistema capitalista a fim de formar trabalhadores em condições de produzir e servir a lógica instituída. No contexto da escola tradicional, “a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (GRAMSCI, 2011b, p. 33). Essa análise da Escola Italiana ainda se aplica aos dias atuais, bem como ao contexto social e histórico brasileiro.

As políticas de ampliação do acesso à universidade para a classe trabalhadora podem ser sinalizadores da ocupação da função social de intelectual pelas classes subalternas. Contudo, ainda vivenciamos a divisão entre a escola técnica e intelectual (clássica). Essa divisão, por sua vez, reforça a separação entre trabalho intelectual e manual. Historicamente, portanto, se consolida a dicotomia das instituições escolares: à classe trabalhadora é destinada a educação técnica, enquanto à classe dominante é dado o privilégio da educação universitária.

O Espaço Educativo Sindical possibilita suprir essa lacuna deixada à classe trabalhadora com a hierarquização escolar do sistema capitalista. Nesses espaços é possível desenvolver um posicionamento crítico de leitura da realidade.

Se o sindicalista não estuda, não se forma, ele, talvez, não será uma liderança (ent.1).

Está presente, aqui, a preocupação de que o desenvolvimento do trabalhador intelectual pode contribuir para torná-lo um organizador de massa, com propriedade teórica e prática da tarefa.

Precisamos deixar nos participantes a vontade de estudar, por que só o curso não forma, mas tenta criar nas pessoas a necessidade de pesquisar, estudar, planejar e fazer um sindicalismo diferente. [...] Quase 100% das pessoas, quando fizemos a avaliação, diz que foi importante, que tem outra visão, que vai estudar (ent.1).

Entretanto, isso aparece, nas entrevistas e documentos, como objetivo, percepção. Não ficou explicitado como essa formação intelectual se efetiva para o trabalhador no seu dia a dia, na militância do movimento, embora possamos perceber alguns reflexos nos fundamentos, avaliados posteriormente. Na observação feita durante um dos cursos, foi possível perceber essa premissa na fala de um dos formadores:

Sindicalista que não se forma, se deforma. Com um trabalho cotidiano nós estamos nos atualizando e no movimento sindical não é diferente. Temos que acompanhar as mudanças que acontecem no mundo do trabalho, na sociedade. Nós nos aperfeiçoamos cada vez mais. Como dizia a minha vó: “quanto mais a gente sabe, mais se sabe que pouco sabe”. A gente vai tomando conta do conhecimento e vai vendo que precisa aprender mais. O objetivo não é pra vir aqui e ensinar para vocês ficarem prontos, mas sim pra instigar vocês a procurarem se informar, se formar, buscar, trocar ideias. Nossas conversas, aqui, são cheias de idas e vindas, onde vocês vão trazer problemas e soluções, e os professores vão procurar também levar isso para vocês. (aula 2)

Ao pensar a Escola Unitária, Gramsci traz conceitos que podem ser repensados no contexto desse estudo. Ao analisar a sociedade italiana, o autor discute a necessidade de uma educação que equilibre os conhecimentos do campo prático, técnico e o desenvolvimento das capacidades de trabalhar intelectualmente. Nessa questão, a Formação da CTB ainda parece

estar em construção em se tratando de formar para um sindicalismo diferente. Isso se expressa na afirmação de que:

“[...] o nosso movimento social está afastado da base. Acho que o nosso movimento sindical e social, como um todo, está muito na institucionalidade”(ent.2).

Essa limitação expressa uma contradição na constituição dos intelectuais: dificulta-se a Formação dos Intelectuais Orgânicos se estes estão afastados da sua base e enredados pela institucionalidade. Isso se desenha no processo histórico brasileiro, desde a corporativização dos sindicatos pelo estado na década de 1930, passando pela reorganização produtiva da década de 1990 e pelo fenômeno da terceirização. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil teve sérias consequências políticas ao movimento. Levou os sindicatos à defensiva na tentativa de sobrevivência frente aquela situação que conduziu à “fragilização das representações e das práticas sindicais, o que está reforçando as atividades corporativas em prejuízo da consciência coletiva de classe” (LARA, 2010, p.92).

Nesse cenário, é fundamental repensar a tarefa do Movimento Sindical, que precisa recuperar sua centralidade na organização da luta da classe trabalhadora. Do ponto de vista da Formação Sindical, é importante retomar a função assumida pela Escola Unitária gramsciana. Embora o autor tenha considerado a Escola Formal, ele coloca que essa instituição “deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa *autonomia na orientação e na iniciativa.*” (GRAMSCI, 2011b, p.36, grifo nosso). Para o autor, a Escola Unitária compreende o trabalho como princípio educativo no desenvolvimento integral do ser humano, além da formação para o pensamento autônomo, fundamental para a prática política.

Diante da impossibilidade de implementação dessa escola formal na conjuntura atual, permeada pelos ideais da divisão do trabalho (FERRARO, 2009), é necessário a busca de alternativa. Mesmo com a elevada elaboração pedagógica estatal, feita por intelectuais do campo educacional, a execução dessa proposta em sua integralidade implica uma mudança política maior, em que o estado pense a educação na perspectiva de classe. Acreditar em mudanças profundas na educação ou em outros campos, sem o exercício do poder pela classe trabalhadora, é uma ilusão. “É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente*” (MÉSZÁROS, 2005, p. 27. grifo do autor).

Mesmo assim, o Espaço Educativo Sindical se apresenta como alternativa possível “na realização das tarefas imediatas” para a luta estratégica maior, de construção de uma nova ordem social (MÉSZÁROS, 2005, p. 77) ao complementar a Educação Escolar, com formação para o pensamento autônomo e a Autoeducação da classe. Dessa concepção, deriva sua tarefa educativa: esse espaço precisa consolidar-se como escola da luta de classes, avançando na sua função econômica e estendendo-se à instância de disputa por hegemonia.

A educação nesses espaços precisa ser concebida enquanto práxis, ação concreta que auxilie os trabalhadores e trabalhadoras a entenderem seu papel político na busca por superar suas condições de existência, de submissão à uma classe. Essa superação só poderá ser possível através de uma profunda transformação da sociedade e deriva, também, da práxis. Essa concepção é visível nos cursos, na compreensão de que a teoria fundamenta a avaliação da prática:

O processo de formação é algo que consideramos muito importante, pois no movimento sindical há uma tendência muito grande de buscar as respostas para os problemas que aparecem e se formar muito pouco. A não ser a formação da própria prática, que, também, é importante. Mas a questão do estudo, do debate, dos cursos no movimento sindical ainda se faz muito pouco no Brasil. Isto tem que aumentar para não atingirmos somente os sindicalistas, mas a base do sindicato, pois todos têm necessidade de passar por este processo de formação devido à necessidade de compreensão da realidade que se está inserido. (ent.4)

Nesse sentido, a Formação precisa, antes de tudo, auxiliar o trabalhador na constatação da relação de exploração estabelecida na sua produção de existência, através da alienação do seu trabalho e do seu protagonismo na tarefa de transformação dessa relação. Se “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, p.47), cabe às Centrais formar para o entendimento de como se dá essa produção. Em uma sociedade com grande influência da mídia, responsável, em parte, pela naturalização do sistema de produção capitalista, a visão da exploração do trabalho como um processo natural torna-se um risco iminente devido ao ocultamento do real que o capitalismo faz: é por meio da ideologia que a sociedade burguesa acaba “dissimulando para si mesma sua própria história” (CHAUÍ, 2007, p.156), naturalizando as relações de produção.

Isso nos leva a crer que a simples constatação é insignificante se não contribuir à elevação da consciência de classe, que não pode ser mera atividade da consciência, mas sim instrumento prático para a luta política (LUKÁCS, 2003), visando transformar o mundo e torná-lo domínio coletivo. Diz respeito ao entendimento de como a sociedade é constituída e

da necessidade da organização coletiva para a luta por mudanças sociais. A luta sindical e dos movimentos sociais em geral se dá no sentido de garantir direitos para a coletividade, diferentemente da cidadania neoliberal, entendida do ponto de vista do indivíduo (GOHN, 2001). Essa construção de coletividade é, por si só, um processo educativo, que se dá na militância diária e nas lutas cotidianas, “na perspectiva do acúmulo de poder e das transformações sociais” (PALUDO, 2011, p.24).

A luta por direitos sociais, garantindo o entendimento do sujeito sobre o direito de acesso a questões básicas, relaciona-se com o cidadão enquanto agente político na sociedade. Neste caso, o Espaço Educativo pode aperfeiçoar os processos de desenvolvimento da criticidade e intensificar o processo de participação política:

[...] nós achamos que o sindicalismo tem que atuar na economia, na política e na ideologia, então nós temos que participar da política. Não é que se deixe de atuar no sindicato, porque lá fica a sua base. Mas eu acho importante eleger, seja no parlamento ou no executivo, pessoas compromissadas com o nosso projeto. (ent.1)

Em tempos de democracia representativa, em que o movimento busca se recuperar da crise de representação em que está imerso, essa dimensão de participação política, da busca por parlamentares comprometidos com os trabalhadores, é importante. Por outro lado, também é fundamental desvincular o movimento da instância corporativa, superando essa contradição histórica. É preciso deixar claro a premência de que o movimento seja, cada vez mais, autônomo e que dele devem emergir as suas necessidades políticas e formativas, para assim cumprir o desafio de “romper com o viés burocrático-corporativo, organizar e mobilizar um contingente maciço de jovens operários e operárias, empregados e empregadas e, inclusive, trabalhadores por conta própria precarizados, explorados pelo capital” (ALVES, 2002, p.91).

É mister que esse espaço edifique um saber emergente da classe trabalhadora e que seja usado em favor dos seus objetivos sociais. A apropriação do trabalho intelectual, que, historicamente, pertence à classe dominante, constitui um importante instrumento da classe trabalhadora no seu processo de Emancipação. Nesse sentido, a Formação na CTB contribui para que o sujeito perceba a transformação como movimento coletivo e sua importância nele, questionando a difusão dos ideais individualistas.

Mas isso não é espontâneo; o que salienta ainda mais seu cunho educativo. Mesmo que se verifique com grande intensidade na luta cotidiana, a educação não acontece somente

na prática, pois “sem teoria pedagógica revolucionária, não poderá haver prática revolucionária” (PISTRAK, 1981, p.29). Exige a estruturação de cursos, materiais e um grupo de pessoas que auxiliem do ponto de vista político e pedagógico, criando estratégias que facilitem a construção e elaboração de conceitos, “concebendo a educação para o pensamento autônomo e sistemático” (LUXEMBURGO, 2010, p. 407).

A construção da autonomia é fundamental para formar Intelectuais Orgânicos capazes de elaborar suas próprias necessidades formativas e tornarem-se sujeitos ativos do processo educativo, e não objetos dele. Diz respeito a indivíduos com organicidade e capacidade de exercer funções diretas da sociedade, armando-se dos conhecimentos necessários para travar a luta emancipatória (PISTRAK, 1981; GRAMSCI, 2011B; FREIRE, 2011).

Há, ainda, a questão da socialização de experiências e os debates em grupo, que contribuem para a elaboração dos saberes coletivos. O conhecimento das conquistas de determinado grupo produz o entendimento de que somos sujeitos históricos e não objetos de uma trama escrita por outrem. A constatação de lutas e experiências passadas exerce a função de instrumento de modificação do presente, pois, ao compreender as conquistas garantidas pela força dos movimentos organizados, aprende-se que a história não é determinada e sim mutável. Esse ideal contraria o que disseminam os meios de comunicação em massa, que fazem do conformismo das relações econômicas e sociais estabelecidas o senso comum na sociedade e que pregam o futuro como austero. Ao desvendar as diferenças sociais ocultadas por meio da ideologia, adquire-se a consciência da primordialidade da mudança. Esse é um princípio fundamental nesses Espaços Educativos.

Enquanto buscamos o momento histórico para a implementação de uma escola unitária, capaz de formar o indivíduo na sua integralidade e valorizar o trabalho – princípio educativo – cabe construirmos espaços de resistência capazes de suprir essa necessidade, formando intelectuais preparados, nos mais diversos níveis, para a disputa por hegemonia e para cumprir a tarefa histórica transformadora da classe trabalhadora.



Figura 2: Espaço Educativo da CTB
Fonte: Elaboração da pesquisadora

A dimensão do Espaço Educativo, expressa no esquema da figura acima, está presente na proposta de educação da CTB na medida em que articula a prática diária, o dia a dia da militância sindical ao conhecimento histórico, filosófico e à formação intelectual, buscando preencher, embora parcialmente, essa lacuna histórica deixada pela divisão social do trabalho. Assim, o espaço sindical se consolida, também, educativo, numa perspectiva emancipatória: quando articula os momentos de Educação Não Formal e Não Escolar, como abordado logo a seguir.

2.2 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Educação Não Formal são os processos educativos que acontecem fora das instituições formais de educação – escola, universidade – e podem ocorrer em todo e qualquer ambiente pedagógico, ou seja, que produza conhecimento. Todo e qualquer espaço de convivência, de socialização, diálogo e troca de ideias, é produtor de conhecimento, portanto pode ser considerado um Espaço Educativo Não Formal. Como afirma Paracelso (*apud* Mészáros, 2005, p.47), “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato

quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”.

A Educação Não Formal ultrapassa as instituições escolares e avança para “os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo e outras atividades afins” (RODRIGUES; TAMANINI, 2012, p.2) e estabelece um campo educativo que abrange os movimentos sociais organizados ou processos educacionais articulados com a sociedade e com indivíduos.

Como a maior parte das coisas é definida nos momentos inevitáveis de aprendizagem da própria vida, “o êxito depende de se tornar consciente esse processo de aprendizagem” e ampliar esses momentos não institucionalizados de educação para “perseguir o objetivo da mudança verdadeiramente radical”. É a educação como práxis e não como formalidade. A formalidade da educação reforça o cárcere “dentro do círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido dessa lógica autocentrada do capital” (MÉSZÁROS, 2005, p.48).

A Educação Não Formal compõe o rompimento da definição de educação enquanto atividade puramente intelectual e com espaço delimitado, crivada pela divisão social do trabalho e avança para uma perspectiva de educação pela práxis, que compreende inserida na educação a esmagadora maioria da humanidade que se encontra excluída da educação formal.

A participação no movimento sindical, social, no coletivo é válida, pois é um aprendizado muito grande pra gente. Meu aprendizado maior foi dentro o movimento sindical. Na prática. O melhor espaço de formação é o espaço sindical (ent.5).

Verificamos, aqui, que a aprendizagem na prática diária no movimento é inevitável. Ela acontece nas reivindicações salariais, nos movimentos por melhores condições de trabalho, nas greves, na luta conjunta com outros movimentos sociais, na organização de fórum, debates, conversas informais, etc. Qualquer espaço dos movimentos sociais traz consigo perspectivas educativas. A Educação Não Formal não é restrita e sim transversal, permeia todos os lugares. Não ocorre somente nos momentos sistematizados de formação:

Temos a revista Visão Classista, que tem essa finalidade. Nós temos os materiais com os resultados dos nossos primeiros congressos, e lá tem o nosso projeto, tem estatuto, resoluções, tem o jornal da CTB, além do nosso portal. Tudo isso nós consideramos espaços de formação (ent.1).

Essas práticas, embora Não Formais, também difundem os ideais do movimento e publicizam conhecimentos. Essa dimensão contribui para o entendimento de que todos os momentos podem contribuir para a Formação Humana, fundamentada na práxis social dos sujeitos, enquanto perspectiva de educação contínua presente nas diversas lutas e atividades

empreendidas pelos trabalhadores.

A Educação Não Formal, na sua relação com os Movimentos Sociais, é marcada “pelo intenso grau de trocas sociais que propiciam a construção de identidades comuns, de sentimentos de pertencimento e de canais de expressividade” (SPOSITO, 2000, p.88). O sentimento de pertencimento a um grupo, de sujeito coletivo, traz questionamentos importantes e reafirma a importância da organização para as mudanças necessárias.

Na CTB, esse processo ocorre na luta diária no movimento, na transposição das suas concepções para os seus materiais, como jornais, revistas, etc, mas, também, na compreensão da vida real, da luta diária dos trabalhadores, nas práticas de Educação Não Escolar. Se a aprendizagem é a própria vida, o processo de Educação Não Formal dos trabalhadores filiados à Central se dá em todo e qualquer momento das suas vivências pessoais e, principalmente, na sua vinculação com a militância.

A aprendizagem da vida tem a vantagem de não estar inserida na formalidade e, por isso, não pode ser imediatamente controlada pela estrutura estatal do capital. Esses processos que abarcam toda a aprendizagem mais geral, pouco estão ligados à educação escolar e tem relação direta como as

[...] nossas repostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem as partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias (MÉSZÁROS, 2005, p.53).

Aqui se constrói a dimensão da totalidade, que contribui para reduzir os efeitos da fragmentação trazida pela Educação Formal. Mas para que a aprendizagem possa ser a própria vida, é preciso “reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical”. Isso só se será possível com o enfrentamento às formas dominantes de internalização, que estão consolidadas por meio do sistema de educação formal, que cumpre a função de “induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-lo às exigências da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2005, p.55).

É aqui que a Educação Não Formal no Movimento Sindical precisa cumprir seu papel: na criação de um movimento coerente de “contra-internalização” (MÉSZÁROS, 2005, p.56),

que avance para a criação de uma alternativa educativa ampliada, que permita a contraposição à formação para o conformismo. Para isso, a educação precisa configurar-se como formadora de uma consciência que se contraponha à internalização promovida pelo capital e que, ao mesmo tempo, busque alternativas propositivas para a construção de outra ordem social.

A figura abaixo sintetiza os elementos no qual se insere a Educação Não Formal no contexto deste estudo. A representação, feita em um movimento circular e aberto, foi assim feita no intuito de demonstrar que esse processo não é linear, mas é um movimento que não se encerra em si mesmo e está em permanente mudança.

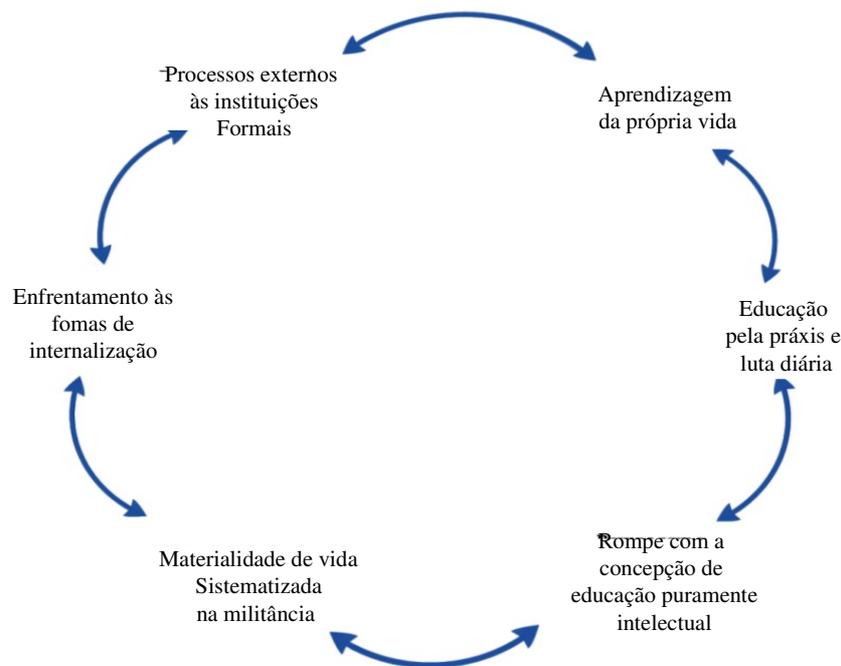


Figura 3: Espaço Educativo da CTB
Fonte: Elaboração da pesquisadora

Os processos educativos Não Escolares são aqueles externos às instituições formais. Eles são a aprendizagem da vida, que no contexto do movimento sindical é a própria práxis, a luta diária empreendida pelo movimento, seja no processo de mobilização desde as lutas mais pontuais até as mais globais da classe trabalhadora ou no próprio movimento de negociação entre capital e trabalho. Esse viés educacional rompe com a concepção puramente intelectual na medida em que sistematiza, na militância, a materialidade de vida dos sujeitos envolvidos

no movimento sindical. Se compreendida na sua dimensão emancipatória, contribui para o enfrentamento às formas de internalização do capital e, por consequência, no processo de emancipação humana.

2.3 A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR

A Educação Não Escolar carrega elementos da Educação Não Formal e também da Educação Escolar, mas que ultrapassam esse âmbito. Acontece fora do espaço educativo institucional, mas tem formalidade e se assemelha a ele. Estabelece um rompimento com a lógica disciplinar e propicia um percurso formativo que leva em consideração as práticas diárias, a vida concreta, estabelecendo relações entre o conhecimento que pretende construir e a reflexão sobre a realidade em que estão inseridos (RUMMERT, 2004).

Na perspectiva da Central, a Formação é pensada com a ótica de que:

os dirigentes têm que conhecer as suas categorias, suas relações de trabalho, a sua vida além de ter subsídios teóricos para fazer uma análise de conjuntura, seja econômica, sindical ou política (ent.1).

Por outro lado, mesmo com esse rompimento disciplinar, a CTB carrega consigo alguns elementos da Educação Escolar que são ausentes na Educação Não Formal, como o planejamento pedagógico. As atividades, aulas ou grupos de discussões, estabelecidos nessas práticas, são previamente planejados, carregados de intencionalidade e cientes dos objetivos que pretendem alcançar. A aprovação, no processo de fundação da CTB, dos princípios da

solidariedade, internacionalismo entre os trabalhadores e trabalhadoras, democracia, pluralismo de ideias na Central e que a CTB deve trabalhar na conscientização de classe da classe trabalhadora (ent.1)

A colocação, de que a CTB se guia por esses objetivos, expressa a sua pretensão com as formações, assim como seu planejamento prévio e a insere em um Percurso Formativo Não Escolar que rompe com a ordem disciplinar e curricular, mas mantém objetivos definidos. Esse percurso concebe o processo de maneira global quando estabelece relações com a vida concreta dos trabalhadores, aproveitando seus conhecimentos prévios para o diálogo. O diálogo é a pronúncia do mundo feita no encontro entre homens e mulheres, no qual o criam e recriam permanentemente, enquanto tarefa comum, construída de forma horizontal e que permite o processo de Autoeducação. Propicia momentos de conhecimento que influenciam e

articulam a materialidade da vida destes sujeitos (FREIRE, 2011). A intencionalidade do processo formativo e das relações que estabelece com a vida concreta dos trabalhadores, é visível na afirmação de que:

Nós vivemos num sistema capitalista onde se tem a relação de trabalho e capital e trabalho. Nós somos a classe dos trabalhadores. Para que tenhamos consciência não basta ser apenas trabalhadora precisa ter consciência de classe. Então, a CTB trabalha com este princípio de contribuir na formação da consciência, da convicção dos trabalhadores de que são uma classe e da possibilidade que ele tem da construção de outra sociedade (ent.3).

A Central também tem uma Formação geral, que dialoga com seus princípios, mas que depende da necessidade específica dos trabalhadores em formação:

[...] tem o curso que é proposto pela CTB nacional, e também outros cursos que depende da necessidade de cada CTB estadual (ent.1).

Esta fala também define a Central enquanto espaço que considera as diferentes necessidades e os questionamentos que emergem dos seus trabalhadores.

A Educação Não Escolar dialoga com o entendimento de Formação Sindical e, no contexto deste trabalho, poderão ser tratados como sinônimos: é o conjunto das práticas mais sistemáticas – congressos, palestras, aulas ou encontros entre trabalhadores – pensadas a partir de um objetivo, com intencionalidade e elaboradas por grupo, entidade ou organização com o objetivo de formar Intelectuais Orgânicos do Movimento Sindical. São formuladas com uma concepção de educação que estabeleça a crítica à sociedade atual, aponte perspectivas de rompimento e formule práticas para travar a disputa pela transição para uma nova ordem social e nesse processo planejar uma educação que caminha em conjunto com a transição para “ir além do capital” (MÉSZÁROS, 2005, p.76; MACHADO, 2014; MANFREDI, 1986; GHON, 2001; GRAMSCI, 2001b). O esquema a seguir sintetiza esse conceito:

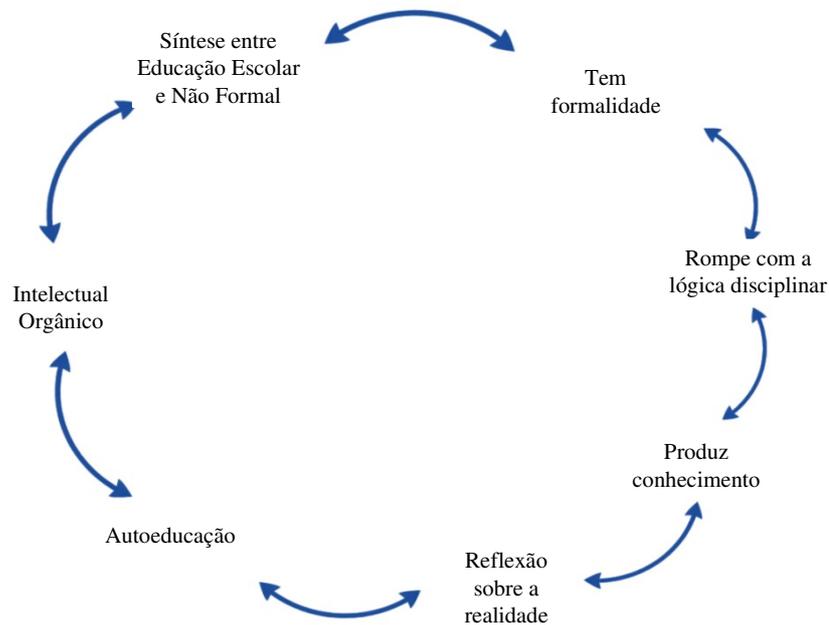


Figura 4: Educação Não Escolar
Fonte: Elaboração da pesquisadora

A Educação Não Escolar avança com relação aos processos educativos Não Formais, na medida em que os sintetiza em um espaço educativo delimitado, com objetivos. Se assemelha à Educação Escolar, no que diz respeito à formalidade, mas, por outro lado, rompe com a lógica disciplinar e, por isso, produz um conhecimento mais vinculado à prática social, com base na reflexão sobre a realidade e, se aliada à prática de Autoeducação, auxilia na formação dos Intelectuais Orgânicos do movimento.

A conceituação trazida não exclui a hipótese citada anteriormente de que os intelectuais da CTB são formados, também, na prática diária – Educação Não Formal – que contribui para a consciência de classe.

Os formandos precisam articular a prática sindical com os estudos teóricos, tendo, assim, cada vez mais condições de enfrentar os desafios do movimento sindical (ent.4).

Isso acontece em todos os momentos, seja uma greve, manifestação ou luta por melhores salários. A prática e a luta diária dos trabalhadores são momentos formativos, aprendizados sistematizados no processo de Educação Não Escolar.

São os espaços não escolares que organizam essa prática com um caráter mais sistemático, com debates e troca de conhecimentos de forma coletiva, em conjunto com as

demais dimensões apontadas preliminarmente. Essas dimensões são fundamentais para envolver os trabalhadores na discussão e sistematização de conhecimentos, visto que apenas no diálogo e “por meio de uma troca viva de ideias é que se pode obter a atenção, a concentração de espírito entre os proletários que de modo geral não estão acostumados ao trabalho intelectual” (LUXEMBURGO, 2010, p.407). Com esse reconhecimento, a CTB colabora para a consciência de classe dos trabalhadores e, em conjunto com os movimentos sociais em geral, cumpre importante tarefa de formação humana dos trabalhadores, preparando seus intelectuais para novas vivências morais e éticas, contrapondo-se à lógica do capital e pautando uma outra sociedade (PALUDO, 2011).

O Movimento Sindical e a CTB são espaços em que é pensada uma formação que integre e, ao mesmo tempo, produza conhecimentos coletivos. Partindo do pressuposto que a classe dominante, no seu processo de manutenção hegemônica, constitui sua categoria de intelectuais, considera-se fundamental que a classe trabalhadora forme seu quadro de Intelectuais Orgânicos (GRAMSCI, 2001b).

A reflexão da importância dessa tarefa, que assumem as Centrais, precisa considerar a discussão de Hobsbawm (2013) acerca do papel intelectual:

Numa sociedade de incessante entretenimento de massa, os ativistas agora acham os intelectuais menos úteis como fonte inspiradora de causas do que roqueiros e astros do cinema mundialmente famosos. Os filósofos já não têm condições de competir com Bono ou Eno, a não ser que se reclassifiquem como essa nova figura do novo mundo do espetáculo midiático – a “celebridade” (HOBSBAWN, 2013, p. 231).

A sociedade de entretenimento de massa, em que grandes astros da música ou do cinema rapidamente se tornam formadores de opinião, pode reduzir, em parte, a influência dos Intelectuais Orgânicos. Essa questão é trazida pelo autor como o grande paradoxo da intelectualidade na sociedade atual. Mesmo reconhecendo as diferenças entre as duas categorias intelectuais, não se pode desconsiderar a influência que as “celebridades” mantêm sobre a classe trabalhadora.

Por outro lado, Milton Santos traz a cultura de massas em oposição à cultura popular. A cultura de massas, do espetáculo midiático, imposta pelo mercado enquanto legitimadora da cultura da classe dominante e que busca a homogeneização do seu discurso, “acaba por ser um alimento para a política”. Mas, como tudo na sociedade, ela também gera o seu oposto. A imposição da cultura de massas acaba por forjar a criação uma cultura popular, vinda das

classes populares. Esta, por sua vez, “ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas” (SANTOS, 2000, p.144). Desta cultura popular, geram-se, também, os seus Intelectuais Orgânicos, que embora com menos força no cenário público, contrapõem-se à figura das celebridades e podem vir a se constituir como símbolos importantes das classes populares.

A Educação Não Escolar cumpre papel central na consolidação da cultura popular e na formação dos intelectuais, além de produzir um processo de Formação Humana e legitimadora da cultura e dos saberes populares. Ela prepara os cidadãos, “educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, ao individualismo” (GOHN, 2006, p.30), caracterizando-se como importante contraponto aos ideais da sociedade capitalista.

Quando a Educação Não Escolar é articulada aos movimentos sociais, caracterizados por sujeitos coletivos, “que se colocam na sociedade como expressão política de si mesmos” (PALUDO, 2011, p.23) e como organizadores da vontade coletiva, da expressão política da classe trabalhadora e contribui para que reconhecidos enquanto tal, carreguem consigo um conjunto de reivindicações com o objetivo da mudança das suas condições materiais de existência. Se o surgimento das entidades sindicais vem da necessidade de organização da classe para reivindicar seus direitos, sua atuação qualifica-se quando reconhecem seu papel educativo de colaborar para a “formação integral aos trabalhadores” (RUMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2012, p.35).

Assim como as outras dimensões abordadas, a Educação Não Escolar faz parte da concepção de educação da CTB, ao mesmo tempo, que, articuladas, apontam para a formação política do Intelectual Orgânico da classe trabalhadora no seu Espaço Educativo, contribuindo no processo de Autoeducação da classe.

2.4 A AUTOEDUCAÇÃO DA CLASSE

O Movimento Sindical, assim como os demais Movimentos Sociais organizados, é um espaço que contribui na educação da classe trabalhadora. Se buscarmos o trabalho enquanto princípio educativo nos estudos marxistas, identificamos uma relação estabelecida, já que o

Movimento Sindical – instrumento político e educativo – contribui para o processo de apropriação do ser humano do seu Trabalho, na sua essência educativa e indivisa, compreendido como ação de intercâmbio entre homem e sociedade, processo pelo qual os homens e mulheres transformam a matéria natural para satisfação das suas necessidades e que, ao mesmo tempo, criam e recriam sua existência (FRIGOTTO, 2002).

Ao conceber a educação da classe e para a classe, é fundamental que esses conceitos estejam articulados. Na relação com o Movimento Sindical e a educação da classe trabalhadora, a concepção de Formação *para* a classe não basta. Ela precisa emergir dos agentes políticos da classe trabalhadora e ser direcionada a ela. Temos indícios dessa emergência quando a Central afirma que:

os temas em geral, para um curso básico, permanecem os mesmos, mas a forma de abordar muda. Na medida em que vão surgindo outras questões, nós procuramos incorporá-las para que o curso possa corresponder às necessidades (ent.4).

Engels (1978, p.1984) traz que quando “indivíduos oriundos de outras classes se ligam ao movimento proletário, a primeira coisa que é preciso exigir-lhes é que não tragam consigo nenhum vestígio dos seus preconceitos burgueses, pequeno-burgueses, etc., mas que se apropriem sem reservas das concepções proletárias.” A relação possível entre a intelectualidade e o movimento de trabalhadores, portanto, precisa estar articulada e plenamente consciente. Não é impossível que os Intelectuais Tradicionais, embora carregados de contradições ideológicas, sejam ganhos para a classe trabalhadora e tragam suas contribuições. Entretanto, é preciso formar entre os militantes da própria classe os Intelectuais Orgânicos responsáveis por essa Formação, já que, à classe que pretende a conquista da Hegemonia é necessário que estabeleça a relação entre esses dois grupos intelectuais (GRAMSCI, 2001b).

Quanto à CTB, há quatro anos atrás, identificamos que havia a busca pelos intelectuais das universidades para garantir o processo educativo (PEGORARO, 2010). Hoje, verificamos que a Central obteve avanços nesse sentido, elaborando os próprios intelectuais responsáveis pela Formação. Para oferecê-la, a CTB trabalha com um convênio com o Centro de Estudos Sindicais – CES, que é uma entidade autônoma em relação à Central, mas possui, em sua direção, vários dos dirigentes que compõem a CTB:

Nós temos um convênio com o Centro de Estudos Sindicais – CES. Nós debatemos conjuntamente a pauta das

formações. O convênio é CES e CTB. Então, tem os dirigentes da CTB que fazem parte da direção do CES. Por exemplo: aqui no estado não temos nenhuma sessão do CES. Só tem São Paulo. Então, em São Paulo participa o coordenador geral do CES. Mas a Secretaria Nacional de Formação e Cultura da CTB é também da direção do CES; [...] Então, há um debate da concepção da CTB com o CES. (ent.2)

A Formação da classe trabalhadora precisa corresponder a um processo de Autoeducação que a classe se propicia, que ocorre nos mais diversos momentos de vivência do Movimento Sindical. Seja na luta diária, na práxis ou nos momentos mais sistemáticos e com objetivos educativos definidos, que articulados produzem conhecimentos e, portanto, são momentos formativos, como abordamos anteriormente.

A Autoeducação a que nos referimos fundamenta-se, principalmente, nas premissas de auto-organização de Pistrak, na concepção da Escola Socialista da União Soviética. Para o autor, a auto-organização não está a serviço da manutenção do autoritarismo do professor, de cima para baixo, mas é a ação direta dos estudantes na organização da escola. Ela é a base da existência do coletivo, que “apresenta propriedades que não são inerentes ao indivíduo”, mas é complementada por “uma concepção integral e não um simples total referido a suas partes” (PISTRAK, 1981, p.137). Embora Pistrak proponha essa perspectiva de organização para a Instituição Escolar, consideramos a possibilidade de realização de alguns de seus princípios para a Formação Sindical.

A Autoeducação é entendida, aqui, como um dos caminhos de condução dos trabalhadores à própria Formação Humana, que é mediada pela práxis e sistematizada nas formações e na Concepção Educativa Não Formal, no Espaço Educativo Sindical. A Autoeducação é construída pelos trabalhadores e não para os trabalhadores. Diz respeito ao entendimento de forjar os organizadores da vontade coletiva, unidos conscientemente por interesses comuns e dispostos a tomar os interesses sociais como interesses próprios. Esse coletivo criará as necessidades formativas, desenvolvendo-as em conjunto e conscientemente para fortalecer a organização da luta dos trabalhadores e a prática política, favorecendo a satisfação das suas inquietações, da sua vida material, da prática social e da militância diária. Diz respeito a estabelecer a sua participação no processo como um todo, e nele a construção da autonomia intelectual, do pensamento autônomo e sistemático, por meio do diálogo e da elaboração coletiva de conhecimentos, buscando formar homens e mulheres com o sentimento de que cada um, individual e coletivamente, é responsável pela organização da classe e pela luta por hegemonia (PISTRAK, 1981; GRAMSCI, 2011c; MANACORDA, 1991;

LUXEMBURGO, 2010; FREIRE, 2011).

A figura 5 sintetiza o movimento da Autoeducação. Está representada em forma de espiral porque pretende demonstrar esse movimento de maneira não linear, mas contínua e dialética.

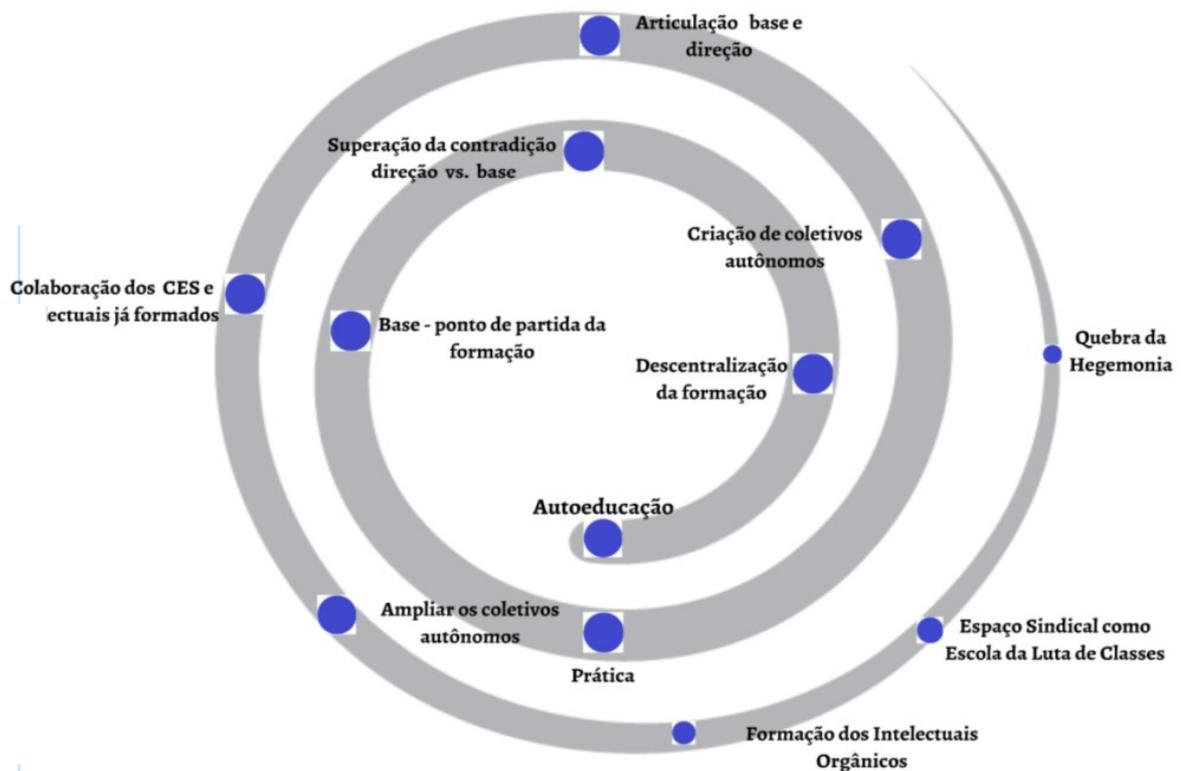


Figura 5: Autoeducação
Fonte: Elaboração da pesquisadora

A Autoeducação é coletiva, de classe. Essa perspectiva implica que a organização do trabalho e da educação emerge da própria classe, o que não dispensa a figura do formador. Ele é fundamental na coordenação do processo, mas precisa estar reconhecido como membro dela e em nenhum momento organizar e planejar a formação hierarquicamente. Ao contrário, deve ser concebida pelo próprio coletivo, “contando com uma certa colaboração do professor, considerada como uma simples contribuição de um companheiro mais experiente” (PISTRAK, 1981, p.165). Vemos inícios dessa perspectiva na CTB quando se afirma que:

nós temos uma visão de que é importante que aqueles que estão estudando possam opinar e que o conteúdo seja elaborado a partir das questões que vão sendo levantadas, porque a aprendizagem se torna maior e não fica sem vínculo com a realidade (ent.4).

O vínculo das formações com a realidade é fundamental para que a educação não se torne uma transmissão de conteúdo, mas estabeleça a associação do par teoria e prática. Somente quando pressuposto de análise da prática é que a educação pode expandir-se na qualidade de instrumento pela busca da Emancipação Humana.

Na discussão da emancipação dos judeus que viviam na Alemanha, Marx traz importante contribuição para a questão da Emancipação Humana. O autor coloca a questão da emancipação política (e, portanto, da cidadania) como “redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral” (MARX, 2010, p.54. grifo do autor). Esse cidadão, abstrato do ideal burguês, se constitui naturalmente como ser humano artificial, separado da sua gênese humana social e reduzido a individual e egoísta. É preciso perseguir a indivisibilidade dos seres humanos, que se dá também na condição de torná-los cidadãos.

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social da força política (MARX, 2010, p.54, grifos do autor).

Nesse sentido, a CTB apresenta que a luta do Movimento Sindical, nas questões econômicas que envolvem a relação com a base, é primordial, embora apresente um distanciamento com a mesma, como analisado anteriormente. Para avançar, não é possível direcionar a luta somente nesta questão. É preciso uma Formação para a busca da Emancipação Humana, que se dá no processo educativo, mas também na disputa política constante,

porque se ficar somente na questão econômica, mesmo que consiga ótimos acordos, um ótimo salário e não atuar na questão ideológica, que é a formação da consciência de classe, se não atuar na questão política, já que é a política que dirige o país, se não atuar na transformação desse sistema capitalista para um sistema, que nós acreditamos ser o sistema socialista, então os movimentos não avançam (ent.1).

Esta concepção nos revela a necessidade de um enfrentamento político, de oposição de classe, que se dê não somente no campo da disputa local, mas avance para a elaboração de uma consciência de luta coletiva, de classe.

Sobre essa questão, Gohn (2001), numa abordagem histórica desde o século XVIII,

sobre a relação dos movimentos sociais com a educação, explicita que a reivindicação fundamental esteve no ideal de contribuir para que o ser humano se tornasse sujeito histórico, capaz de modificar a realidade. E, para que isso se efetivasse, precisaria de um processo educativo para tornar-se consciente. Assim, a educação foi idealizada para a classe trabalhadora como pressuposto para chegar à liberdade e cidadania. Contudo, Marx apresenta que as revoluções burguesas, contraditoriamente, forjaram um ideal de “direito humano à liberdade que não se baseia na vinculação do homem com os demais, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo limitado, limitado a si mesmo” e acrescenta que “a aplicação prática do direito humano à liberdade equivale ao direito humano à propriedade privada” (MARX, 2010, p.49). Aos trabalhadores, destituídos do direito à propriedade, a liberdade e a cidadania são direitos meramente ilusórios. A questão da emancipação política, portanto do direito à cidadania, é um progresso dentro da ordem vigente. Essa evolução foi importante no processo histórico brasileiro, já que a vinculação obrigatória entre educação-cidadania retirou dos trabalhadores a necessidade de exercer o trabalho intelectual e, portanto, ainda é necessária uma luta frequente pela sua apropriação.

Carvalho (2008) conceitua cidadãos plenos como aqueles que são capazes de usufruir dos direitos civis, sociais e políticos. Direitos civis são aqueles fundamentais, expressos nos primeiros artigos da Constituição de 1988; direitos políticos se referem à participação no governo da sociedade; direitos sociais são a garantia de participação na riqueza coletiva, do acesso à educação, ao trabalho, à saúde pública, etc.

Assim, podemos dizer que a cidadania inicialmente não se apresentou como integrante do universo da classe trabalhadora, pelo simples fato de que ela não seria cidadã. “A igualdade natural, inata entre os homens, seria desfeita no plano da sociedade real, pela desigualdade entre cidadão-proprietário e o não-cidadão e não-proprietário.” (GOHN, 2001, p.12). No Brasil, essa luta teve maior ênfase na conquista de mais direitos sociais pela classe trabalhadora, materializada, dentre outras questões, na luta pelo acesso à educação. Contraditoriamente, a educação foi um horizonte da luta dos movimentos sociais pela cidadania ao mesmo tempo em que passou a ser considerada pré-requisito para o exercício da mesma. Com a expansão do mercado e a necessidade de um maior número de consumidores, ela passa a ser tratada do ponto de vista de direito dos indivíduos e forja, inclusive, um

processo de luta dos trabalhadores excluídos do mercado consumidor pelo direito ao acesso aos bens de consumo (CARVALHO, 2008).

Em paralelo, tanto os setores mais progressistas ligados às universidades, quanto os partidos de esquerda e os movimentos sociais constituíram-se reivindicadores e propositores de uma formação política, que desenvolvesse nos sujeitos a consciência de classe, necessária para a transformação social. Essas práticas e propostas se consolidaram também na Formação Sindical (MANFREDI, 1996).

A necessidade e os avanços históricos implicam na necessidade de avanços na formação dos trabalhadores. A tese da imaturidade e despreparo intelectual das camadas populares para a participação tornou-se uma justificativa para a exclusão e marginalização política dos indivíduos (GOHN, 2001). Assim, viveu-se uma intensa luta pela inclusão dessas camadas nos processos educativos, que foi vitoriosa do ponto de vista quantitativo. Entretanto, nos parece insuficiente prosseguir reafirmando a formação para a cidadania. Se analisarmos a materialidade da Constituição de 1988, essas questões se desdobram na capacidade de escolha de representantes e, periféricamente, na participação de organizações. Essa dimensão é fundamental para inserir, legalmente, os trabalhadores como seres políticos. Entretanto, para Paludo (2011), a tarefa é avançar na educação como Formação Humana, também cidadã e política, mas global, do ponto de vista da totalidade do ser humano, pois ele não é unicamente trabalhador ou cidadão e, tampouco, agente político. O ser humano é a síntese contraditória da totalidade das relações em que está inserido. É, portanto, um ser político, trabalhador, carregado de sentimentos, de intelectualidade. É produto de uma infinidade de relações sociais que transcende o cidadão político e abarca o ser humano sujeito coletivo, produto dessa totalidade, em suas vivências materiais como um todo e não em uma ótica compartimentada.

A Formação Sindical pautada pela Autoeducação, assim como a Educação Popular, pode articular essa vivência ao debate acerca das experiências vividas no passado e resgatá-las no imaginário coletivo do grupo de maneira a torná-las instrumento de apropriação histórica e leitura do presente. O entendimento do passado, sua análise e incorporação ao presente são importantes meios de leitura da realidade e podem vir a ser instrumentos de mudança social, de construção do futuro, na medida em que trazem uma dimensão histórico-política dos sujeitos e das lutas populares. Quando um curso de Formação Sindical aborda

a origem e história do movimento sindical; as lutas, as conjunturas da época; concepções de movimentos sindicais, porque no movimento sindical há várias concepções, visões diferentes (ent.1).

Podemos identificar uma tentativa de retomar a constituição do Movimento Sindical, bem como a busca pelo reconhecimento das lutas que fazem parte da práxis da classe trabalhadora hoje.

Trabalhamos todas as concepções e qual é a da CTB. Trabalhamos, também, a questão da transformação do mundo do trabalho, porque hoje ele não é o mesmo de cinco anos atrás (ent.1).

A importância dessa dimensão histórica está em entender as contradições que se estabeleceram na construção do Movimento de Trabalhadores, como nasceram e se difundiram os modelos de movimento estabelecidos. Diz respeito à concepção filosófica e política da luta social, o entendimento de como se forja o modo de pensar e fazer à luta e a elaboração que essa práxis sofreu na sua trajetória e que somente a partir dela pode ser compreendida. Na análise histórica da filosofia, Gramsci identifica que ela

[...] mostra qual foi a elaboração que o pensamento sofreu no curso dos séculos e qual foi o esforço coletivo necessário para que existisse o nosso atual modo de pensar, que resume e compendia toda essa história passada, mesmo em seus erros e em seus delírios, os quais, de resto, não obstante terem sido cometidos no passado e terem sido corrigidos, podem se reproduzir no presente e exigir novamente a sua correção (GRAMSCI, 2011a, p.92-93).

Da mesma forma, se dá a identificação da constituição da práxis sindical. Quando estabelece essa relação, a Formação Sindical comprometida com a emancipação da classe trabalhadora cumpre a tarefa de desmistificar a relação entre trabalho manual e filosófico, pois situa os trabalhadores e trabalhadoras, simultaneamente, produtores e investigadores da realidade. Situa as questões práticas vinculadas intimamente às questões teóricas e ao debate filosófico do movimento. Gramsci (2011a, p.93), há quase dois séculos, nos apontava a necessidade de “destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil por ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos.” O reconhecimento da história e o debate sobre ela traz consigo essa dimensão: elevar a autoestima da classe pouco inserida no trabalho intelectual ao mesmo tempo em que a posiciona como filósofa.

A educação da classe pode servir de instrumento para avançar na concepção de uma Formação Humana, que entenda o ser humano na sua totalidade. Por mais manual que possa

ser o trabalho, a expressão intelectual se dá no desenvolvimento da linguagem e de uma cultura popular, resultantes da prática. Embora esses fatores sofram influências diretas da sociedade do capital, também são construídos por esses sujeitos na sua materialidade e nos diversos Espaços Educativos e os constituem filosoficamente, portanto, Intelectuais Orgânicos.

O apoio do movimento e do sindicato quando entrei na faculdade e alinhei meu pensamento para contribuir para aquilo que contribuiu comigo, ou seja, contribuir novamente com o trabalhador e ajudando no que for preciso (ent.5).

Nessa expressão, encontra-se a vinculação da Formação Sindical e da práxis educativa que articulada em um espaço de produção do conhecimento contribuiu à Formação desse sujeito. Se esse trabalhador não tivesse se constituído no Movimento Sindical, a probabilidade de ter a visão de utilizar os conhecimentos para contribuir com o movimento seria menor. Quando o Movimento Sindical reúne trabalhadores do chão de fábrica em torno da discussão de assuntos que permeiam a pauta do Movimento e da sociedade como um todo, de certa forma também está contribuindo para inserir nesse debate os trabalhadores, historicamente excluídos do trabalho socialmente considerado intelectual.

Eu participei de alguns cursos no sindicato dos metalúrgicos e através disso eu comecei a pensar com alguns colegas meus sobre as necessidades. Com isso eu acho que essa formação ajuda muito os trabalhadores de chão de fábrica e até mesmo de seus dirigentes (ent.5).

Nós temos certeza de que a formação ajuda muito na mudança da cultura do movimento sindical (ent.1).

Não temos a ilusão de que isso é suficiente, mas é uma iniciativa a ser considerada no processo de conquista hegemônica para emancipação da classe. Além desses processos, é preciso considerar as questões ligadas ao terreno da estrutura econômica, que independe da vontade dos homens. Mas trata-se, aqui, da relação de forças políticas: o momento em que se busca o reconhecimento de classe social, no qual os interesses corporativos e econômicos são ultrapassados, avançando para o terreno da disputa política, determinando além da unidade econômica e política, a moral e intelectual, forjando nessa disputa a soldagem de classe e a possibilidade de luta pela hegemonia (GRAMSCI, 2011c).

É necessário, no entanto, criar condições para que os homens e mulheres se reconheçam nesse processo de composição da intelectualidade, como seres capazes de pensar e agir de forma consciente, de acordo com as necessidades históricas determinadas. Essa criação é produtora e, ao mesmo tempo, produto do processo da Autoeducação. Nessa ação, o

reconhecimento de pertencimento a determinado grupo e da consciência, do que é ser trabalhador, é fundamental. Essa consiste, a nosso ver, em uma das mais ousadas metas na Formação da Classe Trabalhadora. Entretanto, contraditoriamente, a plena formação intelectual da classe não poderá ser atingida na sociedade de classes. Estabelecer essa formação, como condição primeira de uma transformação, é sobrepor o mundo das ideias à materialidade e à luta diária. Gramsci (2001c, p.19) soma nesse sentido, explicitando que “uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda a reforma intelectual e moral.” A transformação social, portanto, é construída por meio do movimento prático, revelado na práxis e na Autoeducação dos trabalhadores. Se o desenvolvimento intelectual de uma classe está diretamente ligado a sua situação econômica, ela emerge da necessidade dos fatores econômicos e de desenvolvimento da consciência, dentre outros, estarem interligados nessa busca (ENGELS, 1978; GRAMSCI, 2001c).

3 MOVIMENTO SINDICAL E EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Neste capítulo, apresentamos os elementos históricos de constituição das Centrais Sindicais no Brasil que contribuem para a compreensão do espaço de estudo. Além disso, pretendemos discutir a relação entre Movimento Sindical, sua constituição e contribuições à educação da classe trabalhadora. Abordar a educação nos espaços não escolares implica em uma concepção de educação que extrapole o aprendizado de conteúdos. Pensar na relação entre a educação e os movimentos sociais demanda visualizar o horizonte dessa Formação nas mais variadas dimensões envolvidas nesse processo, como anunciado anteriormente na discussão da Educação Não Formal.

3.1 O PERCURSO DA CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL

Centrais Sindicais são entidades que representam outras entidades sindicais, e não trabalhadores isoladamente, que a ela se filiam espontaneamente. Podem ser consideradas entidades intercategoriais, pois abarcam categoriais profissionais distintas. Na concepção da CTB, as Centrais têm:

[...] o relevante papel de unificar a luta do conjunto dos trabalhadores em âmbito nacional, dirigir campanhas e mediar negociações de reivindicações mais gerais como o valor do salário mínimo, a jornada de trabalho, a ampliação dos direitos trabalhistas, o novo projeto de desenvolvimento nacional, o combate à discriminação no trabalho e os problemas relacionados ao meio ambiente, entre outros. (CTB, 2008, p.67)

No esforço de compreender o surgimento das Centrais, poderíamos traçar, aqui, uma longa e complexa retomada histórica acerca da constituição do Movimento de Trabalhadores no Brasil, abarcando desde a luta pelo fim da escravidão, passando pela República Velha até a sua denominação de Sindicatos na década de 1930, e sua resistência no período ditatorial. Entretanto, a fim de delimitarmos o objeto de estudo, entendemos, de acordo com Manfredi (1996), que a década de 80 pode ser considerada um marco, pois nos dá elementos para compreendermos o processo de constituição da Central estudada. Embora, antes desse período, já houvesse tentativas de constituição de outras Centrais, a década citada favoreceu a

consolidação das mesmas.

Apesar de ser a primeira a existir de fato, devido ao período de redemocratização no qual nasceu, em que houve uma efervescência dos movimentos sociais, a Central Única dos Trabalhadores – CUT – não foi a primeira Central. Mattos (2009) afirma que a primeira organização com caráter de Central a surgir foi a Confederação Geral do Trabalho no Brasil – CGTB. “Em 1929, os comunistas concretizam o desejo de criar uma central sindical sob sua orientação” (MATOS, 2009, p.51). Essa Confederação, fundada em congresso, seguia o caráter de unir a vanguarda que guiaria as massas para a revolução social e a transformação da sociedade com a derrubada da burguesia.

Logo depois foi fundada, a partir do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil em 1946, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, mas teve vida curta. A onda repressiva do Governo Dutra, que diluiu o PCB em 1947, acabou atingindo também a Confederação, assim como outras entidades sindicais. Ela nasceu da necessidade de centralizar a luta dos trabalhadores, visto que:

[...] na prática, se verificou a ausência de um organismo que congregue todos os trabalhadores e entidades sindicais num esforço comum e unitário em prol de suas reivindicações gerais; que esse organismo, além de constituir-se em favor da unidade de todos os trabalhadores, seria também um meio de garantir o desenvolvimento social do Brasil dentro de um clima de verdadeira ordem e progresso (Resoluções do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, *apud* MATOS, 2009, p. 81)

Além das tentativas de Centrais supracitadas, em 1960 no Rio de Janeiro, aconteceu o III Congresso Sindical Nacional. Dentre as teses aprovadas naquele momento, estava a fundação de uma Central Sindical. Em 1962, no IV Encontro Sindical Nacional, que aconteceu em São Paulo, foi aprovada a criação de um Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, “o embrião de uma 'central sindical'” (PEDROSO, 2001, p.59).

Mesmo com essas experiências, a consolidação das Centrais se deu somente a partir da década de 80. Foi, também, nessa década que essas entidades passaram a ter papel mais ativo na Formação. Com a queda do período ditatorial, inicia-se no Brasil uma nova fase: a redemocratização. Como salienta Carvalho (2008, p. 177), “chegava ao fim o período de governos militares, apesar de permanecerem resíduos do autoritarismo nas leis e nas práticas sociais e políticas.” O processo de redemocratização que se constituiu, mais fortemente, em meados da década de 1970, fruto de muitas manifestações populares e que envolveram,

também, ofensiva intensa do Movimento Sindical⁴, esteve longe de ser tranquilo e linear. Pelo contrário, foi forjado no seio das lutas populares e com muitas disputas, avanços e retrocessos concomitantes. Exemplo disso é o movimento de trabalhadores, que carregava suas contradições e disputas internas.

Essa contradição se expressa na criação da CUT no início da década de 1980. Embora houvesse, desde o período de ofensiva do Movimento Sindical, grandes esforços para aglutinar o sindicalismo combativo em torno de uma Central, a CUT estava longe de ser única (MATOS, 2009). Pelo contrário, ela nasce da confluência e disputa de uma gama de movimentos populares. Alguns deles somaram-se a essa luta⁵ que tinha grande influência do Partido dos Trabalhadores – PT, recém fundado, enquanto outros setores dos movimentos sociais comandados, principalmente, pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, Partido Comunista do Brasil – PCdoB e Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR8, aglutinavam-se em torno de outro movimento, que, por volta de no final da década de 1980, culminou na fundação Central Geral dos Trabalhadores – CGT.

Em um determinado momento, diante da necessidade de compor uma frente mais ampla, o partido no movimento sindical acabou se aliando a setores mais atrasados que buscavam se readequar à luta democrática, pois éramos mais perseguidos no interior das empresas. Em São Paulo, Minas Gerais e em outros lugares, nós compusemos com esses setores menos avançados e perdemos posições. Penso que nessa fase atrasamos o processo de recompor a nossa confiança com a classe trabalhadora e com o setor mais avançado do movimento sindical. Nós não podíamos sair com uma chapa oposta à que o Lula estava apoiando. (vermelho.org.br)

Como observado, a CGT constituía-se com divergências e fragmentações internas, na medida em que “dividia-se entre um sindicalismo mais reivindicatório e classista e outro mais pragmático, autoidentificado como 'de resultados'” (PEDROSO, 2001, p.94). Na disputa entre esses grupos, o grupo denominado Corrente Sindical Classista – CSC⁶, com dificuldades de

⁴ Podemos citar as greves do final da década de 1970, que iniciaram em São Paulo. “O movimento começou em 1977, com uma campanha por recuperação salarial, e culminou em 1978 e 1979, com grandes greves que se estenderam a outras partes do país. Em 1978, cerca de 300 mil operários entraram em greve; em 1979, acima de 3 milhões, abrangendo as mais diversas categorias profissionais, inclusive trabalhadores rurais. Eram as primeiras greves desde 1978.” (CARVALHO, 2008, p.180)

⁵ Fundação Casa do Trabalhador, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG,, Associações de Moradores, Movimento de Luta pela Moradia, Teologia da Libertação, Associações Profissionais, dentre outros (MANFREDI, 1996; CARVALHO, 2008)

⁶ Grupo composto, em sua maioria, por militantes sindicais filiados ao PCdoB.

influenciar nos rumos da Central, que defendia uma relação mais estreita com o empresariado e o governo, no início da década de 1990, se aglutinou à CUT. “A CSC entrou na CUT em 1991, depois de ter sido contra a sua fundação em 1983. Seu ingresso, rompendo com os pelegos da CGT (que se dividiu em 1991, com a fundação da Força Sindical a partir do governo Collor), ajudou, sem dúvida, a CUT a ampliar a sua representatividade e hegemonia no movimento sindical brasileiro”(cut.org.br). Mas a convivência no interior da CUT não foi tranquila. Com disputas internas entre as diversas correntes na construção da política da Central, a CSC permaneceu ali durante 16 anos. Como trazido pela CTB:

Diante da nossa realidade concreta, o que estava acontecendo é que depois da eleição do governo Lula nós achamos que a CUT ficou muito adesista e que eles não encaminhavam as lutas como nós gostaríamos. Por que pós-governo Lula os trabalhadores ficariam em melhores condições de luta. Não era a mesma coisa do período neoliberal, em que a gente vivia diante dessa realidade. Nós começamos a debater com as outras forças políticas a possibilidade de constituir então uma central e diante da realidade da própria concepção da CUT que era uma concepção muito fechada. (ent.2)

A decisão da Corrente Sindical Classista de sair da CUT se efetivou durante o 7º Encontro Nacional da CSC, realizado em setembro de 2007. Neste encontro, Wagner Gomes, na época vice-presidente da CUT e que logo depois seria eleito presidente nacional da CTB, afirmou que “a conferência discutiu e deliberou um novo modelo de Central Sindical, classista e democrática — um espaço de convivência e de luta dentro do movimento. Se houve tanta unidade, foi porque amadurecemos essa questão com o tempo, e a mudança de nossa linha sindical teve sustentação também nas bases” (vermelho.org.br).

No referido encontro, a CSC, juntamente com outros setores do Movimento Sindical, oficializam o *Movimento por uma Central Classista e Democrática*, que já vinha se desenhando ao longo daquele ano em encontros da corrente, e aprovou as seguintes resoluções:

Resolução do 7º Encontro Nacional da CSC

1. As entidades sindicais lideradas pela CSC devem se integrar ao Movimento por uma Central Classista e Democrática, encaminhando a desfiliação à Central Única dos Trabalhadores (CUT).
2. Os sindicatos dirigidos por classistas, respeitadas suas disposições estatutárias, devem realizar reuniões e/ou convocar assembleias gerais de suas bases para deliberar sobre a participação no congresso de fundação da central classista e democrática.
3. As entidades lideradas pela CSC não participarão de federações e confederações orgânicas, devem sair dos coletivos cutistas e colocar os cargos, que

eventualmente ocupam nos conselhos, à disposição da CUT.

4. As entidades lideradas pela CSC devem contribuir financeiramente para a construção da central classista e democrática com um valor equivalente a 5% de sua arrecadação, se urbanas, ou 3%, no caso dos sindicatos rurais.
5. As coordenações estaduais da CSC devem construir ativamente os encontros estaduais do Movimento pela Central Classista e Democrática, organizando comitês unitários, buscando maior ampliação, atraindo principalmente as entidades independentes e concentrando esforços para a conquista de adesões ao Manifesto por uma Central Classista e Democrática.
6. A CSC deve estar na linha de frente da mobilização nacional pelo êxito da Marcha de Brasília, convocada pelas centrais para 5 de dezembro, tendo como principal bandeira a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, assim como protagonizar as principais lutas em curso até o congresso da central classista, quando definiremos, coletiva e democraticamente, as bandeiras de luta trabalhistas e políticas do sindicalismo classista no Brasil. (vermelho.org.br)

Unindo setores ligados ao PCdoB, PSB e outros setores independentes de partidos, mas discordantes da atuação da CUT, a saída se concretizou ao final daquele ano. No *Manifesto por uma Central Sindical Classista e Democrática*, a Central expõe os motivos que levaram a isso, alegando que “a Central Única dos Trabalhadores (CUT), apesar de sua história de lutas, deixou de ser uma organização democrática e plural. Já não é capaz de aglutinar de forma ampla as variadas forças e lideranças que atuam entre os(as) trabalhadores(as)” (CTB, 2008, p.60).

Paralelo a isso, há a relação de forças no interior da CUT. Na própria constituição com uma coalizão de diferentes correntes de opinião, já se apresenta um campo de disputa. Isso se dá, também, à medida que se consolida um grupo dirigente que se constitui de uma hegemonia política que, por sua vez, apresenta maiores dificuldades de discutir e abrir mão de suas concepções no que diz respeito aos rumos políticos da Central, pois possui mais elementos que reforçam sua posição de dominação. Diz respeito aos históricos permanentes da política que “envolve pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder” (GRAMSCI, 2011c, p.36-37). Assim que se revelam as contradições insanáveis no centro da organização, forjam a consolidação de um campo político antagônico que atua para defender sua própria concepção e na impossibilidade de obter mais espaço político, tende a formar novos grupos no qual podem expressar de forma mais autônoma suas escolhas políticas.

É nessa disputa de força que se dá o rompimento formal com a CUT e a formação de

uma nova Central. Entretanto, o rompimento não se dá por completo no posicionamento político nacional, já que em alguns momentos expressam opiniões convergentes quanto aos rumos do país. Isso se revela quando, por ocasião do rompimento, a CUT teceu críticas à nova Central, acusando a Corrente de dividir a luta dos trabalhadores e enfraquecer a principal Central do Brasil (cut.org.br). Em contraposição, a CTB afirma, em seu Manifesto que “a unidade do movimento sindical não passa por uma só central sindical. Só será possível através da união de todas as centrais e organizações sindicais nas lutas concretas” (CTB, 2008, p.60).

A CTB, quando da fundação, assumiu posição favorável ao Governo do Presidente Lula, embora defendesse um sindicalismo autônomo de governos:

A América Latina e o Brasil são palco hoje de um novo e promissor cenário político, criado pelas derrotas eleitorais da direita neoliberal e pelo avanço correspondente das forças e partidos de esquerda. A reeleição de Lula, em 2006, abriu novas perspectivas para nosso povo, favorecendo a luta por transformações sociais mais profundas. Por outro lado, as centrais sindicais ficaram na defensiva, pautadas pela agenda do governo, deixando de reagir adequadamente às iniciativas contrárias aos direitos e conquistas sociais, como foi o caso dos ataques à Previdência Pública. (CTB, 2008, p.57)

A partir de sua fundação, a Central assumiu portanto:

o compromisso de trabalhar para elevar o nível de participação e protagonismo político do sindicalismo e da classe trabalhadora na vida nacional, de modo a abrir caminho para um novo projeto de desenvolvimento, fundado na soberania e na valorização do trabalho e apontando para a transformação ainda mais profunda, a destruição do capitalismo e a construção de um novo sistema social, o socialismo do século XXI (CTB, 2008, p.10).

São variadas as referências às compreensões da Central sobre a educação, tanto no que se refere Formação específica, oferecida pela entidade, para os trabalhadores, ou à concepção de educação de forma mais ampla. Além disso, é importante trazer a concepção que a Central assume, acerca do papel dos sindicatos, enquanto instrumento para a luta política.

Cabe aos sindicatos, em suas respectivas áreas de atuação, não só a organização das campanhas salariais e a assinatura de acordos coletivos locais, regionais, estaduais ou nacionais, de acordo com a abrangência de suas bases; é indispensável envolvê-los de forma mais permanente e profunda nas batalhas políticas, na *educação classista das bases* (CTB, 2008, p.65. Grifo nosso).

No seu entendimento sobre o papel dos sindicatos, a CTB traz o papel do movimento na educação das bases. Isso implica na sua política de Formação, bem como na existência do

seu projeto formativo dos intelectuais, com vistas à consciência de classe dos trabalhadores. A respeito do entendimento da Central sobre a Formação, de forma mais ampla, encontramos desde críticas ao sistema educacional vigente até propostas de mudanças na educação. Percebe-se uma ênfase dada pela CTB, em seus documentos, no que diz respeito à questão rural devido a sua ineficiência histórica, “decorrente das relações de produção baseadas na exploração do trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle patrimonialista e clientelista do poder político e dos padrões culturais importados da metrópole” (CTB, 2008, p. 41).

A Central apresenta que “A educação no espaço rural adquire papel primordial para o conhecimento, valorização e uso sustentável dos recursos naturais, bem como para a *capacitação e elevação da produtividade*” (CTB, 2008, p. 41, *grifo nosso*). É possível defender um aumento da produtividade e, ao mesmo tempo, o uso sustentável dos recursos naturais, se estes estão em contradição no modo capitalista de produção? À medida que o sistema capitalista se desenvolve, o aumento da produtividade passa a ser um empecilho à sustentabilidade, já que ele precisa submeter todos os recursos possíveis na produção, pois “cada progresso alcançado com o aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso de esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade” (MARX, 2013, p.573). É preciso destacar, ainda, a necessidade de avançarmos de uma perspectiva de capacitação para uma educação enquanto Formação Humana, que se dá na práxis e na reflexão sobre a prática sistematizada nos espaços formativos. A CTB apresenta a escola como sendo esse espaço. Entretanto, seu próprio movimento de trabalhadores rurais constitui-se como espaço formativo não formal, que contribui à produção de conhecimento.

É indispensável a reestruturação da educação no espaço rural. A grade curricular deve se adequar aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em consonância com as diretrizes operacionais para a educação básica das escolas. As escolas do espaço rural devem servir para o aprendizado das crianças, adultos e terceira idade, transformando-se em um centro de convivência e produção do conhecimento (CTB, 2008, p. 41).

Se na constituição histórica da burguesia foi preciso submeter “o campo ao domínio da cidade” para a criação de “grandes centros urbanos” que proporcionasse o aumento da força de trabalho urbana para suprir as necessidades da indústria (MARX; ENGELS 2001, p.35), na evolução do próprio sistema capitalista é “na esfera da agricultura que a grande indústria atua

de modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o “camponês” substituindo-o pelo trabalhador assalariado” equiparando, desta maneira, a relação de trabalho entre campo e cidade (MARX, 2013, p.572). Essa análise se materializa na industrialização e consequente precarização do trabalho com o agronegócio. Se, em outro tempo histórico, a valorização do trabalhador do campo teve relação direta com a busca de alternativas para contrapor-se à distinção histórica que o sistema capitalista forjou entre campo e cidade, objetivando o desenvolvimento industrial, hoje se faz necessário um aprofundamento dessa questão com relação ao combate à precarização do trabalho no campo, agravada com o latifúndio e o agronegócio:

Os avanços tecnológicos aplicados ao agronegócio são a expressão da modernização do campo. Com eles a produtividade tem crescido, as safras têm apresentado números cada vez maiores, as receitas econômicas têm crescido. A isto tem se dado o nome de desenvolvimento. Mas tudo não passa do que podemos chamar de modernização conservadora. Todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário, tem significado maior concentração de terra e de renda e relações de trabalho cada vez mais precarizadas. (CANUTTO, 2004, p.3)

Apesar das diferenças que se estabelecem entre a cidade e o campo, o sistema capitalista atua da mesma forma sobre os dois espaços e em ambos só pode se desenvolver na medida em que subjuga o trabalho humano e a natureza (MARX, 2013). Quanto à questão da educação, se na discussão de Ferraro (2009), apresentada anteriormente, a escola é produtora e produto da sociedade capitalista e forma trabalhadores para servir à lógica capitalista, é natural que no campo, onde a precarização do trabalho é ainda mais latente, a educação rural seja ainda mais ineficiente.

Observamos, aqui, que o processo de criação da CTB não foi homogêneo e linear. Ao contrário, foi crivado de disputas e contradições. Ao mesmo tempo em que se posiciona na defesa do governo em voga, a Central teceu suas críticas sobre a pauta dos trabalhadores, como a não efetivação da reforma agrária, as altas taxas de juros, a política econômica conservadora e a falta de educação de qualidade para a classe trabalhadora, assumindo o compromisso de luta por mudanças e a necessidade de construir uma alternativa socialista para o país (CTB, 2008).

Com relação à educação, como observaremos nas próximas análises, é possível destacar a preocupação da CTB com a Formação da consciência de classe dos trabalhadores,

bem como a indicação de que a Central deverá formar os próprios intelectuais, responsáveis pela sua Formação.

3.2 A CONSTITUIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA: ELEMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS

Pode-se afirmar, de acordo com Thompson (1987), que a classe trabalhadora, tal como entendemos hoje, solidificou-se no final do século XVII com a queda do feudalismo e a Revolução Industrial na Inglaterra. A partir daí, aprofundou-se a divisão da sociedade em classes. Nos estudos marxianos, o sistema de produção capitalista traz consigo o proletariado que, desprovido dos meios de produção, precisa vender sua força de trabalho. A força de trabalho, na sua gênese ontológica, é caracterizada por Marx como “o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. No modo de produção capitalista, a classe burguesa, possuidora dos meios de produção, pode “vender mercadorias diferentes da sua força de trabalho” (MARX, 2013, p. 242-243), ao mesmo tempo, que para a produção das mercadorias, compra a força de trabalho disponível.

Quando da sua investigação em *O Capital*, Marx parte do entendimento de que o modo de produção capitalista é uma frequente busca pela produção e troca de mercadorias e que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias” (MARX, 2013, p.113). Nesse contexto, a força de trabalho não é diferente, pois também será tratada como tal. O capitalista compra,

[...] no mercado todos os fatores necessários ao processo de trabalho, tanto seus fatores objetivos, os meios de produção, quanto seu fator pessoal, ou a força de trabalho.[...] Nosso capitalista põe-se então a consumir a mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, isto é, faz com que o portador da força de trabalho, o trabalhador, consuma os meios de produção mediante seu trabalho.[...] O trabalhador labora sobre o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isso é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho (MARX, 2013, p.262).

Na análise marxiana, percebemos que a exploração privada da força de trabalho que, por conseguinte, a transforma em mercadoria, gera as classes sociais. Se a burguesia gera seu

oposto – a classe trabalhadora – das lutas cotidianas dos trabalhadores e trabalhadoras para atenuar essa exploração, surgem organizações sindicais. Elas crescem marcando sua trajetória por revoltas e greves por melhores salários, condições de trabalho e de vida. Os primeiros sindicatos surgiram na Inglaterra, e não poderia ser diferente, já que a industrialização nasceu naquele país. Fundados a partir de fortes influências anarquistas⁷, são um fenômeno típico do sistema capitalista, pois emergem na síntese dialética das contradições estabelecidas entre capital e trabalho e da exploração da força de trabalho, cada vez mais acentuada com o sistema econômico.

No Brasil, o movimento de trabalhadores se organizou desde a luta pelo fim da escravidão. Entretanto, as organizações sindicais, propriamente ditas, se constituíram após esse período na luta pela valorização do trabalho, que como consequência da escravidão, tinha uma concepção bastante negativa no imaginário dos trabalhadores, dificultando, assim, a formação de uma identidade da própria classe trabalhadora (MATOS, 2009). Marx faz análise semelhante na discussão da luta pela redução da jornada de trabalho na Inglaterra e sua repercussão nos Estados Unidos: naquele país a classe trabalhadora tarda a se constituir devido à escravidão, já que, “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro. Mas da morte da escravidão, brotou imediatamente uma vida nova e rejuvenescida” (MARX, 2013, p.372).

Os valores da escravidão “eram aceitos por quase toda a sociedade. Mesmo os escravos, embora lutassem pela própria liberdade, embora repudiassem a escravidão, uma vez libertos admitiam escravizar os outros” (CARVALHO, 2008, p.49). Essa constatação histórica dialoga com o pensamento freiriano de que a contradição presente nos oprimidos, imersos na realidade opressora, é de que tendem a carregar consigo a vontade de aderirem ao opressor e por meio de uma educação libertadora poderão superar essa contradição, com a consciência de classe, de sujeito coletivo que se contrapõe à visão de mundo individualista (FREIRE, 2011). Observamos que a falta de solidariedade classista com a qual se constituía historicamente o Brasil, de certa forma, foi um impedimento para a consolidação de uma identidade classista. Une-se a essa questão, o fato de que o país foi “o último país de tradição cristã e ocidental a libertar os escravos” (CARVALHO, 2008, p.47). A realidade histórica e o

⁷ Movimento político que defende a extinção do estado, tendo como principal mentor ideológico Mikhail Bakunin que defendia uma sociedade socialista, com forte tom libertário, fruto da livre e espontânea organização dos trabalhadores.

isolamento individual, em detrimento do ser social, impossibilitaram a consciência de classe de uma massa que foi retirada brutalmente de seu país para ser escravizada em outro.

A posterior abolição da escravidão não garantiu nenhum direito aos libertos, aos quais “[...] não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos” (CARVALHO, 2008, p.52). Somado a isso, o incentivo do governo à imigração italiana, levava os negros “libertos” à exclusão do trabalho nas cidades. Nessas condições, muitos acabaram voltando para suas fazendas, submetendo-se aos baixos salários ou indo para os centros urbanos em formação, onde aumentavam a população de trabalhadores desempregados. Podemos dizer que nesse período inicia-se, lenta e contraditoriamente, o processo de constituição da Classe Trabalhadora no Brasil. Não como classe organizada, mas foi o surgimento de uma massa significativa de trabalhadores.

Ao analisar a Formação da Classe Operária Inglesa, Thompson traz contribuições acerca da sua compreensão do conceito de classe trabalhadora, que também se aplica à realidade brasileira:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 1987, p. 9)

As mutações da classe trabalhadora, no atual contexto histórico brasileiro, exigem uma noção ampliada de classe trabalhadora, que inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, os trabalhadores essencialmente manuais, mas também aqueles que produzem mais-valia mesmo com a venda do trabalho intelectual. É a “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2009, p.101):

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o *part time*, o novo proletariado dos McDonald's, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural (ANTUNES, 2009, p.103-104).

Portanto, a classe é uma relação histórica e, como tal, não pode ser analisada como categoria estanque, separada, imóvel. Só pode ser compreendida no movimento histórico de sua constituição e, portanto, só pode existir no sistema capitalista, pois ele é o ápice dos interesses opostos entre a burguesia e os trabalhadores. Para Marx, a classe trabalhadora é aquela não detentora dos meios de produção, que se utiliza da sua força de trabalho como garantia de sobrevivência e só pode existir na medida em que exista outra classe que os detenha. É caracterizada, portanto, por homens e mulheres com experiência e contextos semelhantes, articulados contra homens e mulheres com interesses essencialmente opostos:

Sobre o fundamento da produção de mercadorias (sistema capitalista), na qual os meios de produção são propriedade privada de indivíduos o trabalhador manual, por conseguinte, ou produz mercadoria de maneira isolada e autônoma, ou vende sua força de trabalho como mercadoria porque lhe faltam os meios para produzir por sua própria conta. (MARX, 2013, p. 700)

No Brasil, como consequência do sistema escravocrata muito bem estruturado, mesmo com a existência, desde a segunda metade do século XIX, de algumas fábricas e comércio com empregados assalariados, a classe operária era pequena e de formação recente. Se até a abolição da escravidão a luta de classe girava em torno dessa questão, as dificuldades que se apresentaram logo depois, como o desemprego e os baixos salários, consolidavam-se como obstáculos para a formação da classe (CARVALHO, 2008; MATOS, 2009). Essa afirmação nos leva a crer que os quase quatro séculos de escravidão tornaram difícil a construção da “autoconsciência” para os que convivem com e do trabalho escravo da própria situação de classe (LUKÁCS, 2003, p.357), tendo, portanto, a imagem mais negativa possível do seu significado.

A constituição do movimento operário brasileiro, no entanto, trouxe avanços. “O movimento lutava por direitos básicos, como o de organizar-se, de manifestar-se, de escolher o trabalho, de fazer greve. Os operários lutaram também por uma legislação trabalhista, que regulasse o horário de trabalho e aposentadoria” (CARVALHO, 2008, p.60). A valorização do trabalho e do trabalhador se apresentava como central nas lutas dos primeiros militantes do movimento de trabalhadores brasileiro.

Somado a isso, a industrialização no Brasil, que vinha com mais força no final do século XIX e consolidava-se efetivamente a partir do início do século seguinte, demandava

uma busca por força de trabalho nesse campo. As primeiras indústrias contavam com o grande contingente de imigrantes europeus que, por sua vez, carregavam consigo um legado de lutas por melhores salários e condições de trabalho e contribuíram para o surgimento das organizações operárias, no geral de cunho anarquista e religiosas cristãs. No entanto, no início do século XX, a criação do Partido Comunista trazia um ator novo na cena política brasileira, na qual teve papel relevante por muito tempo e acirrou a disputa com aqueles setores, mantendo-se como força majoritária no movimento operário. (CARVALHO, 2008)

Embora as organizações de trabalhadores tenham se constituído muito antes, podemos considerar que os sindicatos receberam a obrigação desta denominação após a instalação do Estado Novo e, formalmente, com a criação do Ministério do Trabalho em 1931, com o Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, que regulou a sindicalização das classes patronais e operárias. Contraditoriamente, “o modelo corporativo de relações do trabalho, implementado pelas elites que chegaram ao poder pela Revolução de 30, colocou os sindicatos em uma camisa de força” (CATTANI; HOLZMANN, 2006, p.257), na medida em que houve o esforço de corporativização dessas organizações, de forma que “promoveu a organização sindical, mas o fez dentro de um arcabouço corporativo, em estreita vinculação com o estado” (CARVALHO, 2008, p.88).

Os movimentos e organizações independentes, por sua vez, avançavam lentamente. Vargas, durante o Estado Novo, desenvolvia uma política populista e contraditória: ao mesmo tempo em que atendia algumas reivindicações históricas dos trabalhadores apresentando-as como doações suas, instalou um estado de intensa repressão e intervenção nos organismos sindicais. A conciliação entre capital e trabalho, que se buscou implementar, pretendeu “a absorção do indivíduo pelo estado, com a subsequente negação do conflito como forma de convivência necessária ao jogo democrático, pressupunha o despojamento das classes de sua consciência em si” (VIANNA, 1978, p.213). Nesse quadro, as classes subalternas são consideradas o elemento central na relação de trabalho, constituindo-se como colaboradores do capital. Dessa dimensão histórica de burocratização do movimento sindical brasileiro, constitui-se, de certa forma, a sua dificuldade de organização autônoma e reflete no movimento até os dias de hoje:

O desafio que nós temos é convencer os dirigentes sindicais que é preciso mudar o movimento sindical, de modo geral, a burocratização. Muitos sindicalistas se voltam com a máquina e esquecem da mobilização, da

necessidade. Mas mesmo com esses desafios e com essas dificuldades, temos a certeza de que a formação tem contribuído com a CTB (ent.3).

A afirmação expressa o momento histórico do movimento de trabalhadores, que vive a crise de um tempo marcado pela reprodução ideológica do modo de vida instituído que se dá por meio da cultura, da mídia e das relações sociais como um todo. De todas as maneiras possíveis, os setores dominantes reafirmam os ideais do consumo e do individualismo cultivando uma “consciência do *status*”, apropriada para impedir de maneira eficaz o surgimento da consciência de classe” (LUKÁCS, 2003, p.347). É o detrimento do caráter coletivo e a reafirmação constante da solução individual dos problemas, disseminada também pela literatura de autoajuda. A Formação cumpre importante papel, na discussão e desnaturalização dessas questões:

Para o momento atual a formação tem cumprido seu papel, mas não totalmente. Nós precisamos evoluir muito ainda, porque eu acho que a consciência da classe e dos próprios dirigentes está muito abalada pela questão do individualismo (ent.2).

Não basta ser apenas trabalhadora precisa-se ter consciência de classe (ent.3).

O individualismo reflete a ausência da consciência de classe. E é, também, nessa ausência que se fortalece a dominação pela classe oposta. No pensamento individualizado não poderá ocorrer a ação histórica transformadora da sociedade, visto que a ação é determinada “por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo” (LUKÁCS, 2003, p.142). A consciência de classe diz respeito ao reconhecimento da ordem estabelecida e a sua negação, apontando para a transformação social, “para além do capital” (MÉSZÁROS, 2009). A transformação histórica, no entanto, só pode ocorrer na superação das limitações reais dos indivíduos, na consciência da coletividade e na negação necessária à ordem do capital. Embora afirme a busca pela consciência de classe, a CTB se insere em uma ordem econômica que reforça, cada vez mais, a ideologia do consumismo e a competitividade entre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que atribui aos trabalhadores e trabalhadoras assalariados o adjetivo de colaboradores, “na medida em que cultivam a disposição anímica de colaborar com o capital, tornando-se personalidades particularistas ou *ensimesmadas*” (ALVES, 2014, p.77). As condições conjunturais que reforçam a cultura do individualismo e também sujeitam a CTB às contradições dessa ordem.

Além das questões de reprodução ideológica, é preciso considerar, historicamente, a facilidade de adaptação e permanente transformação do capital, que amplia frequentemente

seu desenvolvimento tecnológico:

De um lado, a nova base tecnológica, marcadamente flexível, permite um rápido deslocamento de investimentos produtivos de uma parte para outra do mundo (desterritorialização do capital), para buscar vantagens nas taxas de lucro, e de outro lado, aumenta exponencialmente a intensidade do capital morto e a consequente diminuição do trabalho vivo, força de trabalho. Com essas armas o capital vem desmobilizando e minguando a organização e o poder sindical que se vê forçado a negociar direitos conquistados por uma garantia mínima do emprego. Amplia-se, nesse contexto, a superexploração da força de trabalho (FRIGOTTO, 1998, p.42).

O processo analisado por Frigotto, embora vivenciado na década de 1990, ainda reflete nas lutas dos trabalhadores e, conseqüentemente, coopera para a dificuldade histórica de consolidação do poder sindical, conforme analisa o autor.

A CTB reconhece essa dificuldade e aponta a crise de representatividade do movimento, que, a nosso ver, também é consequência desse processo de reorganização do capital. Essa crise de representatividade também reflete no divórcio entre sindicatos e base, criada pela mundialização do capital que impôs transformações profundas na produção e deixou o movimento na defensiva, perdido frente à nova organização do sistema de produção, e, dessa forma, também restringiu a ação sindical (LARA, 2010). Para além das condições externas, a Central sinaliza, como citado logo a seguir, o enfraquecimento pelo distanciamento entre dirigentes e base, reflexo também da ausência de democracia interna, que precisa ser fortalecida no sindicalismo brasileiro, assim como a necessidade de ampliação dos setores que compõe o movimento, assegurando estatutariamente que nas direções haja “participação de mulheres, negros (etnias) e aposentados” (CTB, 2008, p.70):

O sindicalismo classista deve realizar uma ampla campanha pela democratização do movimento sindical. A questão da democracia não deve ser mais considerada como um problema menor ou uma mera formalidade. Trata-se de um princípio fundamental para o presente e o futuro do movimento sindical, cuja solução também tem a ver com a atual crise de representatividade do sindicalismo o relativo descrédito das entidades e o divórcio entre direção e base. [...] Manobras são feitas diariamente, reformas estatutárias antidemocráticas também são realizadas no intuito de perpetuar direções que controlam entidades como se fossem propriedades privadas e não patrimônio dos trabalhadores representados. (CTB, 2008, p.69)

A Central traz, também, a necessidade de atrair os jovens para o Movimento Sindical, para estabelecer uma política de renovação das direções. “As pesquisas indicam que a maioria dos jovens, que foram às ruas nas manifestações de junho, era composta por jovens trabalhadores e estudantes que não se sentem representados por entidades sindicais ou

estudantis ou, ainda menos, por partidos políticos.” (GOMES, 2013, p.15) Esse reconhecimento traz consigo a necessidade de repensar o Movimento Sindical na sua atualidade:

O nosso gargalo, e eu acho que não é só a CTB que tem esse problema no Movimento, é a questão das mulheres e da juventude. Ainda temos poucas lideranças nessas áreas. Nós ainda precisamos fazer formação (ent.2).

Além de reconhecer que existem dificuldades nos sindicatos em dialogar com os novos segmentos como, por exemplo, os trabalhadores jovens, a Central aponta que a tarefa da educação sindical poderia estabelecer esse diálogo com a juventude. Entendemos, assim como Freire (2000), que a Formação, por si só, não conseguirá resolver completamente essa questão. Ela contribui para a formação de novos dirigentes, mas existem questões históricas e políticas de exclusão desses segmentos que não poderão ser solucionadas apenas no plano da Formação. As soluções não podem ser somente educativas, formais. Elas precisam ter um caráter estrutural (MÉSZÁROS, 2008).

Nesse processo, é importante ressaltar também a eleição de Lula – um operário – como presidente da república.

No momento em que entrou Lula, nós achamos que tínhamos o poder. Lula representante dos trabalhadores, até certo ponto, e como uma pessoa que saiu dos operários. Essas questões, me parece, que repassam muito certa acomodação e isso é perigoso (aula1).

A esperança de mudanças por ter um presidente oriundo do movimento, de certa forma, pode ter contribuído para desmobilizar o Movimento Sindical que acabou por entender que essa eleição seria suficiente para vencer o poder do capital. Por outro lado, a contraposição ao neoliberalismo, implementado desde o golpe militar e aprofundado durante os períodos dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, não se daria de forma automática com essa eleição. Já nas alianças que levaram à vitória, Lula anunciava certa desvinculação aos movimentos sociais em nome da vitória eleitoral. Em se tratando do Brasil, “um país dotado de um conservadorismo enorme”, apesar das contradições que levaram à vitória eleitoral, ela “teve um significado real e simbólico muito expressivo” (ANTUNES, 2004, p.134-135). Contudo, os avanços necessários só poderiam ser conquistados se alicerçados nas forças oriundas dos movimentos sociais organizados e, dentre eles, o Movimento Sindical. Caberia ao governo eleito, amparado por essas forças sociais, “caminhar em direção à preservação de conquistas e mesmo avançar na busca de novos

direitos” (ANTUNES, 2004, p.139), mas isso também dependeria da força dos movimentos sociais organizados em torno dessas questões. O governo se consolida, nos seus primeiros anos, e até hoje, com disputas internas, externas e também com organismos financeiros do capital global que exigem a flexibilização da legislação trabalhista. Assim, insere-se em um movimento pendular:

Podemos exemplificar esse sentido pendular com inúmeros exemplos: a política econômica, que começa de modo pífio e continuísta; a política externa, particularmente no contexto latino-americano, que se diferencia positivamente da fase anódina e falante de FHC; a batalha da previdência, que começa mal e atabalhoadamente; o combate à fome, que oscila entre a justa diagnose da barbárie e o remédio assistencial etc (ANTUNES, 2004, p.142).

As questões trazidas por Antunes não negam completamente que a Classe Trabalhadora obteve conquistas, como o aumento de postos de trabalho, a ampliação do acesso à educação como um todo, em especial à educação superior ou com políticas de incentivo à compra da casa própria para a população de baixa renda que beneficiam diretamente os trabalhadores. Mas essas políticas continuam se inserindo no movimento pendular, entre a manutenção e as mudanças, “oscilando entre a resistência ao desmonte e a assunção da moderação” (ANTUNES, 2004, p.164). As contradições, sob as quais se garantiu a vitória, o coloca distante de estar em total consonância com os interesses dos trabalhadores. A Central considera esses avanços importantes para a luta de classes, mas, ao mesmo tempo, aponta que essa conjuntura, mais favorável ao diálogo, poderia ter permitido maiores mudanças:

[...] se avaliarmos o que nós avançamos do ponto de vista de direitos: nada. Nós continuamos com o fator previdenciário, nós não reduzimos a jornada de trabalho. Mas também não foi retirado nenhum direito, a questão da terceirização nós conseguimos barrar. Nós podemos não ter ampliado, mas também não perdemos. A gente mantém. E eu acho que está faltando mais o nosso papel. Nós, a classe trabalhadora, fomos muito pouco para a rua, acho que nós fizemos pouco (ent.2).

Somada à necessidade de alicerçar as mudanças nos movimentos sociais, o Movimento Sindical reconhece aqui a sua incapacidade de fazê-lo em um momento propício a isso. A visão corporativista dos sindicatos, historicamente consolidada desde a política implementada por Vargas, também contribuiu às dificuldades e, conseqüentemente, à redução da organização autônoma dessas organizações, outra questão que, na análise de Antunes, poderia ter sido pautada durante o governo Lula e diz respeito à “autonomia e liberdades sindicais”, pautadas pelo movimento, mas pouco pelo governo em questão. O possível avanço

poderia ter ocorrido, primordialmente, com a participação dos movimentos sociais, dos quais “presenciamos um relativo recuo de parcela dessas lutas”, mas inseriu-se em uma conjuntura internacional que se mostrava desfavorável com a “ampliação da política destrutiva dos EUA e sua arrogância imperial” (ANTUNES, 2004, p.139-140).

É possível observar a dificuldade histórica brasileira em garantir avanços na conquista dos direitos sociais. Esses se deram, no contexto nacional, de forma mais lenta em relação aos demais e como moeda de troca pela preservação de privilégios, entre avanços e retrocessos e com “a distribuição de benefícios sociais por cooptação sucessiva de categorias de trabalhadores para dentro do sindicalismo corporativo, achou terreno fértil em que se enraizar. Os benefícios sociais não eram tratados como direito de todos, mas como fruto da negociação de cada categoria com o governo” (CARVALHO, 2008, p. 223). Essa visão dificulta a formação de uma identidade classista do movimento, mantendo-o em um nível elementar, econômico-corporativo de homogeneidade das categorias profissionais e solidariedade apenas entre os componentes dessa mesma categoria (GRAMSCI, 2011c). Essa dificuldade, em última análise, tem reflexos fundamentais que impedem o avanço, em um plano universal, de uma consciência de classe.

Os sindicatos são a expressão das contradições do sistema do capital. Como aponta Mézáros o movimento operário, “por meio de seus primeiros sindicatos, passou a ser o interlocutor do capital, sem deixar de ser objetivamente seu adversário estrutural”. Essa contradição está presente no Movimento Sindical brasileiro e se consolida de várias formas nas nossas organizações. Ressaltamos, aqui, duas concepções que expressam de forma mais latente essa contradição. A primeira é aquela institucionalizada pelo capital ou pelo estado. Um sindicalismo que opera “no âmbito das premissas estruturais do sistema do capital, como um interlocutor legalmente constituído e regulado pelo estado” (MÉSZÁROS, 2009, p.23), em que o sindicato é concebido como instância representativa, com o objetivo de reivindicações econômicas e negociação salarial entre trabalhadores e empresas. Esta concepção foi a que se estabeleceu majoritariamente no cenário histórico brasileiro. A outra é aquela que, mesmo no papel de interlocução, assume o caráter de contraposição ao sistema capitalista aglutinando forças para estabelecer resistência à ordem do capital (CATTANI; HOLZMANN, 2006). Essa é uma característica do sindicalismo em movimento, que segue seu curso na direção de outra sociedade. Interessa-nos estabelecer essa diferenciação na

medida em que o posicionamento que assumimos, aqui, é da necessidade de um sindicalismo em permanente confronto e movimento, enquanto instrumento de ação da classe trabalhadora na luta por melhores condições de vida e, por conseguinte, pelo fim da exploração capitalista.

Quando a entrevistada 1 afirma que a CTB traz como princípio educativo *a formação da consciência de classe da classe trabalhadora* e diz estar ao lado dos trabalhadores, assume o contraponto à sociedade capitalista. Também o faz ao reforçar a necessidade de que:

não só os dirigentes sindicais, mas que a classe trabalhadora de um modo geral, entendam que no sistema que vivemos, o capitalismo, vai ter sempre exploradores e explorados. Sempre vai haver a questão da mais-valia, do lucro do patrão. O trabalhador precisa entender que ele tem que atuar para que isso mude (ent.1).

Quando expõe essa necessidade, a Central assume, na sua concepção, uma perspectiva de Movimento, no sentido da constatação da realidade e na perspectiva da transformação social. Durante os cursos, foi possível observar que as temáticas abordadas, como os elementos para fazer análise de conjuntura, o conhecimento das diversas concepções de Movimento Sindical, as formas com que o capitalismo se utiliza hoje para a conquista ideológica dos trabalhadores, juntamente com as discussões feitas com o conjunto dos trabalhadores de como superar essas relações, reafirmam, enquanto concepção de educação, essa perspectiva transformadora, emancipatória, e dão indícios da perspectiva da CTB em construir um Movimento que seja instrumento para a luta de classes.

Desenvolvemos, aqui, uma discussão centrada nos elementos que elucidam a constituição da sociedade de classes e da classe trabalhadora brasileira, que se dá por meio da exploração privada e mercantilização da força de trabalho e que, por sua vez, gera a luta organizada dos trabalhadores para atenuar essa exploração na forma de organizações sindicais. No Brasil, destacamos um movimento que se organizou na luta pelo fim da escravidão e pela valorização do trabalho. A classe, como relação constituída historicamente, também é um movimento que se expressa na consciência. Embora o movimento de trabalhadores esteja imerso em um tempo histórico marcado pela reprodução ideológica do capitalismo, do individualismo e de conciliação entre capital e trabalho, em detrimento do sentimento coletivo, que, dentre os outros fatores analisados anteriormente, também é responsável por gerar uma crise de representatividade do movimento, reforçamos a necessidade de um Movimento Sindical que se renove para corresponder às necessidades atuais da luta de classe e, mesmo nas suas contradições, assuma a necessidade de construção

de um sindicalismo em permanente movimento. Nessa disputa do Movimento Sindical para que se consolide num movimento radicalmente socialista (MÉSZÁROS, 2009), a Formação Sindical pode contribuir, desde que vinculada a uma educação na perspectiva de classe, como discutiremos na seção a seguir.

3.3 A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

De acordo com o conceito de classe trabalhadora abordado anteriormente, nos interessa problematizar a Educação da Classe na perspectiva da Formação dos trabalhadores, enquanto Intelectuais Orgânicos, já que esse é um conceito fundamental nessa Dissertação. No entanto, é impossível fazê-lo sem abordar o conceito marxiano de Trabalho, já que nessa perspectiva esses conceitos estão intimamente ligados:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. (MARX, 2013, p.255)

O trabalho, aqui, é compreendido como a ação de intercâmbio entre homem e natureza que, mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia, é o processo pelo qual os seres humanos transformam a matéria natural para satisfação das suas necessidades materiais e sociais e, ao mesmo tempo, criam e recriam sua existência e suas condições materiais de vida. É, portanto, atividade educativa. Os seres humanos são produto do trabalho. A sua dimensão educativa está em modificar o mundo e, ao mesmo tempo, sofrer a influência dessas modificações, transformando-se a si mesmo.

Uma das contradições do sistema capitalista, portanto, é a alienação do Trabalho que, na sua concepção negativa, “é verdadeiramente o homem perdido de si mesmo, a negação de toda manifestação humana” (MANACORDA, 1991, p.53). Enquanto na concepção de Marx (2013), o trabalho é constituidor da essência dos seres humanos, na sua forma alienada pelo capital, quando usado como meio para produção de mercadorias ele torna-se um produto estranho. Esse caráter assume uma relação nebulosa, caracterizado por Marx (2013) como fetichismo, que surge e ao mesmo tempo é reflexo social da relação de trabalho capitalista (de

produção de mercadorias), na qual os trabalhos privados agem como elos de ligação do trabalho social total por meio das relações de mercado (de troca) entre os produtos do trabalho humano e, por consequência, entre seus produtores. Portanto, podemos analisar que o sistema capitalista reduz, nas suas relações de troca de mercadorias, as relações humanas, assim como a relação do homem com seu trabalho a uma relação mercadológica. Manacorda afirma que

(...) a atividade do homem se apresenta como humanização da própria natureza, devir da natureza por mediação do homem, o qual agindo de modo voluntário, universal e consciente, como ser genérico ou indivíduo social, e fazendo de toda a natureza o seu corpo inorgânico, liberta-se da sujeição à casualidade, à natureza, à limitação animal, cria uma totalidade de forças produtivas e delas dispõe para desenvolver-se onilateralmente. (MANACORDA, 1991, p.53)

A perspectiva do trabalho educativo, na sociedade regida pelo capital, é uma busca complexa, quase impossível. Seria injusto designar à escola ou qualquer outra instituição da sociedade essa função, já que elas são instrumentos da estrutura econômica e contribuem para a sustentação do modo de vida instituído pelo capitalismo. Sob o domínio do capital, a questão crucial da educação é a “internalização pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes foi dada na hierarquia social” (MÉSZÁROS, 2005, p.44). O que não quer dizer que os espaços educativos não sejam importantes. Cabe ressaltar, aqui, a CTB. Ela configura um espaço educativo de resistência, que apreendendo essa finalidade e a incorporando à sua prática, possibilita aprofundar o movimento da Autoeducação e contribui para a compreensão prática do trabalho no seu princípio educativo. Esse processo se dá no desenvolvimento das diversas práticas autoeducativas que busquem fortalecer a luta dos trabalhadores e contribuir para o pensamento autônomo, o que, como visto no item 2.4, possibilita a relação da teoria com a prática política e favorece a compreensão dos trabalhadores e trabalhadoras do seu lugar na sociedade, não como processo de internalização, mas sim do seu reconhecimento como organizador da vontade coletiva.

Embora contraditórios, os espaços educativos são fundamentais, pois se, por um lado, legitimam as questões econômicas impostas, por outro, poderão denunciá-las. Se reforçam a sociedade do capital, sem esses espaços é impossível concretizarmos uma perspectiva transformadora da sociedade. A práxis educativa, principalmente nos espaços educativos não escolares, contribui para a formulação de outras maneiras de conceber o mundo e, por meio dela, pensar novas perspectivas de sociedade, em busca da superação da contradição

opressores-oprimidos (FREIRE, 2011). Essa concepção não está desvinculada de uma instituição de vida material. Do movimento nascem formas de criar brechas na lógica instituída, apontando para a possibilidade de luta pela construção de outra hegemonia. (GRAMSCI, 2011f)

Cabe questionar, portanto, como Trabalho, Educação e a Formação Sindical podem estar vinculados à luta emancipatória. Esses fatores não são capazes de subverter a lógica do capital com esse fim, mas podem estar unidos, dado o caráter de reciprocidade que possuem. Os sindicatos são importantes meios de organização da classe trabalhadora e cumprem papel fundamental na intermediação entre os trabalhadores e as empresas nas negociações salariais e na garantia de melhores condições de trabalho. O movimento sindical nasce das contradições do capitalismo e, como tal, tem a tarefa fundamental de fazer a intermediação entre capital e trabalho. Mas podem avançar, tornar-se meios de organização da classe, articular as demandas imediatas da classe trabalhadora com a problemática da transformação social a longo prazo e contribuir para a busca de formas de superar a relação de exploração do trabalho. Essa é a questão crucial para o movimento de trabalhadores e trabalhadoras e que pode vir a constituir uma práxis fundamental para avançar na luta política pela emancipação.

Eu acho que o movimento sindical tem que existir e ser fortalecido cada vez mais. Se já é ruim com o movimento sindical, pior seria sem ele. Ele é essencial pra mudar a realidade do trabalho, do nosso país e a vida do povo trabalhador (ent.5).

No que diz respeito à Formação Sindical, ela pode configurar-se como instrumento para tal, desde que não se reduza a um recurso meramente pedagógico, mas esteja intrinsecamente vinculada à prática social desses trabalhadores e trabalhadoras. Por outro lado, precisamos ter presente as contradições nesse processo da Formação Sindical como nos mostra a fala de um dos entrevistados:

um dos grandes desafios é convencer os próprios dirigentes sindicais de que a formação é contínua. Não é porque eu fiz um curso hoje que eu estou formado. Tem que ter leitura individual, debate coletivo, participação na luta, etc. E aí há pessoas que estão há mais tempo no trabalho sindical e acham que já estão formados e, portanto, não precisam desses cursos. Este é um dos desafios que temos, tanto de convencimento quanto das pessoas que estão entrando agora no movimento sindical, quanto das que já participavam. (ent.3)

Faz-se presente a contradição entre o que os dirigentes têm como discurso e a concepção da CTB nesse processo. O risco de se ver pronto transforma-se em barreira para avanços e dificulta a abertura para novas propostas e também pode ser um fator que gera o

distanciamento entre os dirigentes e a base. Por outro lado, o reconhecimento dessa contradição e a sua análise com a autocrítica necessária a constitui como elemento do qual nasce a gênese para a sua própria superação. Uma das questões que contribui para essa visão de *estar pronto* é a hierarquização do movimento, que coloca os dirigentes em um patamar superior em relação à base e que, de certa forma, reproduz a organização da sociedade capitalista.

Os sindicatos também reproduzem, na sua organização, a divisão social do trabalho expressa na contradição dirigentes-base e também superespecialização – divisão entre ciência e vida material na qual o trabalhador tornou-se um executor de tarefas e teve retirada de si a necessidade de concepção prévia do produto do seu trabalho. “A divisão cria unilateralidade e, sob o signo da unilateralidade, justamente, se reúnem todas as determinações negativas, assim como sob o signo oposto da onilateralidade [...] reúnem-se todas as perspectivas positivas da pessoa humana”. Essa divisão do trabalho produz deformidade e provoca um retorno do ser humano a sua condição de animal, desumano. Ela não se dá apenas no trabalhador manual, mas também naqueles que se apropriam do produto do trabalho, já que ambos se desvinculam da práxis social. “Em resumo, capitalistas e trabalhadores são, uns e outros, subsumidos pela classe, membros de uma classe e não-indivíduos” (MANACORDA, 1991, p.68-71).

Se a formação sindical, por si só não é capaz de superar a reprodução da divisão social do trabalho no interior do movimento, por outro lado a Autoeducação pode contribuir, pela mediação da práxis e sistematização nas formações, para, a longo prazo, superar a contradição direção vs. base e fortalecer a organização da luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

A necessidade humana, na sua luta permanentemente transformadora para a libertação, é a busca pela identidade entre ciência e trabalho, na qual o sujeito tenha plena consciência e propriedade da sua produção. Essa recuperação só pode realizar-se no processo histórico revolucionário, em que haja uma reapropriação da ciência por todos os indivíduos e no domínio do ser humano sobre as forças produtivas. É na ação histórica transformadora da realidade – práxis – que homens e mulheres buscam a superação da unilateralidade da educação e, simultaneamente, fazem a história e se fazem seres histórico-sociais, contribuindo para a busca pela consciência de sua condição de indivisibilidade moral, social, intelectual e manual – humana (FREIRE, 2011; MANACORDA, 1991).

Em contrapartida a essa educação unilateral, Manacorda (1991) apresenta a perspectiva onilateral. Os seres humanos que em sua vida material estabelecem diversas relações práticas com o mundo, naturalmente estabelecerão, no nível do pensamento abstrato, relações complexas e universais, já que a materialidade e o pensamento se relacionam. Esse também é um fundamento essencial na prática de Autoeducação, pois ela propõe uma relação cada vez mais estreita entre a práxis e as formações mais sistemáticas. O pensamento é determinado pela individualidade dos seres humanos, pelas relações sociais estabelecidas e, conseqüentemente, “pelas condições em que ele vive.” (MARX,1978, p.62)

A onilateralidade do trabalho tem como finalidade maior a chegada histórica dos seres humanos a “uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumos e prazeres, em que se deve considerar o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais” (MANACORDA, 1991, p.81) a que os sujeitos estiveram historicamente excluídos devido à alienação e à divisão do trabalho. Podemos afirmar que a Formação Sindical precisa estar estreitamente vinculada à premissa apresentada pelo autor: ao trabalho enquanto atividade humana vital, que propicie o desenvolvimento global das capacidades humanas. Partindo desse pressuposto, o entendimento da totalidade das relações sociais é uma finalidade importante da educação do trabalhador na Formação Sindical. Ela precisa ser pensada na sua vinculação com a prática social e

contribuir para que os dirigentes sindicais sejam pessoas que atuem praticamente nos sindicatos, mas que estejam constantemente refletindo, discutindo sobre a atividade sindical, sobre a questão política mais geral, até para poder ser mais coerente na sua prática (ent.4).

Ao ser questionado sobre os reflexos das formações na prática sindical, o entrevistado afirma que:

Isso te dá embasamento pra discutir qualquer assunto. Inclusive isso me levou a participar de uma comissão aqui dentro da fábrica, de participação nos lucros. E esse curso de formação te dá embasamento pra discutir de igual pra igual com o patrão. Se eu não tivesse feito essa formação eu não teria condições de sentar numa mesa de negociação. Dum lado o capital e do outro eu defendendo os trabalhadores. Isso me ajudou muito e deu um grande suporte no enfrentamento ao capital (ent.5).

Mas é preciso avançar e ampliar, cada vez mais, essa Formação, consolidando-a como instrumento, que somado à práxis social é meio para a busca de superação das condições socialmente impostas. É preciso que a Formação Sindical, articulada à Autoeducação, seja um elemento na busca pela redução da divisão do trabalho e, com ela, da divisão do ser humano.

Marx (1978) critica a concepção individualista e, portanto, dividida e mutilada do indivíduo que, na concepção burguesa, é compreendida de forma linear e compartimentada. Essa compartimentalização, fruto da alienação e, portanto, da divisão do trabalho, vem com a necessidade de aumento da produtividade para a qual os seres humanos são mais úteis na medida em que desenvolvam da melhor forma uma especificidade e não a sua totalidade. Nas palavras do autor:

Enquanto as circunstâncias em que vive esse indivíduo não permitirem senão o desenvolvimento unilateral de uma faculdade à custa de todas as outras e lhe não fornecem senão a matéria e o tempo necessários ao desenvolvimento dessa única faculdade, esse indivíduo só atingirá um desenvolvimento unilateral e mutilado. (Marx, 1978, p.62)

Marx afirmava que o capital artificialmente produziu uma atrofia intelectual nos adolescentes em vias de formação para transformá-los em produtores de mais-valia. Embora a reestruturação produtiva das últimas décadas exija maior flexibilidade de adaptação do trabalhador, desenvolvendo um maior número de habilidades para o trabalho, exigindo trabalhadores e trabalhadoras polivalentes, não podemos negar a separação entre trabalho manual e intelectual. Se de um lado, desenvolveu-se esse trabalhador, que exercita mais intensamente o trabalho intelectual, por outro, também se forjou uma massa de trabalhadores precarizados, com pouca qualificação (ANTUNES, 2010). O nível de exploração do trabalho humano atingiu tal ponto que ambos são apropriados pelo sistema capitalista. Independentemente de qual é o trabalho executado, não permite um desenvolvimento onilateral, em que ciência e prática social estejam vinculadas na produção da vida. Não nos basta, portanto, seguir apenas no debate dessa divisão, mas sim em como é possível subverter essa lógica, criando formas alternativas de formação global dos seres humanos.

No que diz respeito à Formação Sindical da forma como está organizada e com o objetivo de:

Tentar convencer os trabalhadores de que eles são uma classe e que através dela é possível se construir uma nova sociedade. Pela convicção formada, unidade e vontade de mudar é possível construir uma nova sociedade (ent.3),

A contribuição da CTB ocorre no movimento social prático, que também é educativo, de luta pela transformação social. A Formação cumpre seu papel de mobilizadora dessa luta e de sistematizadora teórica dos conhecimentos práticos. Ao traçar o perfil da classe

trabalhadora inglesa, Marx e Engels trazem que:

[...]o trabalhador inglês, que apenas sabe ler e escrever mal, sabe todavia de maneira muito clara qual é o seu próprio interesse e o de todo o país – sabe também qual é o interesse específico da burguesia, e o que pode esperar dela. Mesmo se não sabe escrever, sabe falar – e falar em público. Se não sabe contar, sabe, contudo, o bastante para fazer, com as noções de economia política, os cálculos necessários para descobrir e refutar os burgueses (MARX; ENGELS, 1978, p.69).

Essa premissa histórica nos traz concretamente como se desenvolveu, enquanto dirigente, a Classe Trabalhadora organizada no berço do capitalismo europeu e como, apesar de todas as ineficiências do sistema de ensino da época, suas condições materiais de vida garantiram-lhe uma formação prática capaz de compreender a sua situação frente à exploração capitalista. Como o desenvolvimento dessas habilidades práticas, dirigentes, se dá nos dias de hoje, nos trabalhadores da base da CTB? É evidente, e até óbvio, afirmar que a classe trabalhadora modificou-se historicamente e que, no Brasil, constituiu-se de forma singular. Mas, assim, como a classe trabalhadora inglesa, nossos dirigentes sindicais também desenvolveram habilidades de disputa de classe por meio de suas práticas sociais. Se essa prática não condiz integralmente com as necessidades emancipatórias da classe, há que se considerar as condições reais de disputa dos trabalhadores hoje, bem como as contradições históricas implicadas na sua constituição.

Não é possível analisar a Formação Sindical sem considerar as contradições históricas que alicerçaram o próprio Movimento Sindical. Ele foi composto na teia de avanços e retrocessos, de disputas, de corporativização, e passa hoje por um processo de burocratização e, conseqüentemente, de secundarização da luta, com dificuldades de criar laços sociais e políticos com outros movimentos e com a própria base (CARVALHO, 2008). Porque:

O movimento sindical está muito burocratizado. Quando tentamos mobilizar é que vemos a dificuldade. Eu acho que o processo da luta fica meio de escanteio, o movimento sindical está muito para dentro (ent.2).

Ainda que com essas contradições implicadas no processo histórico, é possível visualizar a sua nuance de resistência, no que diz respeito à questão educativa e à preocupação com a Formação da consciência de classe. Apontamos como contribuição a perspectiva de Formação que conta com debates filosóficos acerca da história do Movimento, bem como das questões latentes na política nacional. Insere, portanto, nas discussões teórico-práticas os trabalhadores que, no seu dia a dia, tem pouco ou quase nenhum contato com discussões desse

caráter (LUXEMBURGO, 2010). Traz os trabalhadores para repensar o senso comum estabelecido na sociedade e articular as lutas sociais à luta econômica, travada diariamente pelo movimento. Como apresenta Milton Santos: “O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde”. E nas condições sociais dadas, em que a informação é fundamental na medida em que chega às pessoas de forma confusa, fundindo realidade e ideologia, produzindo verdades, e é também “resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia” (SANTOS, 2000, p.39). Essa denúncia, bem como o conhecimento das lutas e questionamentos diários do sindicalismo, vinculando a vida material desses sujeitos com o processo formativo, é fundamental para o avanço da consciência e o desenvolvimento da capacidade de pensar e analisar criticamente a sociedade e as verdades midiáticas produzidas.

Se os indivíduos são fruto da sua materialidade, só poderão vencer as condições materiais a partir dela, das vivências sociais, da práxis e não de ideias que, ilusoriamente, possam surgir espontaneamente. A educação não poderá jamais estar desvinculada da práxis social. Assim, ao pensarmos a Formação Sindical, precisamos partir da compreensão de quais são as necessidades desses sujeitos, dirigentes sindicais, na sua prática diária.

Ao mesmo tempo em que a classe necessita de uma Formação vinculada à práxis social, para que os sujeitos compreendam a sociedade, é preciso garantir seu acesso ao saber científico e ao trabalho como garantia de sobrevivência, bem como a compreensão da totalidade do processo produtivo, desde sua concepção até a execução. Se hoje a escola é considerada responsável por garantir o acesso ao saber e formar para o mundo do trabalho, por outro lado, os movimentos sociais, que unem esses atores sociais formados pela escola, por meio da Formação com um caráter mais sistemático, complementam essa lacuna do ponto de vista da práxis social dos dirigentes sindicais.

A tecnologia aplicada à produção, responsável por transformar o mundo da produção, facilitando os processos de trabalho e tornando-o mais produtivo, carrega consigo a contradição de enfraquecer a força de trabalho.

Quanto mais desenvolvimento tecnológico, melhor para a nossa vida. O problema é que o desenvolvimento tecnológico está na mão de uma parcela só. Porque nós temos que continuar trabalhando 44 horas? (ent.2).

Com o uso dessa tecnologia, a força de trabalho humana tornou-se cada vez menos necessária e mais explorada. Quando deveríamos usufruir dessa tecnologia para aumentar o

tempo livre, ela é utilizada de forma a sugar, gradativamente, do trabalhador a sua capacidade produtiva. Cada vez mais, a ciência é compartimentada e separada da vida real, ao passo que os cientistas são mais especializados e também produtores de um conhecimento compartimentado.

A tecnologia que já vem sendo criada há muito tempo dentro do sistema capitalista, não serve ao trabalhador. Simplesmente, serve ao capital” (ent.5).

Se avaliarmos as categorias de trabalhadores representadas pela Central, podemos afirmar que essas bases de trabalhadores sofrem diretamente os efeitos da divisão social do trabalho e a superexploração trazida com o avanço da tecnologia:

A base maior na CTB-RS são os trabalhadores rurais e do comércio. Mas temos também os operários: metalúrgico, sapateiro e mais o setor de serviços. Nós temos rodoviário, vigilante. Nacionalmente, de certa forma, abarca todas categorias. Desde marítimos, metalúrgicos...(ent.2).

Quando observamos essas categorias, podemos perceber que, em sua maioria, são aqueles trabalhadores que, historicamente, foram retirados da esfera do trabalho intelectual. Mesmo com a compreensão de que toda a atividade humana requer planejamento e é, portanto, intelectual, nem todos os homens e mulheres exercem essa função no campo da produção econômica. A prática social diária e formação são forjadas no esforço de que os trabalhadores se constituam na função intelectual criando possibilidades de construção de uma nova hegemonia (GRAMSCI, 2011b).

Uma das questões a ser ponderada na construção de uma nova hegemonia “é o de retomar o curso da história, isto é, recolocar o homem no seu lugar central”. Considerando “o estado das técnicas e o estado da política, há, frequentemente, tendência a separar uma coisa da outra”. Assim nascem as muitas interpretações da história a partir das técnicas ou da política exclusivamente. Na verdade, nunca houve na sociedade separação entre as duas coisas. A história fornece o quadro material e a política molda as condições que permitem a ação. Na prática social, sistemas técnicos e sistemas de ação se confundem e, por meio das combinações, então, possíveis, se fazem e refazem continuamente (SANTOS, 2000, p.124).

O entendimento da sociedade atual e do processo de trabalho precisa considerar os elementos supracitados. A complexidade da produção da vida demanda uma educação que combine “o trabalho produtivo com a instrução e a ginástica, não apenas como método para aumentar a produção social, mas como único método para produzir homens desenvolvidos em

todos os sentidos” (MARX, 1978, p.204). Há que considerar-se, também, a questão política: não basta somente a formação intelectual, tampouco somente prática, mas a educação precisa estar fundamentada na práxis social dos indivíduos, além da busca pela transformação política que determine as ações da humanidade a seu favor.

Para uma análise contextualizada do nosso tempo histórico, é preciso considerar que a divisão do trabalho, em ramos específicos da produção, contribui para a destruição da variedade original das aptidões humanas e da capacidade dos sujeitos de estabelecer relações, conexões. Daí, uma contradição que se aplica ao examinarmos o nosso sistema de ensino. Na nossa sociedade, quanto maior for o nível de treinamento e especialização em uma determinada disciplina ou campo de estudo, mais os sujeitos são considerados conhecedores. Ao mesmo tempo, essa superespecialização nos tira a capacidade de pensar dialeticamente, de estabelecer relações. E no sistema de ensino formal, escolar, essa é uma das primeiras condições para que os indivíduos sejam considerados aptos: pensar as diversas disciplinas em suas “gavetas” separadamente. Como aponta Harvey (2013, p.21-22), “as crianças pequenas são muito dialéticas, veem tudo em movimento, em contradição, em transformação. Temos de fazer um esforço enorme para que elas deixem de pensar dialeticamente.” A natureza humana é dialética. É preciso recuperar o poder do método dialético, no qual os indivíduos percebiam tudo em processo e permanente movimento. Entretanto, entregar os trabalhadores apenas à educação formal e acreditar que ela resolverá esse problema, é uma ilusão. A Formação Sindical pode auxiliar nessa questão, desde que esteja comprometida com a emancipação da classe.

4 A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO E O ESPAÇO EDUCATIVO DA CTB

Nesse capítulo, a partir dos dados obtidos, analisamos a concepção de Formação da CTB, a sua transposição nos objetivos e na realização dessa Formação, compreendida enquanto processo intencional no qual os objetivos são gestados até se transformarem em fundamentos e temáticas, materializados nas práticas de Educação Não Escolar.

A figura a seguir explicita os principais conceitos envolvidos no movimento de concepção da educação no espaço educativo da CTB.

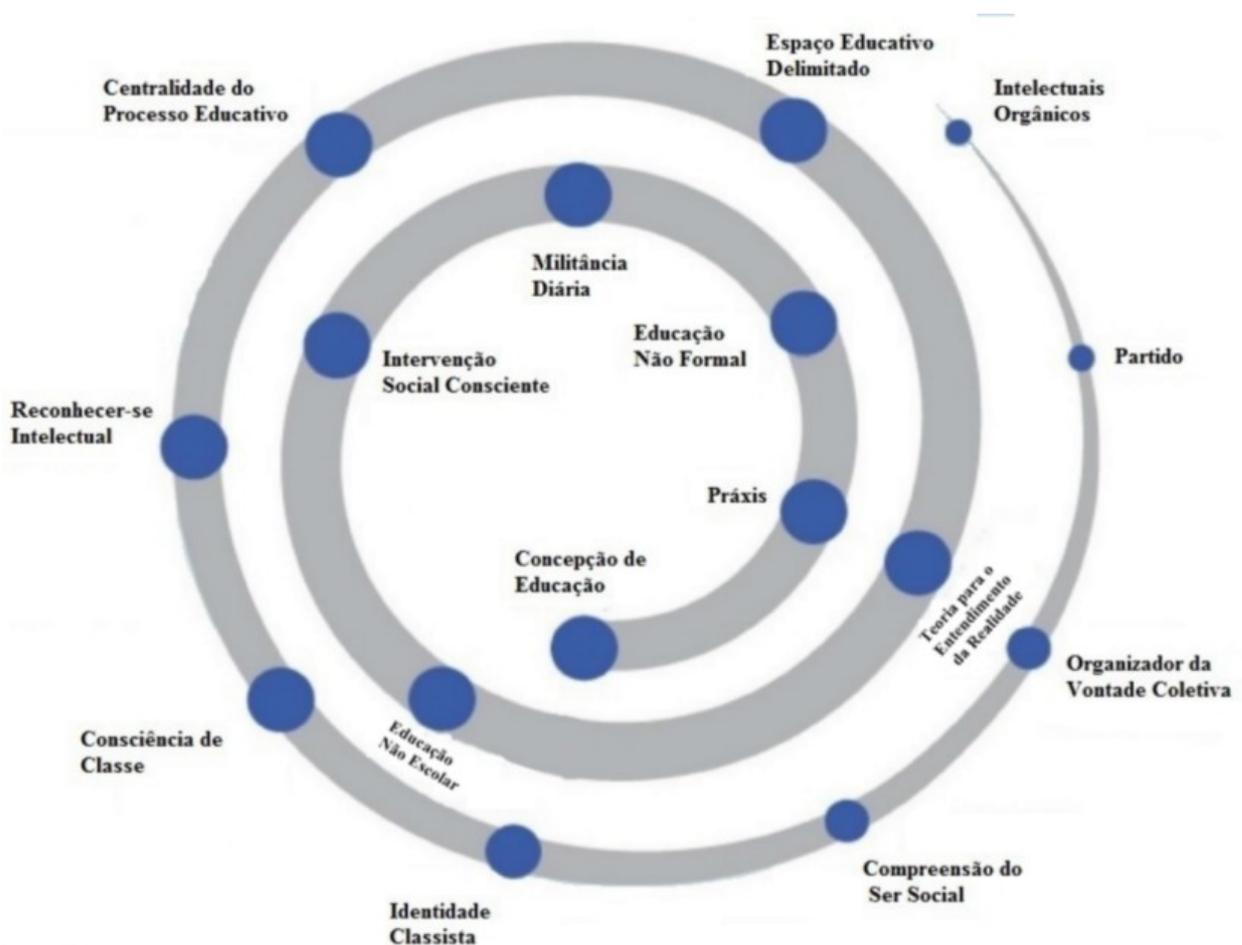


Figura 6: A concepção de Formação e o Espaço Educativo da CTB

Fonte: Elaboração da pesquisadora

4.1 A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO DA CTB

O desenvolvimento da pesquisa até aqui, tanto na articulação entre os conceitos que explicitam a Formação na CTB quanto na trajetória histórica na qual se forjou, indica a sua compreensão de Formação. Contudo, por ser um elemento fundamental dos questionamentos que levaram a essa pesquisa, consideramos importante explicitar com maior ênfase a concepção de Formação da CTB, seus objetivos e como se organiza para oferecê-la. Para tanto, utilizamos alguns documentos de elaboração da Central, informações contidas em sua página na internet e excertos de entrevistas realizadas.

A respeito da Formação oferecida pela Central, pode-se perceber que ela encontra, nos documentos publicados, um lugar de destaque, revelando como compreende a sua tarefa frente aos trabalhadores: “a CTB concederá especial atenção à educação e formação da classe trabalhadora, indispensável à elevação da consciência social e consolidação de uma identidade classista, essencial à luta por uma sociedade sem explorados e/ou exploradores” (CTB, 2008, p. 52).

A Central afirma a Formação enquanto parte do processo de elevação da consciência, que não é individual, mas coletiva, da classe e da sua condição no processo histórico em que se insere, mantendo uma conexão real com a totalidade. Além de ser coletiva, a consciência não é algo psicológico, do campo das ideias ou do conhecimento, mas sim um movimento teórico que, vinculado à práxis e articulado à totalidade das relações sociais, modifica a realidade e objetiva a dominação da sociedade pelo conjunto da classe trabalhadora, superando a dominação capitalista. A função da consciência de classe para qualquer classe que se pretenda a dominação da sociedade se dá de modo a “ampliar e tornar consciente em si a crença em sua própria vocação para essa dominação e organização”. A combatividade de uma classe, além dos fatores de dominação ideológica, é diretamente proporcional à consciência dessa vocação de dominação e à capacidade de “penetrar todos fenômenos conforme seu interesse” (LUKÁCS, 2003, p.168).

Considerando as observações de Lukács de que é fundamental enraizar no conjunto da classe trabalhadora a crença de sua vocação para a dominação social, em observação de uma aula que discutiu concepções sindicais e do papel da luta organizada na transformação social, um dos formadores externa que:

Se o objetivo do sindicato é transformar a sociedade, o ideal é aproveitar a campanha salarial para conscientizar o trabalhador além da luta do percentual de aumento do salário. Porque a luta vai além disso (aula2).

Essa afirmação, seguida da discussão sobre o controle do estado gera um questionamento de um dos formandos e o estabelecimento de um diálogo com o formador:

- Hoje o estado representa a classe dominante, se um dia os trabalhadores forem a classe dominante qual seria a representação do estado?

- Seriam os trabalhadores. Isso seria o socialismo, que é a classe trabalhadora no poder. Por isso um dos problemas da privatização é esse. Quando se tem uma empresa estatal importante, como a Vale do Rio Doce, e passa ela para o capital privado você está tirando uma fatia dos trabalhadores no poder. Então o correto seria passar para a mão do estado. Pra Marx, essa concentração, o fato de algumas pessoas serem donas de muita coisa faz mal para a sociedade, pois a fatia menor fica muito rica e o restante muito pobre. (aula2).

Esse processo formativo auxilia na Formação de uma identidade classista do ponto de vista do pensamento que, articulada à Educação Não Formal, à prática diária do movimento, contribui para formar organizadores do conjunto da sociedade de acordo com a vontade coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras, no seu processo de luta pela emancipação. Além disso, o debate trazido durante as aulas faz com que esses trabalhadores e trabalhadoras se reconheçam enquanto intelectuais capazes de, nos espaços de organização ou mesmo de negociação salarial no movimento contraditório estabelecido nas lutas pontuais, criar oportunidades para organizar a luta política para além dos interesses econômicos imediatos em favor dos interesses da classe. Pois, do ponto de vista da política analisada por Gramsci, mesmo nos espaços mais enrijecidos é possível criar “algumas brechas em todo esse rigor” (GRAMSCI, 2011c, p.102). Essas brechas não são naturais, mas nascem no terreno conflituoso de disputa política e de busca pelo consenso.

Por outro lado, seria ingenuidade acreditar que o conjunto da classe trabalhadora pode ser atingido com a formação, bem como esperar que um nível de consciência coletiva possa ser atingido num período histórico de crescimento econômico e triunfo da sociedade de consumo reforçada pela mídia. Ainda assim, podemos sinalizar que cada fenômeno particular cria sua oposição dialética e formas de resolver os conflitos. A ação das redes sociais vem situando-se como contraponto, na busca da redução da influência midiática, como observamos nas manifestações de junho de 2013. Na configuração da sociedade de classes e da divisão social do trabalho, com seu aparato ideológico, não é possível esperar para que toda a classe esteja em condições conscientes de luta emancipatória. Contudo, é possível buscar a criação

de meios de rompimento com essa lógica no interior dessa sociedade, já que, na sua gênese histórica, ela cria os próprios elementos para sua destruição (HOBSBAWN, 2013; GRAMSCI, 2001c).

A classe trabalhadora é o sujeito da ação transformadora desse processo histórico. Contudo, “apenas quando o pensamento se manifesta como forma de realidade, *como processo total* é que se pode superar dialeticamente a própria rigidez e assumir o caráter de um devir” (LUKÁCS, 2003, p.402, grifo meu). O devir é entendido, aqui, como a mediação entre passado e futuro, como compreensão do presente enquanto ferramenta que lhe permite criar o futuro e avançar na luta histórica pela sua emancipação. A consciência, portanto, não pode ser um ideal a ser alcançado, um pressuposto que antecede uma lógica histórica linear, mas é desenvolvida no movimento de práxis, no processo histórico de constituição da classe, “como expressão da necessidade histórica” (LUKÁCS, 2003, p.356), como contradição do processo da luta de classes e, portanto, na luta histórica pela melhoria das condições materiais de vida. A consciência de classe transcende a consciência do indivíduo, que não pode ser chamado à consciência, porque a consciência e o sujeito dela se encontram em uma relação estreita, de “ação recíproca e dialética” (LUKÁCS, 2003, p.335). O sujeito e a sua consciência são indivisíveis. Fazem parte, portanto, de um mesmo movimento prático, que não pode apenas ser ensinado, mas é apreendido na práxis e sistematizado no movimento da Formação.

Quando a Central se propõe à tarefa de “contribuir para a elevação do nível de consciência social, cultural e de formação política e sindical dos trabalhadores e trabalhadoras” (CTB, 2008, p. 94), precisa fundamentar esse processo na luta real dos trabalhadores e na necessidade de organização e construção de outra hegemonia, pela criação de um novo ser humano, forjado na luta pela sua emancipação. A Formação, por si só, não gera o novo sujeito:

Sozinha não resolve, porque não adianta estudar manhã, tarde e noite e não estar na base, não enfrentar, não organizar uma greve” (ent.1).

Mas a teoria é importante quando fundamenta a prática e contribui para uma concepção de sujeito forjado na intervenção material, no curso do desenvolvimento histórico. É nesse movimento histórico, de disputa econômica, cultural, política, ideológica – portanto pela disputa da hegemonia – que o ser humano torna-se novo, entrando em novas relações conscientes que atribuam sentido às suas condições de existência (GRAMSCI, 2011f).

Se a Formação Sindical, isoladamente, não origina esse novo sujeito, ela contribui para a reflexão desse saber socialmente construído e para a abstração das formas de produção da vida: é sistematização do trabalho enquanto princípio educativo que, mediada pela formação da CTB, pode contribuir para a educação da parcela da classe trabalhadora historicamente excluída da atividade intelectual.

Se o trabalhador tiver a teoria, vai entender melhor a realidade. Isso eu considero essencial da parte de formação” (ent.1).

Elevar o nível cultural da classe trabalhadora é importante para que “o conhecimento objetivo da essência da sociedade” (LUKÁCS, 2003, p.309) pela classe se materialize na sua intervenção social consciente, na união da prática diária dos trabalhadores e trabalhadoras, na condição de sindicalistas, com a reflexão a respeito dessa tarefa organizativa da classe.

Constatamos, também, que a CTB mantém em sua estrutura organizacional uma Secretaria de Formação, que tem como objetivo garantir a educação na Central. Este espaço se encontra delimitado (assim como o das outras secretarias), no seu estatuto, como vemos a seguir:

São atribuições do Secretário ou Secretária de Formação e Cultura:

1. Desenvolver as atividades de formação política, sindical, cultura, esporte e lazer em consonância com os objetivos da CTB;
2. Buscar a memória histórica, documentando as lutas e experiências dos trabalhadores e trabalhadoras, criando arquivo das deliberações dos órgãos, fóruns e instâncias da CTB;
3. Estabelecer convênios com entidades sindicais, escolas e centros especializados em formação política e sindical que possam contribuir com as atividades da CTB;
4. Elaborar estudos e projetos de sua área, organizando a documentação pertinente e transmitir as informações aos demais membros da executiva. (Estatuto da CTB, in CTB 2008, p.105-106).

A delimitação estatutária de um espaço para a educação é reveladora da centralidade do processo educativo. Se no processo de reestruturação radical da sociedade, que visa a mudança das condições objetivas, a educação é primordial para a “elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2005, p.65. grifo do autor), a delimitação desse Espaço Educativo precisa ir além das suas atribuições formais, mas

constituir-se enquanto elemento que contribui para “restaurar também intelectualmente” (LUKÁCS, 2003, p.307) os homens e as mulheres alienados pela divisão do trabalho e avança para posicionar-se como aliada na busca por alternativa. Essa alternativa não é imposta, mas sim escolhida pelos sujeitos de acordo com as suas necessidades reais e necessita imediatamente da intervenção educativa para a construção de uma “ordem social que vá além dos limites do capital” (MÉSZÁROS, 2005, p.72-73).

Verificamos que a Central entende o Movimento Sindical não somente na atuação em negociações salariais, mas como movimento que, para além disso, deve contribuir para a consciência crítica das suas bases, incentivando a luta por “igualdade e justiça econômica, política e social” (CTB, 2008, p. 52). A esse respeito, ainda afirma que, “nossos sindicatos precisam estimular a reeducação dos corpos, almas e mentalidades, contribuindo para a preparação dos novos homens e das novas mulheres para uma nova sociedade” (CTB, 2008, p. 52). Revela-se, desta forma, que a Central tem, na sua concepção, uma perspectiva de que a educação dos trabalhadores deve estar a serviço da construção de outra sociedade e que o espaço sindical deve estar comprometido e estruturar-se como esse universo de Formação, bem como situar-se como força na disputa hegemônica.

Na análise das relações de força que se estabelecem para a conquista da hegemonia, dois elementos são fundantes. O primeiro, é a questão ligada à estrutura, que independe da vontade dos homens, e diz respeito às relações que eles estabelecem independente da sua vontade (GRAMSCI, 2001a; MARX, 2008). O segundo, embora não seja independente do primeiro, é o que nos interessa aqui: diz respeito à relação de forças políticas que é “a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais.” (GRAMSCI, 2011a, p.40) Nesse segundo elemento, o autor identifica três momentos da consciência coletiva:

O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo. [...]; isto é sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. [...] Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem, tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. (GRAMSCI, 2011c, p.41)

Embora o autor nos traga essa questão na análise da sociedade italiana, podemos

utilizar de alguns aspectos para compreender melhor o papel da Formação na disputa política e na elevação da consciência, que se dá em um terreno de construções políticas, de cultura, que marca a superestrutura e que avança para além da esfera meramente econômica, embora somente a partir dela seja possível entender ideologias que foram geradas em seu desenvolvimento. É nessa disputa contraditória de ideias que, para Gramsci (2011c), forja-se a figura do partido, enquanto organização de sujeitos em torno de uma vontade coletiva.

No avanço da questão corporativa para a Consciência de Classe, na sua totalidade, o Movimento Sindical consolida-se na disputa hegemônica. Preparar homens e mulheres, para novas vivências éticas (PALUDO, 2011), passa também pelo entendimento da sua condição econômica e pela apropriação do conhecimento histórico e filosófico que leve à compreensão do seu ser social. Nessa ideia de se constituir na vontade coletiva, os grupos sociais colocam “todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (GRAMSCI, 2011c, p.41).

A busca por hegemonia diz respeito, também, a elaboração dos próprios intelectuais, comprometidos com os interesses da classe e que sejam orgânicos dos grupos sociais em questão. De acordo com estudos feitos anteriormente nessa Central (PEGORARO, 2010), houve indícios da preocupação da entidade com questões como a Formação para a consciência de classe, além da constituição da sua própria categoria de intelectuais, com o objetivo de fortalecimento da entidade e combate aos ideais que diferenciam e desvalorizam o trabalho manual em detrimento ao trabalho intelectual. Em comparação a esses dois estudos, visualiza-se que a Central avançou nessa questão. Se em 2010, três anos após a sua fundação, trazia de fora os formadores, buscando-os nas universidades, hoje, já apresenta uma concepção de formação da sua própria categoria de intelectuais, também responsável por esse processo:

Entre os formadores temos intelectuais, acadêmicos, sindicalistas, pessoas que são assessores. Todos que acreditam que a formação é imprescindível e que tem essa vontade de contribuir (ent.3).

Por fim, ressaltamos que a Central traz em seu estatuto que o Movimento Sindical existe como instrumento da classe trabalhadora que contribua para a luta pelo fim da exploração do trabalho pelo capital. Para isso, a entidade traz como maior ideal da classe trabalhadora a construção do socialismo. Na sua concepção, um novo sistema econômico que

supere a “divisão da sociedade em classes sociais e o fim das desigualdades sociais e da exploração do homem pelo homem” (CTB, 2008, p.50).

4.2 ARTICULANDO OS OBJETIVOS E OS FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO

Nas seções seguintes, abordaremos os objetivos de Formação da CTB, o movimento implicado na realização da Formação, as consonâncias e contradições com as temáticas abordadas nos cursos e a materialização dos objetivos nos mesmos.

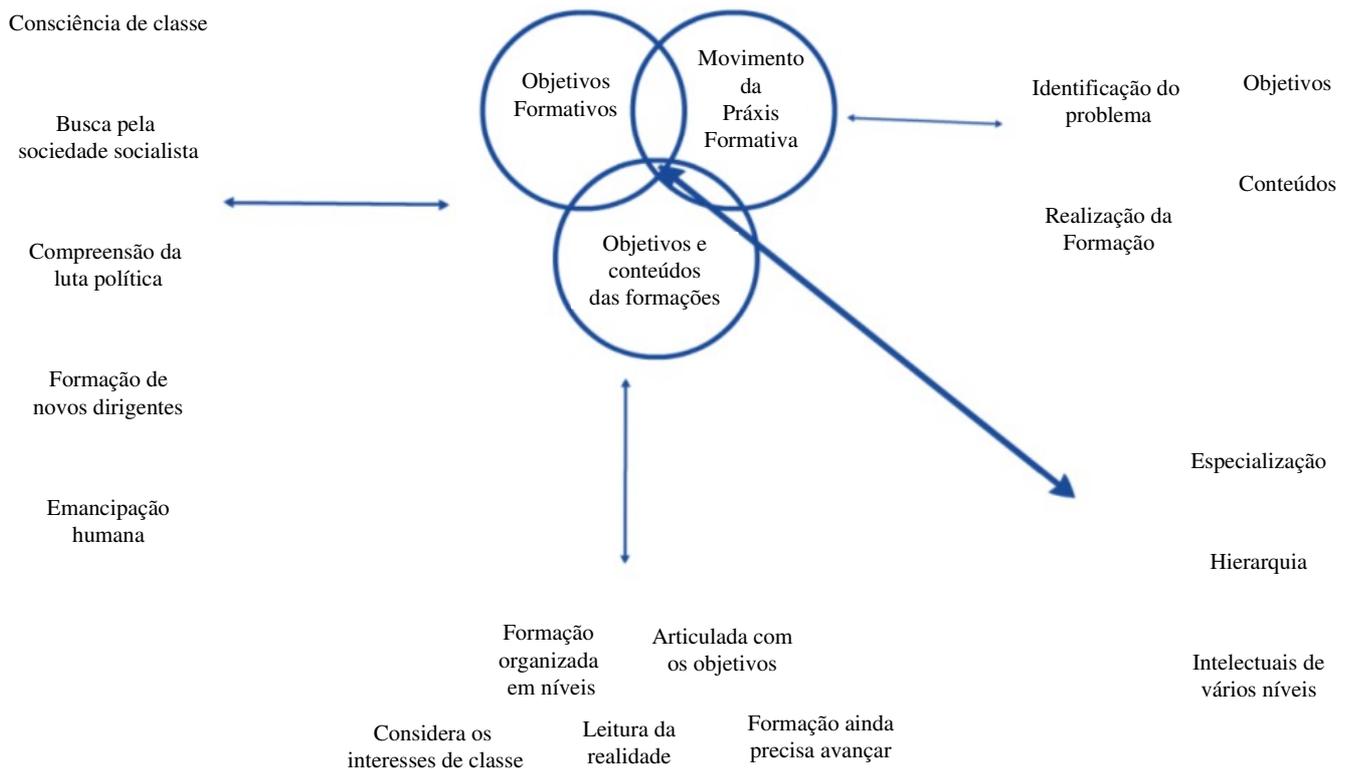


Figura 7: Objetivos e Fundamentos da Formação da CTB
Fonte: Elaboração da pesquisadora

4.2.1 Os Objetivos Formativos

Ter objetivos definidos é o que caracteriza o espaço da CTB como um Espaço Não Escolar, que como caracterizado anteriormente, é responsável pela aprendizagem que se dá fora dos espaços formais, mas se assemelha a esse espaço na sua estrutura organizativa. Para tratar dos objetivos, efetuamos alguns recortes, que sobressaíram ao longo das entrevistas e que expressam os objetivos que a Central pretende alcançar com a Formação:

o objetivo geral da formação é a questão do próprio projeto da CTB (ent.2).

De acordo com a análise anterior, o objetivo mais geral da Central diz respeito à busca pela sociedade socialista e como meios para isso identificam parte significativa na Formação vinculada à tarefa da consciência de classe dos trabalhadores. Apresenta, também, a necessidade de unidade da classe trabalhadora para avançar na luta política:

Precisamos ter a compreensão da luta política. Compreender onde estamos e como vamos avançar. Então, diante disso, principalmente na área da formação, nós trabalhamos as questões das concepções sindicais: quais são as formações sindicais que existem hoje no nosso país, como elas atuam e como nós podemos atuar em conjunto (ent.2).

A compreensão da luta política oferece elementos para investigar a sociedade em que vivemos e para o conhecimento da totalidade que, por sua vez, é fundamental na concepção proposta de formar trabalhadores e trabalhadoras com a consciência para transformar o mundo em busca da sociedade socialista, como objetiva a CTB. Esse reconhecimento fortalece a luta e o enfrentamento da realidade, que são os alicerces fundamentais da consciência como essência transformadora, que se desenvolve na ação “orientada para a transformação da totalidade” (LUKÁCS, 2003, p.352). É neste terreno que se desenvolve a consciência necessária do que fazer para avançar nas lutas sociais, que se dá a ação dos seres humanos sobre o mundo e que é mais efetiva na medida em que o conhece. É nesse movimento da práxis que, “sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação” (FREIRE, 2011, p.127). É no entendimento das mais diversas concepções de Movimento Sindical que os formandos são capazes de avaliar a sua prática e buscar soluções para os equívocos nela presentes.

É a partir do reconhecimento da sociedade em que vivemos que os homens e mulheres

constroem sua capacidade de discernir entre as diversas concepções estabelecidas e apontar os possíveis caminhos. Mas somente o reconhecimento não é suficiente, pois a essência da transformação consiste “na interação prática da consciência que desperta com os objetos dos quais ela surge e *dos quais* ela é a consciência, e [...] na fluidificação e no processamento daqueles objetos que aqui são concebidos como aspectos do desenvolvimento social, portanto, como simples aspectos da totalidade dialética” (LUKÁCS, 2003, p.352). A unidade entre pensamento e ação, do ponto de vista da onilateralidade dos seres humanos, é fundamental. Portanto, o conhecimento precisa estar voltado para a ação orientada para a práxis transformadora. E essa prática precisa se dar em conjunto com esses trabalhadores e não sobre eles. É preciso reafirmar a busca por um novo sistema econômico, que supere as limitações do sistema econômico capitalista e proponha alternativas para ir além dele (MÉZÁROS, 2009), mas é imprescindível que a classe seja central nessa transformação, pois somente ela pode garantir as condições e determinar que sociedade é essa. Nas suas relações com a realidade é que os seres humanos produzem suas ideias, concepções e avanços sociais.

[...] nos marcos do sistema capitalista a classe trabalhadora não avança. Ela avança, mas avança aos poucos. Então, a gente precisa transformar isso. A CTB na sua luta, ela luta por um novo projeto. Além do novo projeto de desenvolvimento, mas para uma nova sociedade que é a sociedade socialista (ent.2).

Nos estudos marxistas, podemos identificar que a sociedade capitalista é a primeira formação social que reforçou e evidenciou, ainda mais, os antagonismos de classe. Por isso é forma econômica de sociedade que carrega consigo as contradições e possibilidades para que a classe trabalhadora avance na sua luta. É nesta sociedade que se dá maior visibilidade a oposição capital e trabalho e, portanto, somente a partir dela podemos construir uma nova hegemonia. E a classe trabalhadora – criada a partir dessa oposição e consciente disso, ao contrário do pensamento burguês, que precisou dissolver todas as relações sociais anteriores e apresentar a história como imutável e não como processo transformador – não se orienta por um pensamento que se apresenta como “*tábula rasa*, um recomeço 'sem pressupostos' para a compreensão da realidade”, mas sim com o objetivo prático de transformação da sociedade na sua totalidade e, portanto, concebe a sociedade burguesa como “*ponto de partida* para o seu próprio método” (LUKÁCS, 2003, p.332) A educação como práxis transformadora é parte relevante nessa busca que tem como finalidade última a libertação dos homens e mulheres da alienação do trabalho. A Formação Sindical precisa avançar, sistematizar a ação política

desses sujeitos para constituir um bloco histórico que “torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 2011a, p.103). Essa hegemonia não é construída somente no campo das ideias, mas na luta diária.

*A CTB luta por um novo projeto para o desenvolvimento, com **valorização do trabalho**. Então, nós achamos que hoje no Brasil existe um caminho porque houve uma mudança. Houve uma mudança nas forças políticas, nas propostas e uma viabilidade melhor pra classe trabalhadora. Mas para isso acontecer os trabalhadores precisam ter unidade. Sem unidade, não avançamos (ent. 2, grifo nosso).*

Concomitante a afirmação de que houve mudanças e de que há maior viabilidade para a classe trabalhadora, também afirma, ao referir-se aos avanços dos últimos governos no Brasil, que a classe não avançou do ponto de vista da conquista de novos direitos (como analisado na seção 2.2). Compreendemos essa questão ligada aos projetos em disputa. Por ser um governo composto por diversas correntes políticas, sua tendência é passar de um lado para o outro da luta com frequência. Assim como houve a ampliação de postos de trabalho, por outro lado, a relação Capital vs. Trabalho permanece, o que dificulta o vislumbre de um horizonte melhor para a classe trabalhadora. Se, por um lado, houve uma mudança nas forças políticas, por outro, se mantém a apropriação do trabalho pelo capital.

É importante questionarmos qual é a valorização do trabalho compreendida pela Central. Nos documentos de fundação da Central aparece a denúncia da deterioração das relações de trabalho conduzidas pela implementação do neoliberalismo na década de 1990, como a redução de direitos elementares, a terceirização, a flexibilização da jornada de trabalho, a concentração de riqueza, a intensificação da jornada de trabalho resultado dos avanços tecnológicos, a degradação do meio ambiente, o aumento do desemprego e a criminalidade (CTB, 2008). Há indícios, de que a valorização do trabalho se materialize na luta pela “redução da jornada de trabalho; valorização dos servidores públicos; fim das discriminações e igualdade no mercado de trabalho; pela completa formalização das leis trabalhistas; pela manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas” (GOMES, 2013, p.82). Apresenta, ainda, que o desenvolvimento econômico precisa trazer melhorias para os trabalhadores e reforça que, “ideal maior da classe trabalhadora, o socialismo é a única alternativa progressista e definitiva às crises que afligem a humanidade e ameaçam a própria natureza” (GOMES, 2013, p.58).

A valorização não é apresentada pela CTB como contraponto radical à sociedade

capitalista, mas como o reconhecimento necessário da importância do trabalhador nos marcos do sistema capitalista, em um modelo atualizado de desenvolvimento capitalista: o “neodesenvolvimentismo” é “um novo padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro alternativo à ortodoxia neoliberal que se constitui na década de 2000 no bojo da temporalidade histórica do capitalismo global”. Ou seja, permanece circunscrito à lógica do “bloco histórico hegemônico do capitalismo neoliberal no plano do sistema mundial do capital”. Embora com a implementação desse modelo, tivemos, por um lado, avanços consideráveis como a ampliação de postos de trabalho, aumento do rendimento dos trabalhadores, por outro, há uma “persistência histórica de traços estruturais da degradação do trabalho no Brasil”, com o aumento da rotatividade e da precarização do trabalho e salários, devido à “*síndrome da nova superexploração da força de trabalho*”, fruto da intensificação do trabalho da articulação entre “gestão toyotista e novas tecnologias informacionais” (ALVES, 2014, p.51-53).

Documentos também apontam para uma conciliação entre capital e trabalho, afirmando a possibilidade de, na luta política e nas pressões ao governo, “encontrar pontos de contato entre empresários e trabalhadores na defesa do crescimento, como é o caso da exigência de juros mais baixos” (CTB, 2008, p.19), bem como afirmação da luta pelo fim das discriminações no mercado de trabalho em contradição à luta pelo fim deste mercado. Podemos analisar que a Central encontra-se entre a crítica ao modo de produção capitalista com o apontamento de que o socialismo é a alternativa e, ao mesmo tempo, cumpre a função primeira dos sindicatos quando da sua regulamentação: de intermediar as relações de trabalho e conciliar as disputas de classe. Esses avanços e retrocessos fazem parte das próprias contradições do sistema capitalista, das quais é preciso buscar a superação. Na análise das crises do capital, Harvey analisa que a dinâmica do sistema capitalista faz que, dependendo da correlação de forças estabelecida, em algumas questões, como “impostos, tarifas, subsídios e políticas de regulação tanto internas quanto externas, em que o capital e o trabalho organizado em determinados contextos geográficos serão aliados, não oponentes” (HARVEY, 2011, p.).

Mesmo com essas contradições, intrínsecas ao processo histórico de composição do movimento e de desenvolvimento do capitalismo, o sindicalismo em movimento, classista, precisa dar um passo adiante, ampliando a disputa pelo fim da exploração no mercado de trabalho, que só acontecerá com o fim da venda da força de trabalho. Mesmo com a

importância de combater as discriminações, elas não são suficientes para a valorização da força de trabalho. Ainda assim, esse combate é importante para inserir, cada vez mais, trabalhadores nos espaços de trabalho e proporcionar a garantia da sua materialidade de vida.

Marx (2013), quando analisa a luta pela redução da jornada de trabalho na Inglaterra no século XVIII, explicita que nos pequenos roubos de tempo dos trabalhadores, seja no tempo das refeições ou no prolongamento da jornada, é que se forma o lucro.

Quando se reduz a jornada de quem que você tira? Tira do sistema, porque aí nós vamos ganhar mais e lutar em melhores condições (ent.2).

É fundamental, portanto, que na luta emancipatória se dê importância crucial às reduções da jornada de trabalho, já que ela é um fator de disputa, na medida em que amplia o tempo livre do trabalhador, propicia o acesso aos meios de lazer, para além do trabalho, e permite um maior tempo para o ócio criativo e para o desenvolvimento das suas potencialidades individuais. Diante dessas contradições, é preciso destacar que:

Os trabalhadores ainda não veem o socialismo como uma coisa que está na ordem do dia. Então, ainda estamos na base da construção.”(ent.2).

Frente a essa questão, é importante reafirmar o papel da Formação. Ela é fundamental para que os trabalhadores passem a enxergar o socialismo como horizonte de luta e não como algo impossível. A Formação Sindical, assim como a educação para além do capital, precisa ter presente “o desenvolvimento contínuo da consciência socialista” (MÉSZÁROS, 2008, p.89), que enriqueça humanamente os sujeitos na sua práxis e apresente o socialismo como solução viável, desmistificando a disseminação do preconceito midiático acerca dessa temática. A Formação Sindical, a consciência socialista e a transformação social não podem estar desvinculadas. Elas se constituem em um processo articulado e são inconcebíveis separadamente.

Então, nós precisamos formar nossa base com essa concepção: concepção classista. Acompanhar o processo que vive o mundo hoje para poder avançar (ent.2).

A Formação, em uma concepção classista, está longe de ser um processo tranquilo, linear e pacífico. Como todos os processos que envolvem seres humanos, ela se dá na teia das relações de produção estabelecidas, no enfrentamento e incorporação das concepções individualistas, na luta política. Porque o Movimento Sindical só pode existir em contraponto

a outro movimento. Essa disputa tem sua expressão maior na luta contra o capital, mas também se encontra enraizada no centro da luta da classe trabalhadora. Embora os sindicatos sejam expressão da organização de categorias de trabalho e, portanto, da classe trabalhadora, esse movimento não é homogêneo, mas está permeado pelas contradições com as quais se constituiu historicamente. Apesar de alguns espaços se colocarem como resistência na direção da luta por uma nova sociedade, existem as concepções utilitaristas no interior do próprio movimento que compreendem esse espaço como forma de garantia de emprego vitalício.

Além disso, há que se considerar o estágio atual do capitalismo. As transformações no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva e, com ela um maior domínio do tempo humano para garantir o aumento da produtividade, estipula metas e, desta forma, individualiza, cada vez mais, o trabalhador, atomizando o processo de trabalho gradativamente.

São as grandes transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. O trabalho já teve influência fordista, taylorista e hoje se fala no toyotismo, que é essa capacidade que o capitalismo tem de envolver o trabalhador, considerá-lo um colaborador, capturar a subjetividade. Essas transformações do mundo do trabalho, o sindicalista precisa conhecer para poder atuar melhor e saber onde está pisando (ent.4).

Essas questões refletem na constituição da identidade coletiva do trabalhador e incidem diretamente na consciência de classe e, conseqüentemente, nas dificuldades de renovação de quadros dirigentes e no poder sindical. É preciso ponderar que, diante desses fatores, a classe trabalhadora sofreu mudanças e hoje é muito mais heterogênea e complexa se comparada ao início da industrialização no Brasil (WÜNSCH, 2013).

O Movimento Sindical, contudo, ainda apresenta dificuldades na leitura dessa realidade. Ou, quando a faz, permanecem os impedimentos em analisá-la enquanto movimento de práxis e a partir dela alicerçar sua prática política. Essa questão foi visível nas manifestações de junho de 2013, nas quais o Movimento Sindical encontrou barreiras internas e dificuldades de análise conjuntural ao se inserir e levar suas pautas, dando respostas posteriormente à deflagração do movimento espontâneo⁸. Com todos os obstáculos, fruto da estruturação atual da produção, somada às dificuldades organizativas do movimento, ainda é possível observar formas de resistência, que se materializam nas greves⁹ e também nas

⁸ Dia Nacional de Mobilização, em 11 de Julho, que unificou todas as centrais e categorias de trabalhadores, propiciando um dia de paralisações por todo o país.

⁹ Embora o número de greves em relação à década de 1980, na qual vivia-se uma efervescência dos movimentos de trabalhadores, WÜNSCH (2013) registra um número de 873 greves no país no ano de 2013.

práticas culturais de Formação Sindical.

Assim como a educação popular, a Formação Sindical articula-se enquanto movimento sociocultural e concepção educativa e precisa consolidar-se, no Movimento Sindical, enquanto

instrumento que ajuda o trabalhador a compreender o processo que ele vai ter que levar pra sua base, pra poder ganhar de fato os trabalhadores para podermos avançar (ent.2).

Como movimento, as Centrais precisam apontar para a transformação social e criar um fluxo teórico-prático que na sua práxis educativa “contrapõe-se às concepções hegemônicas e vai se fazendo, articulada ao movimento sociocultural.” (PALUDO, 2011, p.24). Nesse processo, firmam-se na construção de uma nova hegemonia, aprofundada na Formação dos intelectuais do movimento:

Se eu não tivesse feito formação, estudado e ido pra faculdade eu não teria essa consciência que tenho hoje. Essa concepção e conhecimento foram frutos da formação. A formação dá uma percepção maior da realidade (ent.5).

A percepção dá instrumentos para a compreensão e a transformação. Porque essa compreensão da realidade, enquanto totalidade e da necessidade de mudança, eleva o nível do pensamento ao discernimento de que não há separação rígida entre os fenômenos sociais e que a transformação é histórica, processual e não é exterior, mas é parte dos próprios sujeitos históricos envolvidos na produção social da vida. Diz respeito à compreensão das relações implicadas no processo e a superação do imediatismo, porque “quanto mais completa a integração das 'coisas' ao sistema dessas relações, mais a mudança parece perder seu caráter incompreensível, despojar-se de sua essência aparentemente catastrófica e tornar-se, assim, compreensível” (LUKÁCS, 2003, p.317).

Também por isso é preciso que cada movimento parcial se insira na luta global, como fenômenos que se inserem em uma totalidade concreta. É essencial buscar a inserção no movimento de todos os segmentos da classe trabalhadora, incluir a juventude trabalhadora, que, historicamente, participa de movimentos estudantis, mas demonstra uma dificuldade latente de constituir-se enquanto militante sindical quando do seu ingresso no mercado de trabalho.

É importante observar, também, a recente greve dos rodoviários em Porto Alegre, em fevereiro de 2014, que teve adesão e participação massiva da categoria e teve como peculiaridade não apenas as reivindicações individuais, mas que pautaram a qualidade do transporte público como um todo.

Os trabalhadores jovens são dificultosos a aderir o movimento sindical. A juventude não se insere facilmente na luta sindicalista. Precisamos verificar qual a tática que utilizaremos para trazer homens e mulheres jovens para o movimento sindical (ent.3).

As políticas de inclusão, de jovens filhos de trabalhadores nas universidades, forjam um novo perfil de classe trabalhadora: o precariado. Com alto nível de escolarização, mais intelectualizada, porém “frustrada em suas expectativas profissionais” por estar inserida em uma relação de trabalho precária e com “sonhos, anseios e expectativas de consumo” que os aproximam ideologicamente das chamadas “camadas médias do proletariado urbano”. Decorrente disso, “a camada social do precariado possui, em si e para si, um misto de frustração de expectativas e insatisfação social e, por outro lado, carecimentos radicais que o torna susceptível de atitudes de rebeldia” (ALVES, 2014, p.192-194). A absorção dessas camadas pelo Movimento Sindical é urgente e pode apresentar possibilidades de vinculação de uma intelectualidade comprometida com a classe, canalizando a rebeldia para a perspectiva transformadora. Contudo, o Movimento Sindical ainda não encontrou formas de trazer esses trabalhadores para o movimento, assim como a formação acadêmica elitizada presente nas universidades dificulta uma formação mais crítica desses segmentos. Essas categorias especializadas, formadas para o exercício de funções intelectuais, precisam ser conquistadas para a luta social:

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é a sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 2011a, p.19)

É imprescindível que o Movimento Sindical trave essa disputa pelos jovens intelectuais, oriundos da classe trabalhadora, com o intuito de

formar novas lideranças pra ocupar esses espaços [de direção do movimento]. Porque a CTB hoje tem um núcleo de dirigente que está em determinado espaço que poderia amanhã estar em outros espaços. Quem vai vir pra ocupar esses espaços de hoje? Então, nós precisamos formar novas lideranças e abrir espaço (ent.2).

Além da abertura desses espaços, diz respeito à continuidade do movimento e da sua inserção real, representando os interesses da classe como está composta no seu tempo histórico. Entretanto, essa não é uma realidade concreta na atuação da Central e do Movimento Sindical como um todo na atualidade. A Central reconhece essa dificuldade,

como trouxemos na análise da constituição da classe trabalhadora brasileira. Contudo, não há fórmulas prontas de como resolver esse impasse. Essa questão precisa ser debatida e as suas soluções precisam emergir do próprio movimento. Há indícios de que a Formação Sindical pode contribuir nessa questão, desde que se pautar, cada vez mais, pela Autoeducação, favorecendo o diálogo e abrindo espaço para o pensamento autônomo e não se guiando por um conhecimento hierarquizado. É fundamental compreender as formas de ação coletiva dos segmentos de jovens e mulheres, mediadas pela comunicação em redes sociais e, portanto, “ensimesmados” e imersos “em seu particularismo incapaz de objetivação/exteriorização na atividade social” (ALVES, 2014, p.30) Contudo, de forma contraditória, buscam nessas redes formas de organização, encontrando brechas que favorecem a mobilização dos coletivos.

Assim será possível formar

para que as pessoas venham adquirir novas experiências. Formar novos dirigentes pra assumir essas novas atividades, novas tarefas. Para a continuidade da luta (ent.2).

Além de formar os sujeitos para adquirirem novas experiências, é preciso organizar essas experiências que independem de práticas formativas sistemáticas, vem da prática diária, e podem ser convertidas em práxis transformadora por meio da sistematização desses conhecimentos na Formação Sindical e da intervenção consciente na realidade (LUKÁCS, 2003).

Reafirmamos, aqui, a busca pela sociedade socialista como ideal maior da classe trabalhadora, resultante da “superação do modelo atual e sua substituição por outro, capaz de garantir para o maior número a satisfação das necessidades essenciais a uma vida digna, relegando uma posição secundária às necessidades fabricadas, impostas por meio da publicidade e do consumo conspícuo” (SANTOS, 2000, p. 148).

Nessa perspectiva, a Formação deve apontar para a direção da emancipação humana, que, no movimento histórico dialético, com suas contradições, entre avanços e retrocessos precisa sistematizar a prática diária e ganhar mais jovens, trabalhadores e trabalhadoras para a ação transformadora. Na busca pela dissolução da contradição capital e trabalho, que no processo pode abrir brechas que se materializam na conquista de mais direitos e na redução do tempo de trabalho, também se dá a práxis educativa e a contraposição a concepções hegemônicas, criando na sua síntese um novo saber popular que emerge da própria classe. Nesse fazer, contraditório e complexo, vai criando formas e buscando rupturas para a

construção de uma nova hegemonia, que podem ocorrer em pequenas ações, como a renovação do movimento, trazendo as parcelas de trabalhadores que ascenderam aos espaços de produção do conhecimento, para que somem à luta dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, na elevação da consciência dos trabalhadores que já fazem parte do movimento, formando-se Intelectuais Orgânicos.

Essa luta é contraditória e carrega limites e possibilidades de avanços. Na tentativa de anunciar essas possibilidades, a seguir discutiremos as temáticas abordadas na Formação no sentido de entendê-las enquanto concretude dos objetivos discutidos nesse trabalho.

4.2.2 O Movimento da Práxis Formativa

“A humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois aprofundando a análise ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir” (MARX, 2008, p.48). Marx faz essa análise sobre as transformações históricas da sociedade, o que torna possível utilizarmos desse entendimento para analisar as mais diferentes problemáticas.

A afirmação de Marx também é verdadeira na Formação, já que seus objetivos pré-definidos propõem-se à solução de problemas identificados que o processo se destina a resolver. Por Movimento da Práxis Formativa, portanto, compreendemos o processo que inicia na definição dos objetivos que um Espaço Educativo pretende atingir e vai até a elaboração dos conteúdos presentes nos cursos que chegam ao público final, participante desses cursos, até a realização da Formação. É, portanto, o processo de concepção, que inicia com a definição de problemas e objetivos a serem alcançados, até o nascimento da Formação Sindical num determinado espaço, sua organização, estruturação e materialização. É o movimento que dá formalidade ao processo educativo não escolar da CTB. Diz respeito à identificação de um problema e suas proposições de solução na prática política e educativa.

Mas esse movimento não se encerra na realização da Formação, pois a mesma não pode nunca considerar-se acabada ou mesmo julgar seu formando pronto. Ele é um movimento contínuo (embora não linear), contraditório e dialético, que não se dá somente num espaço delimitado, mas se estende no movimento de produção e reprodução da própria

vida, o qual chamamos de Educação Não Formal.

Como analisado anteriormente, no capítulo 2, há indícios de que as diferentes práticas educativas envolvidas na práxis da CTB apontam para a Formação dos Intelectuais Orgânicos no interior desse movimento. Na seção anterior, observamos os objetivos almejados pela Central, tanto na sua prática política, quanto na educação pretendida. Com o entendimento de que as concepções práticas e políticas, bem como aquilo que se objetiva alcançar, direcionam a prática educativa, nessa seção abordaremos a configuração das Formações e a articulação entre os diferentes formadores.

De acordo com dados obtidos, essas práticas não são oferecidas diretamente pela CTB, mas são fruto de um convênio que a mesma estabeleceu com o Centro de Estudos Sindicais – CES – como referido anteriormente. Ainda assim, apesar dessa “terceirização” da Formação, boa parte dos educadores que atuam nesse Centro está vinculada à Central e, de acordo com as entrevistas, todos são militantes orgânicos do Movimento Sindical:

Além de formadores, eles militam nos seus sindicatos. Todos os nossos educadores são militantes do seu sindicato” (ent.2).

Essa fala indica que há uma ligação entre as necessidades educativas que emergem dos trabalhadores e o conteúdo abordado pelo movimento, mas que pode avançar da ligação para uma relação orgânica, interligada que estruture Formação e práxis e se pautem pela Autoeducação.

A Formação da Central está estruturada em níveis, dividida basicamente em três. Em um quarto nível, está estruturada a Formação dos formadores que atuarão nesse campo. Esses formadores podem tanto ser aqueles desenvolvidos pela própria Central, que passaram pelos níveis formativos e que se dedicarão a contribuir nesse sentido, como aquele dirigente que, formado na práxis diária e/ou nas universidades, aceita essa tarefa.

A maioria dos nossos professores são ligados à educação e fazem pesquisa sobre isso (ent.2).

A afirmação acima indica que a CTB estrutura seu Espaço Educativo em um modelo de organização que se assemelha muito aos níveis escolares, que se dão num processo hierárquico, desde a educação mais básica (escolas) até os níveis superiores de ensino (universidades). É fundamental prevenir, entretanto, a hierarquização que se dá na escola formal que, como analisa Gramsci (2011b, p.17), termina por formar intelectuais que

“acreditam ser independentes, autônomos e dotados de características próprias”. É preciso que, mesmo com seus variados níveis, esses intelectuais se sintam comprometidos com a luta política da classe trabalhadora e não tomem uma posição apenas intelectualmente, mas na práxis. Porque o autoconhecimento da classe é, simultaneamente, o conhecimento da essência da sociedade (LUKÁCS, 2003). Além de ser um pesquisador da educação, é preciso estabelecer com o movimento uma relação orgânica, ideológica, vinculada à causa dos trabalhadores e ter no seu âmago a perspectiva de Formação da intelectualidade orgânica do movimento para a construção de outra hegemonia.

Quando nós fizemos o curso de formação de formadores, escolhemos um tema para aprofundar os estudos. [...] Vou só trabalhar com a Formação, escolher um tema, dar aula sobre esse tema” (ent.2).

Essa declaração traz consigo uma concepção de que no nível mais avançado da Formação se expressa uma especialização, na qual cada trabalhador aprofunda-se em uma temática específica. Aqui se reproduzem, em certa medida, as relações sociais estabelecidas. O desenvolvimento unilateral, de uma única especialidade, é resultado da Formação especializada em um único aspecto, com o sufocamento dos outros nos quais os seres humanos podem ser desenvolver e é fruto das ramificações da produção capitalista e das necessidades de produzir em grande escala. A CTB não está fora dessas relações sociais, na medida em que é produto da sociedade capitalista. No entanto, é necessário superar essas contradições, avançando à Formação onilateral, pois enquanto as circunstâncias em que vivem homens e mulheres permitirem “o desenvolvimento unilateral de uma faculdade à custa de todas as outras” e lhe fornecerem “a matéria e o tempo necessários ao desenvolvimento desta única faculdade”, este indivíduo só atingirá um desenvolvimento unilateral e mutilado. (MARX, 1978, p. 62). É preciso superar a divisão da Formação por temas, já que a necessidade histórica da classe trabalhadora é de Formação global, onilateral dos sujeitos, para que conheçam o processo na sua totalidade. Na Central, a partir dessa especialização de intelectual num “nível superior”, se dão as ramificações para a Formação dos outros níveis.

Do ponto de vista da organização pedagógica, portanto, a Central mantém uma hierarquia de Formação intelectual, em diversos níveis, e também cria a categoria própria de intelectuais que tem sua organicidade medida pela ligação a esse grupo social. Se a maioria dos formadores é vinculada ao Movimento Sindical, há uma organicidade dos intelectuais com a classe da qual se originam. A CTB estrutura seu Espaço Educativo e produz uma

categoria de intelectuais especializados para ensinar na própria escola (GRAMSCI, 2011b).

Esse processo de produção, da própria categoria de intelectuais, faz parte da soldagem que os partidos fazem entre os Intelectuais Orgânicos e os tradicionais, até transformá-los em intelectuais políticos, qualificados, organizadores das atividades inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade (Gramsci, 2011b). No caso nos intelectuais do Movimento Sindical, por não fazer parte da classe hegemônica, que detém o poder econômico e as superestruturas, esse movimento articula-se no sentido de abrir brechas para construir uma nova hegemonia. Por não deter o poder estatal, fundamental no processo de consolidação da dominação de classe, ele se organiza periféricamente, no nível da sociedade civil, na tentativa de forjar intelectuais que tenham o domínio da função dirigente, sejam influenciadores de massas e consigam estabelecer a relação de disputa nesses espaços com a busca por uma hegemonia da classe trabalhadora.

A CTB, no seu Espaço Educativo, cumpre essa função de partido e forma uma parcela de Intelectuais Orgânicos que mantém uma “conexão mais estreita com um grupo social fundamental” (GRAMSCI, 2012b, p.20), com a classe trabalhadora. Mas ainda precisa avançar. De acordo com pesquisas anteriores (PEGORARO, 2010), a Central manifestava a necessidade de chegar à base de trabalhadores, ampliando sua Formação para além dos dirigentes. As afirmações feitas recentemente indicam que ainda não se conseguiu vencer essa contradição e que a Central trabalha em uma lógica de formação de quadros, objetivando que esses multipliquem a Formação nas bases.

A contradição entre a formação de quadros vs. base, se constituiu no Movimento Sindical desde meados de 1940. A onda repressiva que se desencadeava naquele período, com intervenções nos sindicatos e proibição de greves, reforçou o protagonismo dos partidos de esquerda. Assim, foram atingidos pela Formação apenas os militantes sindicais que possuíam algum vínculo partidário. Nesse contexto histórico, se aprofunda “a dicotomia formação sindical de base vs. formação de quadros” (MANFREDI, 1996, p. 48), gestada principalmente a partir da experiência do PCB, partido que influenciou a grande maioria dos grupos de esquerda na formação político-sindical. Isso aconteceu devido à política de vanguarda do partido e o entendimento de que uma direção forte, com quadros preparados, seria capaz de comandar a revolução, mesmo sem a adesão da maioria da classe. É necessário, no entanto, buscar a superação dessa contradição juntamente com uma Formação que também atinja as

bases, formando um número cada vez maior de intelectuais.

Nós gostaríamos de atingir muito mais, mas a gente ainda só consegue fazer para nossa base mesmo, para os dirigentes dos sindicatos. Agora nós estamos com um projeto novo, de fazer os cursos nas regionais, para tentar abranger o maior número de dirigentes possíveis. Então, muda um pouco essa realidade. Nós pretendemos fazer ainda esse ano. Não sei se vamos conseguir implementar mas a ideia é essa: fazer os cursos nas regionais para atingir o maior número. Nós observamos que os nossos cursos, nesses seis anos, estão muito limitados (ent.2).

Ao reconhecer a limitação e propor novas formas de organização da práxis formativa, a CTB identifica essa contradição e aponta uma perspectiva de superação, o que é fundamental na mudança, quando demonstra avanços no sentido de um movimento mediador que avalia o presente e apresenta propostas de transformação do futuro. “A ação, de acordo com seu sentido objetivo, está orientada para a transformação da totalidade” (LUKÁCAS, 2003, p.352). Nesse sentido, a ação da Central pode mover-se enquanto identificação do presente que se converte em movimento transformador quando, por meio dessa avaliação, tece uma autocrítica consciente e apresenta propostas para modificar a totalidade do processo educativo que é gestado para o futuro.

Também é preciso buscar a superação da contradição formador vs. dirigente:

Quando nós fizemos o curso de formação de formadores, escolhemos um tema pra se aprofundar naquilo, no estudo daquele tema. Por exemplo, eu vou me dedicar a formação, a ser formadora, vou esquecer que eu sou mais dirigente (ent.2)

A afirmação de que ao escolher ser formador é preciso especializar-se nisto, indica que a Central ainda precisa avançar nessa questão. Porque não há incompatibilidade entre ser formador e dirigente ao mesmo tempo. Ao contrário, quando se estabelece essa soldagem da prática sindical diária e a Formação sistemática, a educação dos próprios formadores torna-se contextualizada e apresenta-se como compilação do concreto. Isso eleva os formadores a um nível em que a realidade poderá ser apreendida como sua própria ação, o que torna a materialidade nas formações algo habitual e estabelece a vinculação orgânica dos formadores à prática revolucionária.

Gramsci (2011b) afirma que a função dos partidos na composição desses intelectuais, está na capacidade de elaborar os próprios dirigentes até elevá-los ao nível de intelectuais políticos. Na sua Formação, a CTB busca os dirigentes do movimento sindical, formados na prática, e nos seus cursos também forma sua camada intelectual. Podemos perceber isso na trajetória do entrevistado 5, que foi formado pela Central e se prepara para ser formador:

Pretendo me aprofundar, aproveitar as oportunidades para repassar o conhecimento. Aprendemos para ensinar outras pessoas, outros trabalhadores (ent.5).

Todos os membros da CTB são intelectuais, nos diversos graus e níveis, pois desenvolvem função diretiva e organizativa. O objetivo maior precisa estar vinculado à tarefa de torná-los agentes políticos, responsáveis pela disputa hegemônica (GRAMSCI, 2011b). Portanto, trata-se, também, de abordar nas formações as questões de cultura geral, no nível político e filosófico. Sobre essa questão na organização dos cursos, é exemplificado que:

Geralmente são duas pessoas. Para o básico geralmente são dois professores, cada um dá dois temas. Por exemplo, temos um professor que dá uma aula muito boa sobre concepções e a questão do planejamento estratégico. Então, ele tem aula e repassa para aquele professor que vai dar aula. Então, o professor vai adaptar de acordo com as condições dele (ent.2).

Quando discutimos anteriormente a Autoeducação da classe, tratamos da questão de como a classe pode e deve determinar a dieta intelectual da Formação. Nesse sentido, a Central aponta que ao final de cada curso é feita uma avaliação e coletadas informações e necessidades dos formandos. De certa maneira, pode parecer questão de preciosismo discutir uma expressão, mas nos deteremos, brevemente, nas questões de *dar aulas e repassar aulas*, pois expressam uma contradição com o entendimento de Autoeducação da classe, que defendemos aqui, e com o próprio entendimento da Central de que a Formação tem sua finalidade máxima no desenvolvimento da consciência socialista.

O uso desse termo está enraizado na sociedade e permeia as concepções de escola no imaginário das pessoas. Portanto, não se trata de afirmar que a Central carrega uma perspectiva bancária de educação, mas é preciso discutir essa questão, também no intuito de indicar possíveis percursos educativos a serem trilhados. A Educação Bancária é aquela que carrega o entendimento de que os alunos são recipientes vazios prontos para serem cheios do conhecimento que o professor traz. Nessa concepção, “em lugar de comunicar-se, o educador faz comunicados e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem” (FREIRE, 2011, p.80). Essa concepção reforça a relação hierárquica estabelecida na sociedade e faz da educação um elemento de opressão.

Os educadores populares precisam estar atentos “para o fato de que eles não podem na busca da libertação, servir-se da concepção 'bancária', sob pena de se contradizerem em sua busca. Assim como também não pode esta concepção tornar-se legado da sociedade opressora

à sociedade revolucionária.” (FREIRE, 2011, p.92-93), pois uma sociedade revolucionária que mantém essas práticas está impregnada pela descrença nos seres humanos e, portanto, ameaçada pela reação. Mas,

[...] parece que nem sempre estão convencidos os que se inquietam pela causa da libertação. É que, envolvidos pelo clima gerador da concepção “bancária” e sofrendo sua influência, não chegam a perceber o seu significado ou a sua força desumanizadora. Paradoxalmente, então, usam o mesmo instrumento alienador, num esforço que pretendem libertador. E há até os que, usando o mesmo instrumento alienador, chamam aos que divergem desta prática de ingênuos ou sonhadores, quando não de reacionários. (FREIRE, 2011, p.93)

Nas observações feitas, pode-se perceber que as aulas são dirigidas pelos educadores, mas são dialogadas e os questionamentos e observações dos formandos são relevantes para a discussão. Na exposição sobre a História e Concepções de Movimento Sindical, sempre que o formador apresentou uma concepção de movimento, questionava aos participantes em quais sindicatos ou setores do movimento era possível observar tal concepção. Esse diálogo permite estabelecer uma relação entre a teoria e a prática diária do movimento. Mesmo que os termos utilizados durante as entrevistas demonstrem uma educação tradicional, em que o professor é o centro do processo educativo, essa contradição é superada na prática educativa realizada.

É preciso novamente ressaltar a importância de estabelecer o caráter Autoeducativo, que instale a relação com a práxis em que o coletivo envolvido – formandos e formadores – determine a temática necessária para o processo. Nesse sentido, é importante ressaltar que os formadores oriundos do movimento implicam na questão do conteúdo que emerge da própria classe. Mas é preciso avançar para estabelecer um processo educativo com diálogo frequente entre esses agentes que, em Formação, também são conhecedores. O Espaço Educativo Sindical é mediador dos conhecimentos de todos os agentes envolvidos.

Na discussão da relação de opressão estabelecida na educação, Freire afirma que a organização da educação, mesmo no seu sentido mais pedagógico, reproduz a organização da sociedade, em que há um saber dominante que é depositado nos sujeitos que receberão esse saber. Contrária a isso, a educação transformadora emerge da ação sobre o mundo, da prática social, que é premissa nas relações educativas entre os homens (FREIRE, 2011; LUKÁKS, 2003). A Formação Sindical, que vai ao encontro das práticas de educação popular, precisa ter sua prática mediada pela comunicação e pelo diálogo, que é a expressão das necessidades práticas desses sujeitos.

Nessa perspectiva, não é ideal que um formador tenha aulas prontas e apenas as repasse a outro para que as adapte, mas é preciso avançar em um conhecimento global, da totalidade do processo, superando a especialização disciplinar, em que todo o formador esteja habilitado para coordenar um processo educativo. Essa questão ainda aparenta um desenvolvimento incipiente na Central, que, até o momento, estrutura sua Formação alicerçada na especialização. Além disso, é preciso atentar para que não se direcione a um ensino excessivamente compartimentado ou repetitivo, o que pode confundir os formandos, impossibilitando uma discussão mais profunda (LUXEMBURGO, 2010). Quando compreendemos o processo educativo enquanto práxis, não é possível ver o mundo em compartimentos. Embora desacostumados com a visão da totalidade, por questões da própria divisão social do trabalho, reforçada pela escola, é preciso buscar a perspectiva de Formação Humana indivisa. Essa concepção avança à formação de uma consciência ampliada que “pressupõe a conscientização política, mas a transcende porque envolve o esforço individual e coletivo efetivo na vivência de outra ética e moral, que não a ditada pelo capital.” (PALUDO, 2011, p.24)

Se há uma impossibilidade de concretizar essa Formação, por condições que a própria vida real e o tempo disponível condicionam, é possível avançar para uma perspectiva de planejamento coletivo, onde a totalidade das temáticas seja pensada coletivamente, com aulas dialogadas que permitam aos educandos participarem, opinarem quanto às necessidades de aprimoramento das mesmas e constituírem-se enquanto sujeitos que problematizam esse processo e que, assim, constituem-se enquanto filósofos, intelectuais.

A partir das experiências que nós vamos tendo, das questões que vão aparecendo e das avaliações que são feitas ao final de cada curso, nós procuramos alterar para melhorar e tentar suprir as deficiências que o curso possa ter em relação a outros estados ou outras turmas (ent.4).

A própria CTB aponta, no excerto acima, a solução do problema de repassar as aulas: elas não precisam ser adaptadas de acordo com as necessidades dos professores, mas sim de acordo com a realidade de cada espaço e, a partir da análise das experiências feitas durante as avaliações, buscar aprimorar o processo.

Quanto à articulação entre os diferentes formadores, a CTB parece fazer em poucos momentos:

No início do ano, quando se faz os cursos de formação de formadores, é feita uma avaliação do ano anterior”

(ent.2) e “através de um grupo, via internet, no qual estamos sempre em contato. [...]Eu sou apenas a secretária de formação, mas temos este trabalho coletivo com esses formadores na questão da formação. O Brasil é muito grande e uma pessoa apenas não daria conta de cobrir todos esses estados (ent.3).

Uma avaliação mais contínua do processo poderia aprofundar essa articulação, bem como reduzir a especialização de cada formador na sua área de conhecimento e caminhar na direção de um conhecimento mais global, pelo conjunto dos formadores, das temáticas do movimento. Na avaliação do processo, por formandos e formadores, são considerados:

Os estados onde houve curso, quem foi pra lá, que aula deu, como foi a avaliação, como os alunos avaliaram a aula, o conteúdo, o desenvolvimento, tudo. Há uma avaliação desse processo (ent.2).

Essa afirmação indica que a Central está avançando nessa questão, em busca de um planejamento coletivo do processo educativo, que pode contribuir numa perspectiva de transversalidade nas temáticas dos cursos, bem como na Formação dos intelectuais com a perspectiva de entendimento da totalidade. A avaliação do processo educativo precisa ser contínua e estruturar-se no sentido de trazer elementos que redirecionem a prática, de trazer à tona as temáticas que são geradoras das práticas educativas. Ainda que de forma principiante, a Central se propõe a isso. É fundamental considerar a questão da transversalidade, mas no sentido de avançar para o conhecimento da totalidade e na aproximação entre esses intelectuais formadores. Nesse sentido, é possível que a Formação Sindical seja um elemento para auxiliar na redução das consequências da divisão do trabalho e para a busca da indivisibilidade dos seres humanos.

A Central apresenta também, enquanto planejamento, a proposta de implementação de uma Formação continuada, reconhecendo a necessidade de que

Uma turma que faz o curso básico tem que fazer a segunda etapa. Tem que ter uma continuidade e tem que ter um prazo para fazer isso. Não pode deixar muito longe, de um ano para o outro. Então, essas coisas nós queremos mudar, mudar essa lógica (ent.2).

A Formação continuada não está circunscrita apenas aos cursos. Embora esses espaços sejam fundamentais, ela está presente também na Educação Não Formal desses espaços: na condução de uma assembleia, na coordenação de uma passeata, na discussão de um aumento de salário, na elaboração ou leitura de um jornal do movimento. Com todas as contradições que se dão no processo, considerando as possibilidades e os limites expostos e ponderando que mesmo organizando essa prática educativa em uma perspectiva de Formação Humana, ela está atravessada pelas contradições características do capitalismo. É preciso contribuir para

uma formação progressiva. Mas ela precisa ser/acontecer para auxiliar a desenvolver o poder de análise para a intervenção na realidade, criar uma proposta de Formação de classe e formular, mediado pelo conhecimento e pela prática, um projeto de transformação social.

É fundamental formular ações educativas transformadoras, que estimulem o desenvolvimento de sujeitos comprometidos com a construção de outras práticas de relações sociais. Mesmo com os limites apresentados e com a aproximação do Espaço Educativo da CTB à hierarquização instituída dos espaços escolares, é possível considerá-la espaço de resistência e construção coletiva da classe por outro modelo de educação, que contempla o debate dos trabalhadores acerca das questões que permeiam a sociedade, elucidando as dimensões ideológicas estabelecidas pela sociedade do capital e estabelecendo o vínculo desse debate com a luta pela transformação.

Tu aprende muitas coisas no chão de fábrica e a CTB vem a fortalecer isso. Os cursos dão suporte pra esse enriquecimento e se tornam fundamentais na mudança de vida dos trabalhadores e na nossa luta contra o capital” (ent.5).

É possível constatar, no movimento da práxis formativa da CTB, traços que apontam para uma possível proposta de Autoeducação da classe, principalmente nos momentos em que os educandos definem a dieta intelectual. Contudo, visualizamos a necessidade de maior articulação entre os diferentes formadores e na política formativa hierarquizada, em que a maior parte das aulas é planejada pelos professores individualmente. Não se trata de afirmar que não há necessidade de uma coordenação. Contudo, o formador precisa ser mais um facilitador, que auxilie no processo, mantendo com os formandos um vínculo por meio do diálogo e da práxis, constituindo coletivamente um grupo de Intelectuais Orgânicos que se consolida na luta pela Emancipação Humana.

4.2.3 A Relação entre os Objetivos e os Conteúdos das Formações

Nas duas seções que antecedem, examinamos os objetivos que a CTB pretende alcançar e o movimento de formulação e realização dessas práticas, procurando entender como se dá a articulação entre os objetivos e a maneira como se organiza para oferecer a Formação. A seguir, buscaremos a articulação dessas questões com as temáticas previstas nos

cursos oferecidos, tentando estabelecer a relação de como eles evidenciam, enquanto concepção, os objetivos pretendidos.

Como indicado anteriormente, a Central organiza suas formações em quatro níveis, que não são, necessariamente, dependentes entre si:

Tem o curso básico de sindicalismo, faz exatamente a pessoa entender o que, que é o sindicato para que serve o sindicato, qual que é a relação do papel do sindicato com o partido. Ele tem duração de 32 horas e aborda A Origem do Sindicato, A História do Movimento Sindical Brasileiro, Concepções Sindicais, Transformação no Mundo do Trabalho e Como Fazer uma Análise de Conjuntura. Mas é como fazer uma análise de conjuntura, de quais elementos eu me utilizo, e não simplesmente entregar essa análise pronta.

A segunda etapa é sobre Sindicalismo na América Latina; Estado, Partido e Sindicato; Projeto Nacional de Desenvolvimento e Desafio do Movimento Sindical; e os temas a serem escolhidos pelas entidades: Juventude Trabalhadora, Mulher Trabalhadora, Questão Agrária, Funcionalismo Público. São oficinas de como trabalhar com esses segmentos (ent.2).

Detemo-nos, primeiramente, nos princípios estabelecidos nas duas primeiras etapas, já que eles dialogam de maneira mais estreita com os objetivos descritos pela Central, analisados no item 4.2.1. É importante trazer a concepção de Pistrak (1981), na sua elaboração da Escola do Trabalho. Embora tenham como base a realidade da União Soviética em processo de rompimento com o capitalismo e transição para a sociedade socialista, alguns elementos podem ajudar a compreender os fundamentos necessários na Educação Não Escolar da CTB.

Pistrak argumenta que a educação das massas está estreitamente ligada com a compreensão dos “seus interesses de classe, as questões vitais e urgentes que derivam da luta de classes, significa dar-lhes uma consciência mais clara e mais exata dos objetivos sociais da classe” (PISTRAK, 1981, p.33). Lukács contribui nesse sentido quando afirma que, “para o proletariado, tomar consciência da essência dialética da sua existência é uma questão e vida ou morte” para o seu agir consciente, já que o seu ser social apresenta-se como caráter fundamental do processo histórico e o projeta “para além dele” (LUKÁCS, 2003, p.334).

A transposição de Pistrak do método dialético para a educação da classe trabalhadora, assim como as contribuições de Lukács na discussão consciência da classe da sua existência histórica, se dá na compreensão da materialidade da vida como elemento fundamental para o desenvolvimento da consciência dos seres humanos e não o contrário. Reafirmamos, portanto, a importância de considerarmos as vivências dos sujeitos meios para o desenvolvimento da prática educativa na CTB e, por consequência, a impossibilidade de neutralidade da educação. Se na lógica do capital a Educação Escolar é responsável pela internalização nos indivíduos

da organização societária desse modelo de produção e, conseqüentemente, das expectativas do ser humano, do trabalhador ideal necessário (MÉSZÁROS, 2008), a luta revolucionária no Campo Educacional Não Escolar diz respeito a criar espaços de resistência. Espaços que se contraponham fundamentalmente a essa internalização e que, assim, abram brechas necessárias para promover uma educação transformadora, propiciar momentos de leitura da realidade e formulação coletiva dos objetivos de luta da classe pela emancipação. Essa dimensão faz parte do estabelecimento de uma relação filosófica dos trabalhadores com a sua realidade material, pensando no seu contexto atual.

Na produção da própria vida, os homens e mulheres constroem suas concepções de mundo e de ser social, fundamental para aprofundar a reflexão da prática diária. “O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica da sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com seu agir.” (GRAMSCI, 2011a, p.103). A reflexão sobre a prática e o conhecimento da história, que “começa com o conhecimento do presente, com o conhecimento de sua própria situação social” (LUKÁCAS, 2003, p.325) são fundamentais na superação dessa contradição. Quando a Central analisa o sindicalismo e o situa no contexto histórico da América Latina, pode levar a reflexão do sindicalismo neste espaço e avançar na superação histórica das condições a que esteve subjugado.

Essa análise pode direcionar para a compreensão dos fenômenos sociais avançarem de uma atitude contemplativa da sociedade para uma ação dialética e transformadora do meio. É necessário que as práticas se relacionem com a “essência do problema pedagógico, com o conhecimento dos fenômenos atuais em suas relações e dinâmica recíprocas, isto é, com a concepção marxista da pedagogia” (PISTRAK, 1981, p.36). É necessário ter objetivos claros do que se pretende, bem como um processo de formulação desses objetivos que seja condizente com o produto final, que será discutido com os trabalhadores em Formação.

Se o objetivo maior da Central é a Consciência de Classe dos trabalhadores, como afirmado nos documentos e entrevistas, ele precisa estar presente desde sua elaboração até transposição desses objetivos nos conteúdos – na totalidade do Movimento da Práxis Formativa – para o processo de construção do pensamento autônomo dos sujeitos. A análise da realidade não pode estar restrita aos espaços formativos. Mas por meio das relações

teóricas feitas nesses espaços, o trabalhador poderá apreender maneiras de fazer essa análise na sua prática diária do movimento, de maneira que o conhecimento formulado seja vinculado ao “autoconhecimento do proletariado como conhecimento da sociedade capitalista”, que diz respeito ao reconhecimento do uso do seu trabalho como mercadoria e, a partir desse reconhecimento, o faz progredir no conhecimento do seu ser social e da realidade como totalidade histórica (LUKÁCS, 2003, p.343). Ao mesmo tempo em que estabelece essa relação dialética, trazendo essa prática para os momentos de Formação e avança para pensar as relações de forma indivisa, na união entre a teoria e a ação, a CTB poderá delinear a Formação Sindical para configurá-la como sistematização reflexiva da práxis transformadora.

Quando assume esse caráter de práxis, essa apreensão filosófica da realidade passa a ser também política. Portanto não é um processo unilateral, mas é dialético e dialógico. É uma educação problematizadora, que exige a superação da contradição educador-educando, caminha numa perspectiva de Autoeducação que não dispense o papel do educador, mas que considere a prática social dos sujeitos, suas concepções e a incorporação da mesma na discussão da realidade (FREIRE, 2011).

A compreensão do estágio da luta da classe travada na realidade atual, qual o espaço ocupado por ela nessa luta e a perspectiva dialética de constante movimento e transformação, é fundamental para que se desenvolvam formas de destruição do capitalismo e, conseqüentemente, pela construção da sociedade socialista. É necessário convencer cada sujeito de que, individual e coletivamente, é parte integrante fundamental dessa construção e, portanto, deve assumir a tarefa de armar-se com os conhecimentos necessários, de conhecer os fundamentos da classe adversária e empregá-los no interesse da disputa hegemônica da classe trabalhadora (PISTRAK, 1981). Essa é uma relação fundamental que precisa estar estabelecida entre os objetivos e conteúdos da Formação. A concretização disso é tão mais efetiva, quanto maior for a reserva de Intelectuais Orgânicos da classe trabalhadora, que, no processo de construção de uma outra hegemonia, também fortaleça a classe trabalhadora no campo de consolidação da cultura dos trabalhadores e trabalhadoras (GRAMSCI, 2011).

Essa Formação Não Escolar precisa educar de acordo com as concepções da realidade atual para conhecê-la e transformá-la e, no processo Autoeducativo da classe, formular compreensões acerca da práxis consciente. Compreender sob quais concepções se fundamenta o Movimento Sindical, portanto, fundamenta a compreensão da realidade e, ao mesmo tempo,

a reflexão sobre quais concepções sindicais se está deixando guiar:

Entender quais são as forças, as concepções, as ideias que estão presentes no movimento sindical é importante, porque quem está atuando precisa saber se tem convicção sobre quais os conceitos básicos sobre os quais se vai atuar, quais são os objetivos gerais que tem ao atuar, o que os outros estão pensando e que há concepções diferentes. Isso tudo ajuda na atuação e ajuda a compreender a realidade (ent.4)

O estudo da história compreendido como entendimento processual de constituição da classe trabalhadora, de organização da sociedade atual e da realidade como processo dialético, em constante transformação, oferece ferramentas para fortalecer a luta dos trabalhadores contra a sociedade de alienação do trabalho, para que saibam e se sintam responsáveis, cada um no seu espaço e coletivamente, por travar a luta pela mudança estrutural da sociedade. No desenvolvimento da pedagogia socialista, Pistrak defendeu que as escolas, para formar os novos jovens à sociedade que emergia, precisavam desenvolver três qualidades: “1) aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço no trabalho coletivo; 2) aptidão para analisar cada problema novo como organizador; 3) aptidão para criar formas eficazes de organização” (PISTRAK, 1981, p.41). Estas aptidões seriam organizadas no cotidiano da escola. Se na Formação Sindical, temos maior espaço de tempo entre os cursos, seria preciso evoluir para uma Formação mais continuada para desenvolver algumas dessas concepções, como a própria CTB reconhece:

Como decorrência do curso, a expectativa que nós temos é que os participantes consigam entender a importância do estudo, a necessidade da formação e que consigam dar sequência porque nós entendemos que a formação tem que ser continuada (ent.3).

Compreendemos que a Central pode se utilizar dos indicativos pedagógicos de Pistrak para repensar essas questões. O trabalho coletivo é vivenciado na práxis sindical e no trabalho de base. Mesmo com as dificuldades organizativas do Movimento Sindical, essa questão está presente diretamente na militância no movimento, pois a direção sindical implica em uma perspectiva de representação do coletivo. A habilidade de analisar problemas, como organizador, diz respeito a formação da intelectualidade orgânica do movimento, nos diferentes graus, que tem relação direta com a capacidade dirigente e organizativa dos sujeitos e que, assim, se constituem enquanto Intelectuais Orgânicos da classe trabalhadora (PISTRAK, 1981; GRAMSCI, 2011b).

A habilidade de criar formas eficazes de organização é um debate atual frente aos desafios do movimento de trabalhadores, devido às questões conjunturais e históricas em que

está inserido, bem como a necessidade trazida pela CTB, de buscar lideranças jovens e mulheres, e deve estar articulado com a sua organização e estratégias de luta. Essa necessidade expressa as mudanças no mundo do trabalho nos últimos anos, que inseriu com mais força esses segmentos, em especial nos espaços de trabalho mais precarizados. Por sua vez, apresenta um desafio ao Movimento Sindical em buscá-los à militância orgânica do movimento, formar entre eles um número cada vez maior de organizadores da vontade coletiva e consolidar-se enquanto escola da luta de classes (GRAMSCI, 2011C; NOGUEIRA, 2010; ALVES, 2002). Mesmo com a ênfase dada a esses segmentos e com a necessidade de contemplá-los na Formação, essa questão aparece perifericamente na realização da Formação da CTB, sob o formato de seminários desenvolvidos nos cursos:

Seminário de Política; Projeto de Desenvolvimento; Integração Latino-Americana; Relação entre Sindicato, Partido e Estado; Crise do Capitalismo; A Questão Agrária no Brasil; A Luta dos Trabalhadores; O Socialismo (ent.2, grifo nosso).

É preciso, portanto, que esses elementos sejam contemplados com maior atenção na prática educativa e não apenas na sua concepção.

Quanto à terceira etapa da Formação, podemos analisá-la como uma etapa prática das concepções teóricas trazidas nas duas primeiras. Se nas primeiras etapas são discutidas questões mais filosóficas, históricas e de concepção do movimento, na etapa seguinte discute-se a prática diária do Movimento Sindical:

Tem o curso de gestão que também é de 32 horas. Os temas são: A Importância do Planejamento Estratégico; Formação Sindical; Direito Trabalhista e Sindical; Oratória; Negociação Coletiva; Organização por Local de Trabalho; Comunicação Sindical; Assessoria Sindical (ent.2).

Ao longo da discussão feita aqui, defendemos a ideia de que a Formação Sindical precisa estar vinculada à prática social dos trabalhadores e precisa elaborar Intelectuais Orgânicos do movimento, com a consciência da necessária transformação socialista. No excerto acima, de certa forma, percebemos a vinculação da Formação com a prática diária sindical, estabelecendo as relações educativas e a reflexão sobre a realidade do movimento, o seu dia a dia nas negociações salariais, o conhecimento das relações estabelecidas na luta sindical. Além disso, observamos a tentativa de concretização do objetivo, apontado pela CTB, de que os dirigentes criem uma rede, levando a Formação para o seu local de trabalho.

Podemos perceber que a concepção de educação classista dá a direção na formulação

dos objetivos e na realização das formações da CTB, ao passo que o movimento formativo se consolida na organização, desde a concepção dos objetivos até a concretização em complexos temáticos que estruturam os diferentes cursos. Mesmo com as contradições existentes, quando os objetivos são claros e as concepções estão bem definidas, é possível buscar práticas que estejam em consonância com a política de organização.

Durante a observação nos cursos, foi possível constatar que a temática da análise de conjuntura foi desenvolvida de maneira acentuada para fornecer os elementos necessários para a análise e de reafirmar que não podemos atuar sem ter uma compreensão maior da realidade.

Necessitamos compreender a conjuntura política, a conjuntura política nacional, regional, estadual, municipal e compreender a conjuntura em que o movimento sindical está colocado. É importante que o sindicalista tenha ciência da conjuntura, dos problemas e da história do sindicato (aula1).

Quando a CTB discute as transformações no mundo do trabalho e os elementos que utilizamos para analisar uma conjuntura, de certa forma está educando para o pensamento autônomo, para a compreensão de que o conhecimento acumulado pode auxiliar na análise da realidade, bem como para a importância de entender a realidade em que estamos inseridos para agir sobre ela. Este, na concepção de Lukács, é um movimento fundamental que os trabalhadores e trabalhadoras precisam estabelecer para a consciência de classe: “o conhecimento da sociedade como totalidade histórica” (LUKÁCS, 2003, p.34).

4.3 OS INTELECUAIS ORGÂNICOS E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Eu vim do movimento estudantil de 1968, fiz movimento secundarista, depois fui do movimento universitário, peguei o momento mais duro da ditadura, fui preso no Congresso a UNE de 1968. Eu fiz Ciências Sociais, depois fiz um curso de pós- graduação e sociologia e quando eu estava concluindo esse curso, praticamente com a tese pronta eu entrei de cabeça no movimento sindical. Eu fui presidente do sindicato dos professores de Campinas três gestões, secretário geral da Federação dos Professores do Estado de São Paulo, fui presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. Nessa trajetória toda, eu participei do movimento sindical durante 27 anos (ent.4).

Iniciamos a seção com essa afirmação por compreender que ela dá informações importantes de como esse sujeito se constituiu Intelectual Orgânico do Movimento Sindical. A fala feita por um dos formadores quando questionado sobre o porquê da escolha pela Formação Sindical, reforça a hipótese de que os intelectuais da CTB são formados, também,

nos Processos Educativos Não Formais. A escolha feita por esse sujeito está, estreitamente, vinculada à prática política na qual se constituiu.

Da mesma forma que outro entrevistado tem sua trajetória política vinculada ao Movimento Sindical e sua história de vida expressa uma vinculação estreita com a práxis e Educação Não Formal:

Sou piauiense e migrei para cá, comecei a trabalhar na metalurgia. Vi a necessidade de uma atuação mais forte dentro das empresas. Fui convidado a participar do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Até então, eu militava com o movimento negro da cidade, junto de colegas e irmãos. Surgiu a oportunidade de entrar pro sindicato dos metalúrgicos no ano de 97 ou 98. Até hoje eu estou na militância sindical (ent.5).

A partir dessas afirmações, é necessário apresentar a quarta etapa da Formação, pois ela estabelece a relação necessária entre as histórias de vida dos sujeitos acima e serve como alicerce aos indícios formativos que apresentamos nas primeiras páginas desse trabalho:

O Curso de Formação de Formadores é para as pessoas que vão ajudar a CTB a fazer a formação. Para pessoas que vão se dedicar a dar aula, a pegar um desses temas, se dedicar e estudar pra poder fazer. É de 36 horas: Metodologia e Prática de Ensino; Termos Relativos ao Sindicalismo e ao Mundo do Trabalho (ent.2, grifo nosso).

Os dois entrevistados citados acima participaram dessa etapa da Formação. Como avaliado anteriormente, a CTB organiza sua Formação em níveis. Isso reforça a discussão gramsciana de que cada grupo social, originado das especializações do campo da produção econômica, provocada pela divisão do trabalho, tende a criar uma escola para preparar seus próprios intelectuais, responsáveis por dar “homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político”. Ainda segundo a análise de Gramsci, há uma tendência de que essas escolas criem níveis especializados de formação e, assim, elaborem o seu próprio grupo de intelectuais (GRAMSCI, 2011b, p.15).

Se, como discutido anteriormente, a escola é o espaço para formar os intelectuais dos mais diversos níveis (GRAMSCI, 2011b), é possível afirmar, de acordo com a análise feita até aqui, que essa lógica se reproduz na organização das formações da Central. Contudo, a Formação se dá apenas no desenvolvimento da Educação Não Escolar, mas é fruto da articulação entre os mais diversos espaços educativos, que se traduzem na práxis da Educação Não Formal, na própria relação de aprendizado que os sujeitos estabelecem no trabalho. Contudo, a Formação dos intelectuais num nível mais elevado, responsáveis pela tarefa formativa, em geral, se articula na prática Não Escolar no Espaço Educativo da CTB. No mais

alto grau de Formação, especificado pela Central como *Curso de Formação de Formadores*, observamos os intelectuais que terão a responsabilidade de formar novos intelectuais.

A organização política da CTB, assim como de outras organizações sindicais e partidos, insere-se no contexto do príncipe moderno analisado por Gramsci. Ele não é um indivíduo isolado, mas está ampliado na figura do partido e das organizações políticas. É um elemento complexo da sociedade, fundamentado na busca pela concretização de uma vontade coletiva, afirmado na ação, na luta por superar as condições historicamente determinadas, de uma consciência que opera na necessidade histórica, fruto de algo real e efetivo. A Formação dos intelectuais diz respeito à necessidade histórica da classe trabalhadora de contar com seus próprios agentes políticos, constituidores dessas organizações, organizadores da vontade coletiva da classe:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira *célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva* que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2011c, p.16.grifo nosso)

Abordamos essa questão por compreender que “para alguns grupos sociais, o partido é nada mais que o modo próprio de elaborar a sua categoria de intelectuais” (GRAMSCI, 2011c, p.24). A CTB se insere nesse conceito, pois ampliando a figura do partido para as organizações da sociedade que representam a concretização de uma vontade coletiva, ela consolida-se como elemento que contribui para elaborar a categoria de Intelectuais Orgânicos da classe trabalhadora, bem como proporciona a sua ligação com os tradicionais. É característica da classe, que se desenvolve no sentido da dominação social, a elaboração dos Intelectuais Orgânicos ao mesmo tempo em que busca a conquista do maior número possível de Intelectuais Tradicionais (GRAMSCI, 2011b).

O formador não precisa ser professor, desde que esteja convicto, tenha conhecimento e vontade ele pode ser um formador. Assim há desde trabalhadores rurais até acadêmicos, doutores e assim por diante (ent.3).

Essa declaração carrega consigo a premissa de que os formadores da Central podem ser oriundos das mais diversas atividades do campo econômico. A função de partido se aplica à consolidação desses sujeitos como organizadores da vontade coletiva, bem como multiplicadores do conhecimento, historicamente, construído pela classe a que pertencem.

Essa Formação intelectual pode ser estendida ao conjunto dos movimentos organizados, desde que cumpram a função de “elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como 'econômico', até transformá-los em intelectuais políticos, qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política” (GRAMSCI, 2011b, p. 24).

Se os intelectuais têm vinculação com a classe da qual são originários, não poderão ser um grupo autônomo, separado, mas cada classe social cria consigo o seu próprio grupo de intelectuais, de diversos níveis. Gramsci traz duas distinções fundamentais acerca dessa questão. Uma delas, é que os grupos sociais desenvolvidos em um campo específico da produção econômica criam para si camadas de Intelectuais Orgânicos de uma classe e, portanto, de um determinado modo de produção. O empresário capitalista, por exemplo, cria o administrador da empresa. Em outro tempo histórico, com condições sociais distintas, essa foi uma função dispensável, já que nasceu das necessidades de controle e direção desse modo de produção. A outra se refere ao grupo social que constituído historicamente “a partir de uma estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura, [...] encontrou categorias de intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como, representantes de uma continuidade histórica” (GRAMSCI, 2011b, p.15). Esses Intelectuais Tradicionais, originários de outro modo de produção, que foram absorvidos pelo atual modo de produção e servem à classe hegemônica desse tempo histórico – a burguesia.

Os eclesiásticos, exemplo trazido pelo autor, monopolizaram, por um tempo, a superestrutura através da filosofia, da escola e da produção da cultura. De acordo com Engels (1978), esse grupo representou, no início do desenvolvimento do capitalismo, a ideologia da Idade Média que, com a Revolução Burguesa, teve roubado de si o privilégio da educação e, por consequência, foi se tornando desnecessário à nova ordem.

A descoberta da tipografia e as maiores necessidades do comércio tinham-lhe roubado o monopólio, não só da leitura e da escrita, mas ainda do ensino superior. A divisão do trabalho fez a sua aparição e conquistou também o domínio intelectual. O clero viu-se eliminado, pela nova ordem dos juristas, de toda uma série de cargos perfeitamente influentes. Também ele começou, em grande parte, a tornar-se supérfluo, o que de resto ele mesmo confirmava tornando-se cada vez mais preguiçoso e ignorante. Contudo, quanto mais supérfluo se tornava, mais crescia e em número, graças às suas enormes riquezas que aumentava constantemente por todos os meios possíveis. (ENGELS, 1978, p.85)

Como detentores do monopólio da cultura em todas as etapas primitivas do desenvolvimento civilizatório, os eclesiásticos a moldaram com um sentido, essencialmente, teológico. Todas as ciências em suas mãos tornaram-se meios de reforçar esses princípios, bem como os ramos da teologia. Nesse contexto, a cultura se desenvolveu com um caráter dogmático. Até mesmo na jurisprudência, afirma Engels, “os dogmas da Igreja eram ao mesmo tempo axiomas políticos, e as citações da Bíblia tinham força de lei perante todos os tribunais”. Apesar do desenvolvimento de uma categoria de intelectuais a “soberania da teologia em todo o domínio da atividade intelectual era também a consequência necessária da situação preponderante da Igreja, síntese mais universal e sanção da dominação feudal”. Para destruir as condições sociais existentes, a burguesia revolucionária precisou destruir a ideologia clerical impregnada no antigo regime, pois “para poder demolir as condições sociais existentes, era preciso tirar-lhes o seu caráter sagrado” (ENGELS, 1978, p.86). Mas a burguesia precisou garantir, desde o princípio, um caráter de manutenção do “espírito tradicional das massas, que permitia fazer suportar as suas condições sociais” (MARX, 1978, p.87). Nesse ponto, uniu-se ao clero para unificar os meios de opressão necessários à implementação da pretendida sociedade.

Como vimos, com o surgimento de um novo modo de produção, modificam-se os grupos intelectuais de acordo com as necessidades estabelecidas. Mas o movimento dialético também inverte essa relação, pois homens e mulheres na produção da sua existência também modificam a realidade (MARX, 2008). Os intelectuais são parte nesse processo de criação de uma nova concepção de mundo, pois exercem influência no campo da cultura, que por sua vez podem reforçar a hegemonia existente ou, se ganhos pela classe trabalhadora, podem constituir-se como elemento no processo de construção de outra hegemonia. Por isso, afirmamos que esses intelectuais precisam ser ganhos para a luta da classe trabalhadora, com a consciência necessária para contribuir com as transformações sociais.

A consciência não pode ser um objeto em si, separado da totalidade social, tampouco subjetiva ou contemplativa, “talhada à medida da consciência individual”, como constata Lukács (2003, p.266) na análise do racionalismo kantiano. Pois, “se alguma coisa é dada simplesmente 'em si', isso significa que é dada somente 'para nós'. O contrário do 'para nós ou em si' é, antes, o 'para si', essa espécie de posição em que o ser-pensado do objeto significa, ao

mesmo tempo, a consciência que o objeto tem de si mesmo” (LUKÁCS, 2003, p.278).

A Consciência de Classe, imprescindível no processo de Formação dos Intelectuais Orgânicos, se refere à relação dialética entre práxis e teoria que são subjacentes à consciência do ser social. É a consciência que homens e mulheres têm da totalidade das relações de produção, de si mesmos como produto e produtores dessa sociedade e sujeitos que, no reconhecimento do presente como devir, elevam-se a um grau de consciência que os permite avançar na perspectiva de criação do seu futuro (LUKÁCS, 2003). Na perspectiva adotada aqui, a questão da consciência de classe, como relação dialética entre a teoria desenvolvida nas formações e a prática sindical, relaciona-se com a proposta de Autoeducação no sentido de forjar os organizadores da vontade coletiva, não como resultado linear da consciência, mas no processo dialético e contraditório de luta que a classe trabalhadora, da sua constituição em determinado modo de produção e tempo histórico que, nesse processo, se repensa e transforma de acordo com a necessidade histórica, almejando sempre a emancipação. A consciência de classe não é, portanto, o ponto de partida, mas um dos elementos no processo de construção da hegemonia da classe trabalhadora, que as formações, na perspectiva autoeducativa, ajudam a sistematizar.

Podemos verificar esse reconhecimento na afirmação a seguir:

Uma avaliação de hoje em relação ao século XIX, o que tem de tecnologia e máquinas, é pra se trabalhar muito menos do que oito horas diárias. No século XIX, se trabalhava 16 à 18h. Hoje, nós trabalhamos muito mais intensamente, o empresário ganha muito mais e nós estamos ganhando menos (ent.5).

Quando o sujeito faz essa análise, é possível perceber um conhecimento histórico e uma formulação teórica na compreensão do seu ser social. O trabalhador demonstra o entendimento de que o tempo de trabalho carrega a “forma objetiva de sua mercadoria, a sua força de trabalho”. Isso possibilita que ele se reconheça, nesse processo, como trabalhador que sofre influência do processo de produção capitalista e da forma de utilização da sua força de trabalho como mercadoria. Esse reconhecimento determina, também, o entendimento de sua existência enquanto membro de uma classe. “Antes de tudo, o trabalhador só pode tornar-se consciente do seu ser social se tornar-se consciente de si mesmo como mercadoria. Seu ser imediato o insere como objeto puro e simples no processo de produção” (LUKÁCS, 2003, p.340). Sua capacidade de enxergar-se como parte fundamental do sistema do capital implica na capacidade de compreender a si mesmo como fruto dessas relações, bem como visualizar-

se como sujeito histórico que pode modificá-las, porque, “no plano ontológico, a dimensão da vida como existência humana *não* pode ser reduzida à lógica instrumental da produção de mercadorias” (ALVES, 2014, p.95). A compreensão desse sujeito é resultado da sua materialidade de vida, dos aprendizados não formais da sua militância sindical e do seu processo de Educação Não Escolar, sistematizada no processo de formação no espaço educativo da CTB, que o configura como Intelectual Orgânico da classe trabalhadora.

O grupo social, ou categoria de trabalhadores, não se caracteriza pelo trabalho essencialmente manual ou intelectual, mas pela função que exerce no campo da produção econômica, portanto por sua posição de classe. Na essência de qualquer trabalho, “mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora.” (GRAMSCI, 2011b, p. 18). Portanto, a relação dialética que se estabelece no percurso formativo na Central, enquanto sistematizadora da atividade prática do ser social e da produção teórica nos cursos de formação, permite a criação de uma camada de intelectuais que, conscientes do seu devir histórico, contribuem para expandir a camada de Intelectuais Orgânicos e, de acordo com Gramsci (2011b), contribui para a disputa hegemônica da classe trabalhadora em seu processo de emancipação. Contudo, esse processo se delineia na contradição com o distanciamento com a base, e pela própria relação ensimesmada, edificada pela estrutura do capital, que fecha os indivíduos na sua “autossuficiência, aceitando a imediatividade de sua condição de proletariado imposta pelos *status quo*, sem veleidade de 'transcendência' e sem verdadeira aspiração de autodeterminação” (ALVES, 2014, p.31).

A resistência a essa contradição, que possibilita a criação de brechas, está fundamentada na compreensão de que todos os membros de uma organização, que seja a concretização de uma vontade coletiva, são considerados intelectuais, embora seja necessária uma distinção entre os diferentes graus e no reconhecimento dos trabalhadores como intelectuais. Pois o que importa nesse reconhecimento é a “função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI, 2011b, p.25). A posição do autor quanto à formulação dos intelectuais é ampla e democrática. Desprovida dos preconceitos, compreende a impossibilidade de divisão entre trabalho manual e intelectual, pois não há atividade prática desvinculada da atividade intelectual. Toda e qualquer atividade exige planejamento prévio e é, mesmo que em grau reduzido, intelectual. “*Todo* ser humano

contribui, de uma forma ou de outra, para a formação de uma concepção de mundo” e essa contribuição não é necessariamente de manutenção ou mudança, mas é dialética e se dá em um processo simultâneo no qual prevalecerá dependendo “da forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e defendem seus interesses alternativos importantes”. A dinâmica histórica não é uma força externa, muito menos linear, mas depende da “intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real”, que depende dos conflitos para alcançar, de forma mais lenta ou mais rápida, “uma mudança social significativa” (MÉSZÁROS, 2005, p.50. grifos do autor).

De acordo com os dados obtidos, é possível verificar que, mesmo estabelecendo um convênio com entidade para garantir a formação, esses formadores são, em sua maioria, militantes do movimento de trabalhadores, o que indica um início de elaboração dos intelectuais. Observamos essa questão na CTB na afirmação do entrevistado 4, como abordamos no início dessa seção, de que, após toda sua trajetória como militante sindical, opta por estabelecer um outro tipo de vínculo com o movimento:

Foi uma opção que eu fiz por entender que eu deveria entrar mais de cabeça na questão da formação. Eu já vinha trabalhando com o Centro de Estudos Sindicais, mas nesse momento eu fiquei quase que exclusivamente na questão da formação. Hoje, eu sou uma pessoa muito convencida de que a formação é fundamental. Essa formação política sindical, tanto para os dirigentes sindicais quanto para os trabalhadores e trabalhadoras em geral (ent.4).

Esse processo de constituição da própria intelectualidade que elabora a teoria vinculada à sua prática sindical, é fundamental também do ponto de vista pedagógico, na medida em que há uma aproximação entre formadores e formandos, sendo que ambos têm vivências práticas semelhantes e que estão vivas na discussão teórica estabelecida. Percebemos isso na fala de um dos formadores:

Como eu tive essa vivência no movimento sindical, eu sei um pouco do que as pessoas estão pensando, quais são as aspirações, os problemas atuais, a questão que se levanta todos os dias de como mobilizar a categoria, já que se faz várias tentativas e não se consegue. É uma constante que vai aparecendo como aspiração, como dúvidas que as pessoas têm e que permite que eu possa desenvolver, tentar esclarecer, mesmo sabendo que não tenho resposta para tudo (ent.4).

A classe trabalhadora em seu processo de emancipação, segundo Gramsci, além de buscar a conquista dos Intelectuais Tradicionais, que não precisam ser necessariamente ligados ao movimento, mas que venham aderir e contribuir ao seu projeto, precisa elaborar o seu próprio grupo de Intelectuais Orgânicos. Os entrevistados acima citados são exemplos

dessa elaboração. Ainda que a CTB tenha avançado em relação à Formação dos seus quadros, garantindo que sejam orgânicos do Movimento Sindical, ainda é preciso avançar na concepção formativa dos intelectuais, formando-os em maior número para que possam ter cada vez mais influência na construção de outra hegemonia.

A função organizativa do intelectual não pode ser analisada desconectada da realidade social. Se a sociedade encontra-se enraizada pela divisão do trabalho, certamente a camada intelectual também está permeada por essa divisão e, portanto, contraditoriamente estruturada em níveis. Nas próprias direções dos sindicatos, existem funções e dirigentes que as ocupam, que não se caracterizam, como organizativas, de direção da luta política e econômica. Então, mesmo entre esses dirigentes, estabelecem-se níveis de hierarquia.

De fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus, também do ponto de vista intrínseco, graus que, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma autêntica diferença qualitativa: no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais modestos “administradores” e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada. (GRAMSCI, 2011b, p.21)

Mesmo com a hierarquia estabelecida, até mesmo os intelectuais do grau mais baixo, precisam ter a consciência de classe necessária para que se tornem também propagadores e produtores do conhecimento formulado durante as formações. Os dirigentes sindicais que participam das formações possuem limitações nessa questão, pois

Os dirigentes vão para os cursos de formação e ainda não têm uma iniciativa de voltar para sua base e tentar organizar um curso ou reunir os trabalhadores da fábrica que trabalha para fazer formação. Ainda falta a pessoa que participa levar lá para a base (ent.2).

É preciso superar essa debilidade, pois se há um distanciamento da base, não pode haver uma organicidade consolidada desses intelectuais. A afirmação indica que ainda é preciso avançar no processo, criando uma rede formativa que consiga atingir os mais diversos níveis da classe. Isso se torna possível com a ampliação do número de intelectuais formados e com a criação de núcleos de Formação na base do movimento.

As instituições escolares em vários níveis, desde a educação básica até os organismos que procuram promover a chamada alta cultura, na sociedade moderna representadas pelas universidades, são responsáveis por formar as mais diversas camadas de intelectuais, já que esses organismos aperfeiçoaram, cada vez mais, as especializações necessárias ao mundo da produção econômica. A instituição escolar forma os diversos níveis e destina nos níveis mais

avançados, em sua maioria, às camadas que tradicionalmente os formam em maior número: a alta e a média. A quebra dessa hegemonia diz respeito a uma maior inserção da classe trabalhadora consciente e organizada nesses espaços. Como já afirmado anteriormente, podemos perceber indícios dessa inserção a partir das políticas de ampliação e democratização do acesso ao ensino superior¹⁰, que insere os filhos da classe trabalhadora nos espaços de produção de cultura num nível mais elevado. Por outro lado, essa inserção também gera a maior precariedade da classe trabalhadora pois a “maior escolaridade não abre mais as portas das melhores ocupações urbanas” (ALVES, 2014 , p.58). A frustração causada por essa precariedade, as aspirações de consumo de classe média negadas pela própria condição de classe trabalhadora e a manipulação midiática dessas esferas contribuem para o despojamento da Consciência de Classe desses trabalhadores, reconhecidos ideologicamente com as classes médias. Carregam uma contradição essencial: “embora cultivem aspirações fetichistas de consumo, e adotem o individualismo competitivo próprio do *ethos* burguês, estão profundamente imersos na condição de proletariedade” (ALVES, 2014, p.183). Portanto, nada contribui à conquista hegemônica, formar para que se tornem um preposto do grupo dominante. Eles precisam estar comprometidos com o grupo do qual são originários: a classe trabalhadora.

A maioria dos nossos professores são ligados à educação e fazem pesquisa sobre isso. Mas, por exemplo, nesse curso, foi pra São Paulo¹¹ um metalúrgico e ele é formado em história. Então ele foi buscar a metodologia pra nos ajudar aqui. Mas ele é um trabalhador metalúrgico, militante sindical e com formação acadêmica. A tarefa dele é priorizar a formação, tanto para os metalúrgicos quanto para a base da CTB. (ent.2)

Na fala acima, está explícito um exemplo de busca pela inserção dos intelectuais da classe trabalhadora nos espaços tradicionais de formação, assim como a sua conquista para o projeto político da classe. Esse mesmo trabalhador exemplificado no excerto anterior afirma:

Fiz um pré-vestibular popular, que surgiu através do movimento negro da cidade e outras entidades. Participei do curso e passei no vestibular e escolhi o curso de história. Depois que eu terminei meu curso surgiram oportunidades para fazer cursos fora. Além disso, a oportunidade de fazer os cursos da CTB. Este ano, eu participei em São Paulo de um Curso de Formação de Formadores. Essa formação está abrindo outros campos, fazendo com que eu procure me capacitar ainda mais e contribuir com a formação dos meus companheiros dos sindicatos (ent.5).

Na fala desse trabalhador-formador, percebemos o movimento da práxis formativa e

¹⁰ Destaca-se a criação de novas universidades públicas, a reserva de vagas aos estudantes de escolas públicas, as cotas raciais e o Programa Universidade para Todos – PROUNI.

¹¹ Referindo-se a um curso de formação de formadores.

os conceitos articulados anteriormente que indicam a concepção de Formação da CTB. A formação ocorre na vida, na sua própria trajetória de Educação Não Escolar, é intensificada a partir da sua participação no espaço educativo do Movimento Sindical, que o leva a buscar um curso superior e o coloca na posição de intelectual também no campo da produção econômica (GRAMSCI, 2011b). Como intelectual formado pela universidade e que, no movimento educativo estabelecido pela Educação Não Escolar da CTB estabeleceu uma participação mais efetiva de Intelectual Orgânico da Central e da classe trabalhadora, colocando-se enquanto sujeito que, formado pela práxis e pela CTB, passa a contribuir com a Formação no movimento. Percebe-se aí, que a Central busca a elaboração da intelectualidade do próprio movimento. Esse processo pode avançar ainda mais, formar um número cada vez maior desses sujeitos comprometidos com a organização da classe.

Dessa necessidade, é preciso considerar o questionamento a respeito de como se constituem no contexto da sociedade atual, na qual os homens e mulheres sofrem uma grande influência dos instrumentos que formam a cultura de massa. Hobsbawm afirma que a era do intelectual como linha de frente das mobilizações “contra alguma coisa” (2013, p.229), como a principal figura de oposição política, ficou no passado. O autor afirma a dificuldade desses em afirmarem-se como fonte inspiradora e de competir com as celebridades – figuras públicas exaltadas pela grande mídia – e com o modelo individualista do salvador, reforçado pela sociedade de entretenimento de massa e pela fácil propagação das mais diferentes opiniões através das redes sociais.

Tendo em vista a relevância dessas colocações, é necessário afirmar, cada vez mais, a necessidade de ampliar a elaboração desses intelectuais da classe trabalhadora – e não há contradição entre essa elaboração e a conquista das figuras públicas que possam contribuir de alguma forma com o projeto da classe – que façam a leitura da realidade, compreendam as desigualdades sociais e a ação direta da influência midiática nos mais diversos setores da sociedade, para avançar na tentativa de superar a individualização dos sujeitos.

Hoje, existe um processo muito grande de individualismo e os trabalhadores e o movimento sindical não estão imunes. Então, as pessoas pensam mais em fazer as coisas somente para o indivíduo, não tem sido coletivo. No passado, se pensava as coisas mais coletivamente, hoje em dia não. Existe individualismo. E a propaganda diz que tu tem que ser melhor. Então, desde a década de 90, nós vimos o seguinte: “você tem que estudar, você tem que se aperfeiçoar, você tem que fazer cursos, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo.” E os trabalhadores vivem nessa lógica. E pra eles parece que o sindicato não é mais importante, que o movimento dos trabalhadores, a luta, não são mais importantes (ent.2).

Essas afirmações carregam o reconhecimento da dificuldade de consolidar um movimento de resistência em nosso tempo histórico, marcado pelo isolamento, cada vez maior, dos sujeitos, potencializado pelo fenômeno das redes sociais e por um contexto histórico que produz, gradativamente, mais pessoas ensimesmadas, incapazes da “transcendência de si mesmo”, que implica em “ir além do 'eu' ou das deformações narcísicas que caracterizam a pessoa estranhada” (ALVES, 2014, p.31). Considerando esses fatores e a pertinência das afirmações de Hobsbawm, a crise dos movimentos coletivos não é motivo para afirmar que não há necessidade de prosseguir nessa tarefa. Pelo contrário, essa constatação só traz consigo a necessidade de intensificá-la ainda mais. A realidade tem mostrado que esses fenômenos contemporâneos restringem as relações sociais, mas contraditoriamente podem ser instrumentos mobilizadores, principalmente dos setores da juventude. O que existe, de fato, é uma dificuldade do Movimento Sindical e daqueles que lutam pela transformação social em adequar-se a essas novas ferramentas e forjar um movimento que esteja de acordo com as exigências do nosso tempo histórico. Por outro lado, é inegável que o capital, como proprietário dessas ferramentas, está à frente nessa disputa.

O movimento sindical não conseguiu dar um salto nesse processo. Mesmo com o advento no século 21, nós ainda não conseguimos. Estamos meio que tropeçando. A gente vai. Mas vai, bate e volta (ent.2).

Esse fenômeno pode ser observado nas manifestações de junho de 2013 nos seus elementos mais contraditórios. Ao mesmo tempo, que foi forjada uma identidade de grupo por meio da comunicação em rede, ficou evidenciado o estabelecimento de pautas individuais em detrimento às coletivas.

Mesmo com a influência da figura individual das celebridades e com o fenômeno do ensimesmamento, adequar o movimento à vida real diz respeito a prosseguir na busca para constituir um grupo “organizador de massa de homens” (GRAMSCI, 2011b, p. 15), com sujeitos preparados para orientar e reafirmar a identidade desse coletivo. A Central enxerga essa perspectiva na Formação e reconhece que ela deve atuar com o intuito de:

[...] ajudar o trabalhador e a trabalhadora a conhecer o cenário no qual vai atuar e com isso organizar a classe trabalhadora dentro de objetivos claros de defesa do trabalho contra o capital. As pesquisas mostraram que 72% dos manifestantes de junho eram trabalhadores e as centrais sindicais tiveram dificuldade de entender esse movimento. Por isso, conhecer e atuar dentro da realidade torna-se cada vez mais fundamental. (<http://portalctb.org.br>)

Esse entendimento da realidade é fundamental para a perspectiva de ação política que o Movimento Sindical precisa estabelecer. Se articulada à prática política, em uma perspectiva Autoeducativa, como abordamos ao longo desse trabalho, a Formação corrobora para essa dimensão. A instituição escolar vive a crise de uma escola concebida a partir de um princípio dual de educação que consolidou historicamente a divisão escolar para a formação para o trabalho e a intelectual. Isso se deu na trama complexa de relações econômicas, na busca de uma cultura socialmente distintiva que favorece os interesses das classes hegemônicas ao longo da história brasileira. A Autoeducação Sindical comprometida e consciente dessas questões pode encontrar, no seu espaço, meios para criar brechas nessa divisão.

Embora as políticas populistas, implementadas a partir da década de 30, auxiliassem a inserção dos trabalhadores na vida cidadã, ampliando a participação nos espaços dos movimentos sociais e também inserindo-a nas escolas (sem dúvida a partir da luta dessa classe por essa inserção), não ofereceu-lhes uma educação de qualidade. Mesmo com a democratização da escola, “o dirigente e dirigidos continuam em escolas diferentes, mesmo recebendo diplomas 'iguais'” (NOSELLA, 1998, p.175). A lacuna aberta por essa divisão está distante de ser preenchida. Enxergamos novamente, aqui, a necessidade de complementar a Formação Humana dos trabalhadores, enquanto sujeitos coletivos, a fim de denunciar essas questões e avançar no movimento de Emancipação da classe.

Elevar a consciência da necessidade de transformação da sociedade potencializa-se quando há teoria que fundamenta, explica a realidade e quando há a reflexão dessa realidade. Por isso, a importância dos momentos em que a prática formativa é mais sistemática, nos seminários ou cursos. Porque

Na prática sindical, até pela própria situação do sistema capitalista, não é fácil conseguir fazer com que os dirigentes sindicais estudem e façam movimento sindical. Isso eu vi por mim mesmo: nos momentos em que eu estava mais envolvido com o movimento sindical, eu tinha mais dificuldades de sentar e estudar porque eu tinha que dar respostas rápidas àquilo que vinha acontecendo. Na prática, eu vi que havia necessidade de que estivéssemos sempre estudando para entender melhor a realidade (ent.4).

Não podemos deixar de lado a compreensão de que os trabalhadores e o movimento organizado da classe são resultado da sociedade capitalista e, por isso, estão nela envolvidos. O tempo livre que é apropriado pelo capital contribui com essa dificuldade de estar imerso no movimento e estudar simultaneamente. A dinâmica da sociedade capitalista impõe limites à

atuação e também à Formação Sindical. Portanto, esse ensejo de sistematização da prática, em que há uma parada da luta diária para repensá-la, para problematizá-la, constitui-se em uma prática educacional significativa para o processo de luta social.

Por outro lado, assim como a classe trabalhadora se encontra engendrada pelos limites da lógica capitalista, isso também acontece com a sua opositora imediata – a classe burguesa. “Os limites objetivos da produção capitalista tornam-se os limites da consciência de classe da burguesia”. E a “consciência de classe burguesa está formalmente preparada para uma consciência econômica”, mas, por outro lado, manifesta uma falsa consciência na ilusão de dominação plena dos fenômenos econômicos. “Do ponto de vista da relação da consciência com o conjunto dos fenômenos sociais, essa contradição se exprime na *oposição inseparável entre ideologia e fenômeno econômico*”. A contradição dialética existente na consciência burguesa leva “teoria e práxis a uma oposição intransponível”. Essa contradição não gera somente a “negatividade” limitada ao processo objetivo da organização capitalista, mas gera “uma forma histórica própria, consciente e ativa: o proletariado” e quando o “princípio inconscientemente revolucionário do desenvolvimento capitalista é elevado pela teoria e pela práxis do proletariado à consciência social, a burguesia é impelida ideologicamente para uma posição defensiva consciente” (LUKÁCS, 2003, p.165-166).

É possível afirmar, com a contribuição de Lukács, a evidência da importância da Formação. A dinâmica da Educação Não Formal e Não Escolar estabelecida na CTB, por meio da articulação entre teoria e práxis revolucionária e a compilação desse movimento na prática educativa, contribui para formar quadros intelectuais que, conscientes de seu papel transformador, movimentam-se no sentido de enfraquecer sua força antagônica – a burguesia – criando brechas na estrutura rígida do sistema do capital. Os momentos de formação são necessários para buscar a criação de outras relações de força, não no sentido abstrato, mas na compreensão histórica da realidade para a construção da hegemonia. Quando tomamos como parâmetro a sua realidade efetiva e a relação de forças em movimento, a classe trabalhadora, com sua consciência como tal, faz parte dessa construção. E a disputa hegemônica pelo exercício do poder por esse conjunto de indivíduos passa também pela sua familiaridade com o campo da cultura e da ciência (GRAMSCI, 2011b,c).

É importante demarcar que o objetivo de constituir Intelectuais Orgânicos surge da necessidade de transformação social, de contar com sujeitos ou grupos que sejam

organizadores da vontade coletiva. A vontade coletiva não é apenas um sentimento, mas sim “consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” e que também é uma relação política (GRAMSCI, 2011c, p. 17). A política, portanto, não é tratada, aqui, como uma ciência separada, mas sim como instrumento para a concretização de uma necessidade histórica de mudança, reafirmada pelos movimentos na prática política e educativa concretas. Não podemos entendê-la senão no terreno das condições objetivas, assim como “nenhum aspecto ou dimensão da realidade social pode teorizar-se à margem – ou com independência – da totalidade na qual aquele se constitui” (BORON, 2007, p. 177). Portanto, uma proposta de Formação sem o entendimento das relações sociais de produção e com a perspectiva de transformação das mesmas contraria a premissa da práxis.

*Se não tivermos formação, **conhecimento dessa realidade que vivemos**, passamos a ser dirigidos pela grande mídia que é parte da ideologia do capitalismo. Então, na nossa formação tentamos conhecer a questão da formação ideológica, porque a mídia joga todos os dias na formação ideológica a concepção dela. Atuamos para mostrar à classe trabalhadora, que só com conhecimento e formação seremos capazes de fazer essa leitura do que nos passa e avaliar o que é correto ou não (ent.3).*

Como já discutido anteriormente, o conhecimento da realidade é fundamental. Partindo do pressuposto de que o sujeito é um ser histórico, portanto inacabado, que cria e recria, “pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência” (FRIGOTTO, 2002, p. 13) e nesse processo modifica-se ao mesmo tempo em que transforma a natureza e seu meio, podemos entender que ele se constitui na materialidade das mudanças e da realidade históricas. Esse é o princípio fundamental presente no trabalho: o entendimento da realidade é pressuposto fundamental para a consciência de viver do trabalho, da alienação do seu produto pelo capital e, com isso, a consciência de participar de uma vontade coletiva, de constituição do ser humano enquanto um ser histórico, protagonista das transformações sociais.

Para isso, é preciso avançar à Formação da Consciência Humana, que extrapole a condição de cidadão político – que Marx (2010) considera um progresso importante, porém ineficiente para a aspiração de ser humano coletivo almejado para a construção de outra sociedade – e eleve os homens e mulheres à condição de seres humanos globais, que é a consciência de que somos os verdadeiros sujeitos do processo de produção e que, portanto, podemos conduzir o processo de transformação. É a consciência necessária de que a classe trabalhadora encontra-se engendrada por uma lógica perversa instituída, que privilegia o

individual ao coletivo, que reduz os seres humanos à força de trabalho, ao mesmo tempo, que o retira, cada vez mais, do seu próprio processo de trabalho. “A contradição última do capitalismo está na necessidade que o sistema tem, a um só tempo, da atividade propriamente humana e de submetê-la e reduzi-la ao mínimo possível” (CHAUÍ, 2007, p. 148). Essa submissão e a naturalização da história, enquanto imutável, cria uma estrutura rígida, que se solidifica também na consciência dos sujeitos e criar brechas aparece como uma tarefa gigantesca. O movimento de trabalhadores pode constituir-se como espaço de resistência a essa submissão, desde que tenha objetivos claros e o entendimento de classe:

A partir do momento em que você tem uma concepção e luta com uma maior consciência de classe, sabendo que há muitas pessoas que estão com sofrimento, medo e não podem levantar a cabeça, sem o direito de se manifestar e isso me indigna muito. Então, a formação vem pra ajudar nisso (ent.5).

Lukács analisa a consciência de classe do ponto de vista do desenvolvimento histórico da sociedade na sua totalidade. Como “a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo; essa ação só pode ser conhecida a partir dessa consciência”. Ela diz respeito à abstração da luta de classes e só pode avançar no terreno real da produção da existência. “A vocação de uma classe para a dominação significa que é possível, a partir dos seus interesses e da sua consciência de classe, organizar o conjunto da sociedade conforme esses interesses” (LUKÁCS, 2003, p.142-144). Essa consciência é perfeitamente visível se observarmos a classe burguesa que historicamente cumpriu esse papel para garantir a dominação social. Esse processo, portanto, é fundamental para a construção de uma nova hegemonia que leve em conta os interesses da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2010).

Os trabalhadores, quando conscientes do seu papel e do seu lugar enquanto classe, criam instrumentos para buscar o fim da dominação do capital e para sua Emancipação, buscando uma nova organização da sociedade segundo seus interesses e suas necessidades. Toda elevação da consciência é, portanto, um processo de reconhecimento do sujeito como agente da mudança e se dá na “reflexão consciente” (LUKÁCS, 2003, p.144) da vida real, na totalidade das relações sociais. A reflexão se dá no campo objetivo das lutas sociais e nos movimentos empreendidos, que são a expressão real da luta de classes e do poder transformador da classe trabalhadora. A CTB insere-se nesse movimento ao compreender como princípio fundamental dos processos educativos geridos no seu interior

a formação da consciência de classe da classe trabalhadora (Ent.1).

A consciência de classe não é algo automático nem linear, tampouco de responsabilidade apenas das práticas sistematizadas de formação, mas se dá em todos os momentos, no trabalho, na militância e nas formações sistemáticas, como afirma o entrevistado abaixo:

Tu aprende muitas coisas no chão de fábrica e a CTB vem a fortalecer isso. Os cursos dão suporte pra esse enriquecimento e se torna fundamental na mudança de vida dos trabalhadores, isso inclui a minha (ent.5).

A consciência depende de como o ser humano conhece e interpreta a realidade, do seu ser social, das transformações históricas, culturais, sociais e econômicas envolvidas. Está além do simples entendimento de algo. Diz respeito à ação concreta *dos homens e mulheres para isto e a partir disto*. Nesse processo, a educação nos sindicatos e movimentos sociais como um todo precisa contribuir para que o ser humano tome parte do mundo enquanto sujeito genérico, elucidando cada indivíduo no seu papel coletivo, nas relações sociais. Para além do indivíduo egoísta, membro absorvido pela sociedade burguesa, trata-se da consciência coletiva, enquanto expressão humana para atingir o desejo de emancipação (MARX, 2010).

Todo processo formativo, por meio das dimensões discutidas – Educação Não Formal, Não Escolar, Espaço Educativo – feita em conjunto com os trabalhadores precisa ter um objetivo maior, emancipatório, de modificação da sociedade e não de algo ou de alguma instituição, em particular. Caso contrário, tem um fim em si mesmo, não contribuindo para os processos de transformação. É a consciência, como movimento de superação das condições historicamente determinadas, que torna os homens e mulheres capazes de compreenderem a estrutura social existente, e nesse processo se consolidarem Intelectuais Orgânicos da classe trabalhadora, o que permite a criação de outra hegemonia que indica um processo de emancipação.

5 LIMITES E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DA CTB: A UTOPIA POSSÍVEL

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar (Eduardo Galeano).

Não é por acaso que iniciei a escrita dessa Dissertação com a citação de Eduardo Galeano. Também não é por acaso que inicio por ela as considerações finais. Porque Galeano traz a importância da utopia como movimento dialético. A importância de se deixar guiar por algo distante, porém realizável que não deixa parar de caminhar. A mesma utopia como sonho possível que Paulo Freire traz ao afirmar que ela se constitui entre

a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais tolerável e um futuro a ser criado, constituído política, estética e eticamente, por nós, homens e mulheres. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando a produção do futuro antes anunciado é agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não *morre*. Pelo contrário, continua (FREIRE, 1997, p.47. grifo do autor).

A utopia é, aqui, o tensionamento necessário entre os limites e possibilidades, que observo no percurso da pesquisa, que em permanente conflito anunciam um novo horizonte. Este por sua vez, quando alcançado constitui-se como presente que precisa ser superado para, assim, nunca deixar de movimentar-se. Assim foram as análises durante esse trabalho: entre o realizado e a utopia, para que não deixe de acreditar, mas para que, ao mesmo tempo, mantenha os pés firmes na realidade, pois só com a análise concreta da realidade é possível caminhar para onde está a utopia. Nesse sentido, a relação entre os limites e as possibilidades materializa a concretude real da sociedade de classes, com suas contradições e da qual o movimento de trabalhadores é produto histórico. A possibilidade é a utopia realizável e necessária para a transformação.

Uma das questões, importante de ser retomada nestas considerações, é a relação com o método apresentado no início desse trabalho. Ao analisar a concepção de educação da Central, é preciso considerar, portanto, que os entrevistados são sujeitos sociais, que se situam em um determinado momento histórico e que entram em relações independentemente da sua vontade. Mas, ao mesmo tempo, como sujeitos sociais, modificam a história e, consciente ou inconscientemente, têm suas escolhas condicionadas por essas relações (MARX, 2008). Das

contradições estabelecidas entre a relação de produção da própria vida e a percepção da possibilidade de melhorá-la e concretizar algum tipo de mudança, vem a escolha desses sujeitos pela militância sindical.

Na experiência de Formação da CTB, posso afirmar que, mesmo envoltos nas contradições do sistema capitalista, esses sujeitos buscam possibilidades de transformação, mesmo que nem sempre sejam as mais coerentes e, frequentemente, estejam crivadas de contradições, estão intencionalmente direcionadas para mudar a sua realidade. As contradições existem! Pelas próprias condições históricas que ocasionaram o surgimento dos sindicatos, como analisamos mais enfaticamente no capítulo 2, elas existem e colocam, até hoje, os responsáveis pela Formação numa relação dialética e contraditória que oscila entre a mudança e a aceitação. Ainda com essas contradições, a análise dos dados obtidos nas entrevistas, documentos e na observação dos cursos indicam que as decisões políticas do núcleo dirigente da CTB influenciam consideravelmente a sua concepção de educação. Isso tem reflexos latentes no movimento de organização da prática educativa.

Na discussão que estabelecemos entre os dados e os autores, podemos apontar que a concepção de educação da Central articula diversas questões que se vinculam à Educação Não Formal, que é aquela operada na prática diária, de aprendizagem da própria vida, que se dá por meio do trabalho, da militância e da totalidade de relações sociais, e, nesse processo, prepondera a prática política desenvolvida na militância sindical enquanto parte do processo educativo. Além disso, a educação nesse espaço se desenvolve num processo educativo Não Escolar, que releva as dimensões da Educação Não Formal, como práxis, mas as sistematiza articulando as concepções teóricas do Movimento Sindical e da luta política num Espaço Formativo delimitado, com objetivos determinados e que a aproxima da educação escolar. Esses três conceitos se articulam na concepção de educação da Central e contribuem para o objetivo proposto, que é a possibilidade de elaboração dos seus Intelectuais Orgânicos. Ainda assim, esse movimento está crivado de contradições, que se refletem, principalmente, no distanciamento da base, que se apresenta como limite na construção da organicidade da Central. A superação dessa contradição está ligada à necessidade de superar burocratização histórica do movimento e ampliar a relação com a base.

Nesse processo também é necessário criar condições para que os seres humanos se reconheçam como fundamentais na Formação da própria intelectualidade, com poder de

pensar e agir de acordo com as condições históricas atuais. Criar essas condições também é um princípio ao pensarmos a Autoeducação. Perseguir a Autoeducação como meta é uma contribuição que esse trabalho pretende dar à Formação da CTB e aos demais movimentos de trabalhadores que achem conveniente formar Intelectuais Orgânicos com autonomia para decidir os rumos da sua própria história.

Os avanços propostos na Formação precisam compreender a totalidade das relações e a vida dos sujeitos envolvidos. É preciso reafirmar que a vida real e a luta do movimento impõem certos ritmos que dificultam a organização de uma escola própria, responsável pela Formação. Mas é possível avançar, criando coletivos autônomos que se articulem diretamente com a base dos sindicatos e proporcionem o movimento de Autoeducação da classe. O CES cumpre importante papel e pode auxiliar, configurando-se como um desses coletivos, mas há a necessidade de uma inversão do ponto de partida da Formação. Os intelectuais já formados pela Central – e essa Dissertação demonstrou que, mesmo em pequeno número, eles existem – são capazes de ser responsáveis pela ligação entre a direção da CTB, discutindo com ela a sua perspectiva de Formação e a sua política como totalidade. De posse deste conhecimento, articulada com a concepção da base, de forma que esses dois processos se influenciem dialeticamente e que assim a base participe das decisões políticas da direção, ao mesmo tempo em que a direção contribui para a evolução teórica das bases. Pela própria relação histórica da divisão social do trabalho, a base tem um distanciamento maior da teoria que fundamenta a prática. Os objetivos de Formação da classe se inserem, assim, no sentido de influenciar na política formativa. Os intelectuais formados pela Central Sindical poderão inserir-se na coordenação de coletivos que se articulem na base sindical com o objetivo de ampliar as instâncias de Formação. Esse avanço diz respeito a intensificar Formação dos Intelectuais Orgânicos, que com um vínculo maior, na soldagem entre base e direção podem consolidar uma Formação que inverta o processo, fazendo emergir da base as necessidades formativas. Esse processo também pode auxiliar para a desburocratização, na medida em que cria um movimento mais articulado com a sua base. É claro que a Formação Sindical, sozinha, não é capaz de fazer isso. Mas enxergamos nisso a sua principal contribuição para auxiliar nos dilemas do movimento indicados pela própria Central no decorrer da pesquisa.

Nessa ação, o reconhecimento de pertencimento à classe trabalhadora e a consciência de classe são primordiais. Ela se apresentou como a maior meta da Formação Sindical na

CTB. Contudo, formar a totalidade da classe é algo inatingível na sociedade do capital. A Formação não é anterior ao processo de transformação social, mas se dá em conjunto com a uma transformação econômica, portanto de forma articulada com o processo de produção da vida e com as relações sociais nele estabelecidas. A transformação social está vinculada ao movimento prático, que articulado à teoria pode ser sistematizado na formulação de uma perspectiva Autoeducativa dos trabalhadores. O desenvolvimento intelectual da classe está estreitamente vinculado à sua condição econômica e ao avanço da consciência do que é ser trabalhador e, portanto, da desumanidade que o trabalho alienado produz quando o entende como mero produtor de mercadorias.

É fundamental repensar o Movimento Sindical enquanto espaço que precisa recuperar sua centralidade enquanto organizador da luta da classe trabalhadora. Dos pressupostos que foram tratados, é possível afirmar que a relação entre a educação e os movimentos sociais precisa ter como horizonte ir além de uma lógica linear e hierárquica de conteúdos e discutir as mais variadas dimensões dos sujeitos. As concepções formativas presentes na Central demonstram suas contribuições, constituindo-se como espaço que expressa a preocupação com a identificação do interesses opostos da luta de classe e sua intenção de transformação, buscando a Formação de representantes coletivos da classe. Mas é preciso avançar, buscando inserir, cada vez mais, sujeitos nesse processo, trazendo a concepção para a prática diária como possibilidade para transformá-los em uma escola da luta de classes.

A superação da contradição formação base vs. direção e a sua hierarquização em níveis é uma das questões que aponto necessária de ser superada. Essa superação é possível se articulada ao conceito de Autoeducação explicitado, bem como ao ideal de que os conteúdos teorizados na Formação sejam mais propostos pela base. Não quer dizer que não haja necessidade de uma Formação mais geral, que traga alguns conceitos básicos. Mas o sujeito se reconhece no processo quando verifica suas necessidades, enquanto ser social. Isso auxilia a reduzir o distanciamento entre base e direção.

Apesar dos limites apresentados, o espaço sindical ainda se apresenta como uma das alternativas possíveis para a luta por questões imediatas, de reivindicação econômica mais específica, mas ao reconhecer a grandeza da sua tarefa como espaço organizativo e educativo pode avançar na Formação de sujeitos autônomos e da sua função puramente econômica, de negociação com a classe oposta, para consolidar-se como instância de disputa hegemônica, de

classe.

Outra questão importante para essas considerações é que a escolha dos sujeitos entrevistados em participar de processos formativos está estreitamente vinculada à prática política que os constitui. Suas trajetórias de vida expressam as suas escolhas estreitamente vinculadas à práxis e aos Processos Educativos Não Formais a que estiveram envolvidos ao longo de sua vida, fruto também dos aprendizados que estabeleceram no trabalho. Essa materialidade, vinculada às formações oferecidas pela Central, expressa a tendência da própria CTB em consolidar-se como escola que elabora seu próprio grupo de intelectuais.

Essa sistematização, com o objetivo geral explicitado pela Central de contribuir para a consciência de classe, expressa a necessidade de que os trabalhadores tenham a compreensão do seu ser social, da sua existência como produto da relação capitalista de trabalho e, portanto, da utilização da sua força de trabalho como mercadoria. A CTB pareceu alcançar esse objetivo, embora ainda insuficientes para a Emancipação Humana na sua totalidade. Por outro lado, a CTB não é a única responsável por esse papel, mas os movimentos sociais como um todo contribuem para este processo.

Embora a CTB contribua para a elevação da consciência de classe, há que considerarem-se os limites impostos na sociedade atual. O processo histórico de distanciamento da base e a relação individualizada estabelecida no modo de produção capitalista são empecilhos fundamentais que precisam ser superados e que não dependem exclusivamente da Formação. Mas ela pode contribuir com a elaboração de um número maior de intelectuais, que tenham mais influência na quebra da hegemonia intelectual da classe dirigente. Essa quebra tem relação com a inserção da classe trabalhadora consciente e organizada nos espaços de produção do conhecimento e no seu próprio reconhecimento como intelectual, o que, por sua vez, possibilita construção de outra hegemonia.

Espero que este trabalho possa contribuir para ampliar a Formação da CTB e do movimento de trabalhadores como um todo, sendo um objeto que permita materializar a Formação de um grupo cada vez maior de intelectuais que possa avançar no sentido da Autoeducação da classe, contribua com a elevação da sua consciência e com a luta pela Emancipação Humana. As Centrais Sindicais podem constituir-se enquanto Espaços Educativos, sendo instrumentos importantes para a formação dos trabalhadores que, a partir da elevação da consciência, do sentimento de pertencimento à classe trabalhadora, possam,

mesmo nos limites históricos da sociedade atual, construir possibilidades de resistência e de alternativas para a utopia possível.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho, Capitalismo Global e “Captura” da Subjetividade: uma perspectiva crítica**. In: O avesso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Trabalho e Sindicalismo no Brasil: Um Balanço Crítico da "Década neoliberal" (1990-2000) **Rev. Sociologia. Polit.**, Curitiba, n.19, novembro de 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 de fevereiro de 2014.

_____. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Produção Liofilizada e a Precarização Estrutural do Trabalho**. In: O avesso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BORON, Atílio A; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. **A Teoria Marxista Hoje**: problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BORON, Atílio A. Teoria Política Marxista ou Teoria Marxista da Política. In: BORON; Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A Teoria Marxista Hoje**: problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BORGES, Altamiro. **Origem e Papel dos Sindicatos**. Brasília, 2006. http://www.fetraece.org.br/images/Site_6/origemsind.pdf . Acesso em 05 de junho de 2013.

BRASIL. Diário Oficial da União. Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931.
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CANUTTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. In: REVISTA NERA – ANO 7, N . 5 – AGOSTO/DEZEMBRO DE 2004 ISSN 1806-6755.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CATTANI, Antonio David. HOLZMANN, Lorena (org.). Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2006.

CHAUÍ, Marilena. A História no Pensamento de Marx. In: BORON, Atilio A.; AMADEO; Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A Teoria Marxista Hoje**: problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. **Desenvolvimento com Valorização do Trabalho**: textos e documentos da CTB. São Paulo: CTB, 2008.

ENGELS, Friedrich. In: DANGEVILE, R. **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa: Moraes, 1978.

FERRARO, Alceu. **Liberalismos e Educação**: ou porque o Brasil não podia ir além de Mandeville. Rev. Bras. Educ. [online]. 2009, vol.14, n.41, pg.308-325. ISSN1413-2478. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a09.pdf>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (org). **A Experiência do Trabalho e a Educação Básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, Crise do Trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-formal e Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-formal, Participação da Sociedade Civil e Estruturas Colegiadas nas Escolas**. Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, jan./mar. 2006. <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em 07 de novembro de 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Wagner. CTB: cinco anos de lutas. São Paulo: Anita Garibaldi, CTB, 2013.

_____. **Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Cadernos do Cárcere, Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. **Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Cadernos do Cárcere, Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

_____. **Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Cadernos do Cárcere, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001c.

_____. **Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo**. Cadernos do Cárcere, Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001d.

_____. **O Rissorgimento italiano. Notas sobre a história da Itália**. Cadernos do Cárcere, Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001e.

_____. **Literatura. Folclore. Gramática.** Cadernos do Cárcere, Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001f.

HARVEY, David. **O enigma do capital:** as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para entender *O capital*.** São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. **Tempos Fraturados:** cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOUTART, François. **Os Movimentos Sociais e a Construção do Novo Sujeito Histórico.** In: BORON; Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. *A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas.* São Paulo. Expressão Popular, 2007.

LARA, Ricardo. **Contribuições Acerca dos Desafios do Movimento Sindical Diante da Crise do Capital.** In: *O avesso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe:** estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. **Textos Escolhidos.** Volume 1. São Paulo: UNESP, 2010.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga. **Educação necessária para ir além:** movimento dos trabalhadores desempregados do Rio Grande do Sul. 2013. Tese de Doutorado em Educação. UFRGS, Porto Alegre.

MANACORDA, Mario A. **O Princípio Educativo em Gramsci.** Porto Alegre. Artes Médicas, 1970.

_____. **Marx e a Pedagogia Moderna.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

_____. **Formação Sindical no Brasil:** história de uma prática cultural. São Paulo: Escrituras

Editora, 1996.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. 1845. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em 20 fev. 2014.

_____. Capítulo 1: Crítica do ensino burguês. In: DANGEVILE, R. **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa: Moraes, 1978. p. 55-127.

_____. In: DANGEVILE, R. **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa: Moraes, 1978.

_____. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: O processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

MATTOS, Marcelo Bardaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAYORAL, Maria Rosa Palazón. A Filosofia da Práxis Segundo Adolfo Sánches Vasquez. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A Teoria Marxista Hoje**: problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **Telemarketing: a saúde das teleoperadoras**. In: O avesso do

Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular e Movimentos Sociais na Atualidade**: algumas considerações. Porto Alegre: Itapuy, 2011.

PEDROSO, Elizabeth Maria Kieling. **Espaços e as Modalidades de Ação Sindical das Centrais Sindicais Contribuindo para a Recuperação do Poder Sindical no Rio Grande do Sul: 1989-2000**. 2001. 132f. Projeto de Doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, Porto Alegre.

PEGORARO, Camile. **O Movimento Sindical como Espaço Educativo: formação política do trabalhador**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação. UFRGS. Porto Alegre.

PISTRAK, Moisei Mikhailovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RODRIGUES, Deneusa Luzia; TAMANINI, Elizabete. **EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E MOVIMENTOS SOCIAIS – PRÁTICAS EDUCATIVAS NOS ESPAÇOS NÃO ESCOLARES**. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/1178/78>. Acesso em 29 jan. 2014.

RUMMERT, Sonia Maria. Programa Integração: avanços e contradições de uma proposta de educação formulada pelos trabalhadores. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 27, dez. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 29 jan. 2014.

RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. **Educação e Formação Humana no Cenário de Integração Subalterna no Capital-Imperialismo**. Natal, GT Trabalho e Educação, 34ª Reunião Anual da ANPED, 2011. <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/ANPED.pdf>.

SANT'ANA, Raquel Santos (org.)... et al.. O avesso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 13, 2000. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S1413-24782000000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 jan. 2014.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Bases Teórico-Methodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**: ideias gerais para elaboração de um projeto de pesquisa. Porto Alegre. Ritter dos Reis, 2001.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

WÜNSCH, Paulo. **Sindicalismo e Reestruturação Produtiva no Brasil**: desafios da ação sindical dos metalúrgicos de Caxias do Sul/RS. Bauru: Projeto Editorial Práxis, 2013.

<http://www.cut.org.br/ponto-de-vista/artigos/4032/ainda-e-tempo-de-reverter-a-saida-da-csc-da-cut>.

http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id_noticia=24430&id_secao=8.

<http://portalctb.org.br/site/>

<<http://portalctb.org.br/site/index.php/secretarias-da-ctb-nacional/formacao-e-cultura/21121->

sindicalistas-definem-o-conhecimento-como-arma-de-luta-em-encontro>.

http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id_noticia=164332&id_secao=141.